



DOCUMENTO DE POLÍTICAS DA HABITAT III

10 – POLÍTICAS HABITACIONAIS

29 de fevereiro de 2016

(versão não editada)





Esse Documento de Políticas da Habitat III foi preparado pelos membros da Unidade de Políticas nº10 e submetido no dia 29 de fevereiro de 2016, seguindo o modelo de Documento de Políticas fornecido pelo Secretariado da Habitat III.

As Unidades de Políticas da Habitat III são co-lideradas por duas organizações internacionais e compostas por no máximo 20 especialistas, reunindo diferentes profissionais de diversas áreas, incluindo academia, governo, sociedade civil e outros órgãos regionais e internacionais.

A composição da Unidade de Políticas nº10 e a Estrutura de Documentos de Políticas pode ser consultada no site www.habitat3.org.





RESUMO EXECUTIVO

A Habitação permanece no centro da Nova Agenda Urbana. A expansão do acesso à moradia dará suporte às conquistas dos ODS (*Sustainable Development Goals*), especialmente o Objetivo 11.1 sobre para Habitação, mas também ODS mais amplos como a diminuição da pobreza, a melhoria da saúde, o desenvolvimento econômico, a coesão social, a igualdade de gênero e a sustentabilidade ambiental. Essa Unidade de Políticas (PU) exorta todos os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) a privilegiar a habitação como uma das maiores prioridades nas suas agendas de governo, e a fortalecer a capacidade institucional dos seus departamentos de habitação para alcançar metas ambiciosas, em colaboração com a sociedade civil, doadores e parceiros do setor privado.

Pelo menos dois bilhões de pessoas necessitarão de habitação em áreas rurais e urbanas em 2030.

O crescimento esperado da população global de 1,18 bilhões em 2030, combinado com o *déficit* habitacional existente (atualmente 880 milhões de pessoas vivem em habitações inadequadas nas cidades), implica que aproximadamente dois bilhões de pessoas precisarão de habitação em 2030. Isto cria um desafio habitacional sem precedentes. Embora progressos tenham sido alcançados em várias áreas chaves desde a HABITAT II, a escala não tem sido proporcional ao tamanho do *déficit* habitacional mundial. Hoje, 130 milhões de pessoas a mais residem em favelas urbanas do que em 1995, um ano antes da HABITAT II. Como o mundo continua a se urbanizar, todos os países necessitarão de mais opções para habitações acessíveis, adequadas e seguras.

Somente uma renovação do comprometimento – tanto programaticamente quanto financeiramente – reduzirão o déficit habitacional mundial.

Dados esses desafios, este documento de políticas chama para uma renovação do comprometimento e uma abordagem diferente. Dada a estimativa de 929 bilhões de dólares necessários para melhorar a habitação dos que atualmente vivem em habitações inadequadas nas cidades, no momento presente os recursos disponíveis são lamentavelmente insuficientes para atingir a Meta de Habitação dos ODS. Soluções múltiplas combinadas – terra, recurso e produção – com múltiplas parcerias – governos, setor privado, sociedade civil e doadores – fecharão a lacuna habitacional a preços acessíveis. Além do aumento do financiamento, este documento de políticas convida a comunidade global a seguir uma nova abordagem estratégica que inclui reformas em cinco áreas:

1. **Criar uma estrutura integrada sobre habitação:** incorporar as estratégias habitacionais nos planos urbanos e políticas setoriais tanto a nível nacional quanto municipal (ex.: nos serviços, no uso do solo, no transporte) para melhor integrar os programas habitacionais nas





tomadas de decisão;

2. **Adotar uma abordagem inclusiva:** apoiar processos participativos e políticas habitacionais justas, e destinar habitação para grupos vulneráveis e com necessidades especiais;
3. **Expandir a habitação a preços acessíveis:** melhorar o acesso à casa própria; subsidiar famílias de baixa renda para aluguel ou compra de habitações adequadas; expandir e melhorar o estoque de habitação a preços acessíveis;
4. **Melhorar as condições da habitação:** melhorar a habitabilidade (proteção contra choques da natureza, perigos e doenças) nas localidades urbanas e rurais, o acesso aos serviços básicos (água, saneamento, iluminação, eletricidade e disposição de lixo); o direito legal de posse segura (incluindo o cumprimento de um *continuum* de direitos à terra, promoção dos direitos de igualdade de gênero e proibição da discriminação e despejos forçados); e
5. **Urbanizar assentamentos informais:** apoiar programas de urbanização e habitação gradual nos assentamentos informais.

Alimentar a colaboração entre as comunidades locais, o governo, a sociedade civil, o setor privado e os doadores para implementar um plano de ação habitacional do HABITAT III.

O sucesso da Nova Agenda Urbana dependerá da colaboração na sua concepção e na implementação por todas as partes interessadas. Todos os níveis de governo terão seu papel em criar um ambiente favorável para as políticas habitacionais e legislação, assegurando o direito a habitações adequadas para todos. As organizações da sociedade civil terão um papel importante na criação do acesso à habitação e infraestrutura adequadas, construindo parceiras com os moradores. O setor privado será essencial na mobilização de recursos para suprir um cardápio de opções habitacionais incluindo locações, preservação e reabilitação de habitações, assim como na expansão do estoque de habitação a preços acessíveis. A comunidade de doadores irão desempenhar um papel fundamental na elevação da visibilidade e na mobilização do apoio à habitação na agenda de desenvolvimento internacional.

Monitorar o progresso para a consecução da agenda habitacional mundial.

Inserir os ODS relacionados à habitação nas metas estratégicas nacionais, impostas por sistemas de monitoramento e avaliação (nos níveis nacional e local), serão críticas para uma implementação bem sucedida. Sistemas participativos que engajem a comunidade para reunir informações e alinhar os objetivos dos ODS às prioridades dos governos locais serão igualmente importantes. Além disso, como os governos incorporam instrumentos internacionais, como aqueles que reconhecem o direito à habitação adequada, dentro da sua própria legislação, novos indicadores precisarão ser incluídos para garantir a observância não discriminatória e justa para habitação.





1. VISÃO E ESTRUTURA DA CONTRIBUIÇÃO DO DOCUMENTO DE POLÍTICAS PARA A NOVA AGENDA URBANA

A Habitação é o centro da Nova Agenda Urbana do HABITAT III. Os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) chamam os países membros a “garantir o acesso de todos à habitação e aos serviços básicos adequados, seguros e acessíveis e à urbanização de favelas [até 2030]”ⁱ. Para ambos os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, a melhoria da habitação existente e a expansão do estoque habitacional existente para acomodar o crescimento futuro da população constituem os objetivos principais da Nova Agenda Urbana. Um compromisso sério – tanto programaticamente quanto financeiramente – é necessário para reduzir o *déficit* habitacional qualitativo e quantitativo. As metas globais de habitação são, portanto, de melhoria da vida dos 881 milhões de pessoas urbanas atualmente em assentamentos informais; e de assegurar oportunidades para o crescimento adicional da população global de 1,18 bilhões de pessoas em 2030.ⁱⁱ

- a. *As metas para habitação global podem ser alcançadas através da adoção e execução de uma estrutura habitacional abrangente.*

O alcance das metas mundiais para habitação será possível através da atenção programática a cinco dimensões: uma estrutura habitacional integrada; habitação inclusiva; habitação a preços acessíveis; habitações adequadas; e urbanização de assentamentos informais.ⁱⁱⁱ

- i. *Estrutura Habitacional Integrada:* a incorporação da habitação dentro dos planos urbanos e investimentos setoriais estratégicos ambos municipais e nacionais (que se relacionam com serviços urbanos, uso do solo, transporte e sustentabilidade ambiental) para aprimorar a habitabilidade e acessibilidade em áreas urbanas.
- ii. *Habitação Inclusiva:* o compromisso de apoiar os processos participativos, políticas habitacionais justas, e destinar habitação para grupos com vulnerabilidade e necessidades especiais;
- iii. *Habitação a preços acessíveis:* a adoção de políticas e medidas para melhorar o acesso à casa própria; políticas de subsídios para permitir que famílias de baixa renda possam alugar ou possuir uma habitação adequada; políticas de geração de receita e de capital, e mecanismos que limitem a especulação imobiliária;
- iv. *Moradia Adequada:* medidas que prevejam habitabilidade (proteção contra os choques da natureza, riscos e doenças), acesso a serviços básicos (incluindo a água, saneamento, iluminação, eletricidade e disposição de lixo), direito legal de posse segura (incluindo a conformidade com um *continuum* de direitos à terra, promoção dos direitos da terra com igualdade de gênero e proibição de discriminação habitacional e de despejo forçado); e
- v. *Urbanização de Assentamentos Informais:* apoiar programas de urbanização e habitacional gradual nos assentamentos informais.

Operacionalizar estas cinco dimensões vai exigir respeito pelo Estado de direito, as estruturas democráticas, os quadros jurídicos apropriados, responsabilidade e cooperação entre todos os





atores relevantes. Um entendimento matizado das condições locais de pobreza e dos assentamentos de baixa-renda será essencial.

- b. *Um montante substancial de capital precisa ser mobilizado para reduzir significativamente o déficit habitacional.*

O capital global dedicado à habitação é lamentavelmente insuficiente para atingir a meta dos ODS de “garantir o acesso de todos à habitação e aos serviços básicos adequados, seguros e acessíveis e urbanizar favelas.” Com base numa metodologia aplicada para estimar o custo da urbanização para as Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (ODM)^{iv}, serão necessários cerca de US\$ 929 bilhões para melhorar a habitação de todos os 881 milhões de pessoas que *atualmente* vivem em moradias inadequadas nas cidades. Para melhorar as habitações de apenas 20 por cento desses residentes, ou 176,2 milhões de pessoas, seria necessário um total de US\$ 185,9 bilhões (uma análise mais completa é fornecida na Secção 5.3 e no Anexo III).

- c. *A realização de uma política de habitação inclusiva depende de uma série de fatores externos interligados dentro da Nova Agenda Urbana*

Muitas políticas legislativas não especificamente direcionadas a impactar a habitação podem produzir grandes efeitos indiretos sobre a mesma, especialmente para famílias de baixa renda. Da mesma forma, outros ODS e os cinco temas mais amplos na Nova Agenda Urbana também afetam significativamente o acesso à habitação acessível, adequada, e segura. Alcançar as metas de habitação dos ODS irá impactar diretamente a redução da pobreza (Objetivo 1), a igualdade de gênero (Objetivo 5), água e saneamento (Objetivo 6), e o combate às alterações climáticas (Objetivo 13). Conforme ilustrado na figura 1, a habitação se interliga estreitamente com as outras cinco áreas de intervenção da Nova Agenda Urbana, as quais, tal como definido pelo Secretariado do Habitat III^v, compreendem: (i) a coesão social e igualdade – cidades habitáveis; (ii) estruturas urbanas; (iii) desenvolvimento territorial; (iv) economia urbana; e (v) ecologia urbana e ambiente. Várias Estruturas de Unidade de Políticas reforçam essas ligações, que enfatizam o uso de política de habitação inclusiva para alcançar a Nova Agenda Urbana. O *Direito das Cidades e Cidades para Todos* (Unidade de Políticas nº1), por exemplo, convida os Estados membros a “consagrar o direito à moradia adequada na política ... estabelecer normas para uma habitação adequada através de processos movidos pela comunidade ... promulgar leis que protegem contra os despejos forçados ... reforçar as políticas de habitação dos Estados ... [e] oferecer opções de moradia em locais que permitam aos cidadãos manterem-se próximos a redes sociais existentes.”. Da mesma forma, *Ecologia Urbana e Resiliência* (Unidade de Políticas nº8) sublinha a “necessidade de planejamento sistêmico, que integra simultaneamente habitação, transporte, energia e sistemas verdes.”

A centralidade da política habitacional se alinha com uma longa tradição de usar a habitação para atingir as metas socioeconômicas mais amplas. Por esta razão, este documento de políticas reafirma o compromisso dos Estados membros da ONU com o direito à moradia, que muitas constituições nacionais reconhecem explicitamente,^{vi} e outras sugerem uma responsabilidade geral do Estado para garantir a moradia e condições de vida adequadas para todos.^{vii/viii} O compromisso com o direito à





habitação é espelhado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 25), na Declaração de Vancouver sobre os Assentamentos Humanos (1976), na Agenda 21 (1992), na Declaração de Istambul sobre os Assentamentos Humanos (1996), na Agenda Habitat (1996) e na Declaração do Milênio e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000), assim como em outras declarações que ajudaram a “esclarecer vários aspectos do direito à moradia adequada e reafirmaram compromissos dos Estados para a sua realização”.^{ix}

Figura 1. Conexões entre as Políticas Habitacionais e a Nova Agenda Urbana





A demanda por habitação cresce a cada dia, uma vez que as pessoas migram para as cidades e criam novas famílias. A população urbana global, alimentada tanto pela migração interna para as cidades quanto pelo aumento natural da população dos residentes urbanos existentes, aumentou mais de cinco vezes desde 1950, de 746 milhões para 3,9 bilhões em 2014^x. Esse crescimento elevou consideravelmente a demanda por moradia adequada, segura e acessível. A população urbana mundial é estimada para aumentar a um montante de 1,18 bilhão entre 2014 e 2030 e 2,46 bilhões de 2014 a 2050.^{xi} Responder ao *déficit* habitacional existente, e ao mesmo tempo, planejar para antecipar as necessidades futuras de habitação - especialmente em áreas que experimentam um alto crescimento urbano - constitui o cerne do desafio da política habitacional. Uma resposta eficaz a este desafio trará benefícios para além do setor da habitação em si, uma vez que a habitação não somente impulsiona o desenvolvimento urbano ^{xii}, a forma urbana e a densidade, mas também desempenha um papel importante na geração de emprego e crescimento econômico.^{xiii}

Grandes avanços foram feitos no setor da habitação desde a adoção da Agenda Habitat de 1996. Esses incluem:

- *Progressos no monitoramento das necessidades de habitação globais:* Habitat II não continha estruturas ou alvos de monitoramento. Os ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), no entanto, abordavam os assentamentos informais através de um alvo específico: “atingir, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados” (objetivo 7.D). A inclusão deste alvo ajudou a incluir as favelas na agenda de desenvolvimento internacional. Desde então, os governos nacionais e os departamentos de estatística têm melhorado a sua capacidade de medir as condições de favelas e elaborar políticas destinadas a melhorar essas condições.
- *Direito à moradia adequada:* Mais de 100 países já reconhecem o direito à moradia adequada na sua constituição e legislação nacionais. Alguns países adotaram ações voltadas para a criação de políticas, quadros institucionais e regulamentares que facilitam a produção de moradias.^{xiv}
- *Reforço dos governos locais e seu papel na provisão de habitação:* Desde os anos 1990, as políticas de descentralização e as reformas do governo - em ambos os países desenvolvidos e em desenvolvimento - reforçaram a autonomia municipal e os governos municipais em muitos países. Os governos nacionais estão apoiando cada vez mais as autoridades locais, que frequentemente assumem a implementação da política de habitação e a provisão de serviços básicos.^{xv}

Apesar deste progresso em muitos países, a adoção de Habitat II não produziu os resultados desejados, e subsistem desafios significativos na habitação. No geral, Habitat II incentivou uma mudança significativa nas abordagens de provisão de habitação, com os governos assumindo o papel de “facilitadores” na produção habitacional e afastando-se de processos de entrega direta. A Agenda do Habitat II incentivou os governos a “ampliar a oferta de habitação a preços acessíveis através de





medidas regulamentares adequadas e incentivos de mercado” (§61).^{xvi} No entanto, a maioria dos governos reduziram o seu papel na prestação direta de oferta de habitação, sem fornecer incentivos compensatórios, planejamento e estruturas regulatórias para incentivar outros atores a avançar na provisão de habitação adequada para acompanhar o crescimento da demanda, e a preços acessíveis. Com poucas exceções, os recursos e os investimentos dedicados à habitação e as possibilidades de engajamento do Estado foram reduzidos. A menor intervenção do governo na maioria dos casos resultou em menos ou nenhuma oportunidade de moradia para os mais pobres e os mais vulneráveis.

Igualmente importante, as evidências questionam o grau em que a comunidade internacional realmente cumpriu a meta de melhoria de assentamentos precários dos ODM. A ONU-Habitat reconheceu que estas metas foram estabelecidas a níveis muito baixos e que as mesmas foram atingidas apenas pela China e Índia.^{xvii} Dados os baixos padrões de melhoria da água e instalações sanitárias, é questionável se vários países melhoraram significativamente a vida dos moradores de favelas. De acordo com sua própria definição de favela^{xviii}, a ONU foi capaz de declarar que a população das favelas urbanas da Índia diminuiu entre 2000 e 2010, enquanto as próprias fontes oficiais da Índia mostraram uma expansão de moradores de favelas.^{xix} A segurança da propriedade não foi incluída nas metas dos ODM, apesar da sua inclusão na definição de favelas do ONU-Habitat. A inclusão de posse segura teria provavelmente resultado em menores taxas de sucesso dos ODM, dada a resistência em melhorar a posse para muitos dos pobres urbanos a nível mundial. Além disso, na versão final das ODS faltava um limiar de pobreza para ambientes urbanos, o que levou a uma subnotificação de pobreza urbana.^{xx}

As próximas seções descrevem os desafios específicos nas cinco dimensões – estrutura habitacional integrada, habitação inclusiva, habitação a preços acessíveis, habitação adequada e urbanização de assentamentos informais. Esses desafios se aplicam a um amplo espectro de assentamentos humanos em cidades centrais, áreas periurbanas, cidades-regiões, subúrbios, megacidades, vilas, aldeias e áreas metropolitanas. Para este fim, as políticas de habitação que se estendem por um *continuum* das zonas rurais para urbanas - em vez de uma dicotomia urbano-rural absoluta - são capazes de servir melhor aos Estados membros, dadas as vastas interconexões que ligam estas geografias.

2.1. Estrutura Habitacional Integrada

As evidências ilustram resultados nocivos de políticas setoriais não coordenadas – no transporte, na infraestrutura e no uso do solo – que falham em não considerar a habitação em seus planos. Muitos planos habitacionais multi-bilionários e ambiciosos foram construídos em áreas periféricas sem acesso a transportes públicos e sem proximidade dos mercados de trabalho. Tais projetos mal concebidos tornaram-se “unidades habitacionais desocupadas produzidas industrialmente na periferia”, em vez de soluções eficazes destinadas à moradia popular acessível.^{xxi} A falta de uma estrutura habitacional adequada tem trabalhado contra a densidade e tem, em vez disso, contribuído para a expansão e segregação urbana.^{xxii} A falta de atenção ao desenvolvimento de





habitação orientada para o transporte contribui para a alta emissão de carbono pelo transporte, que responde a 23 por cento do total das emissões de CO² relacionadas com a energia.^{xxiii/xxiv}

A desigualdade territorial produzida por políticas habitacionais descoordenadas produz novas armadilhas para a pobreza. Quando as áreas de favelas são fisicamente isoladas e desconectadas do tecido urbano principal, residentes se submetem a tempos de deslocamento mais longos e custos de transporte mais elevados do que seriam se os seus bairros fossem mais integrados nos sistemas da cidade. As armadilhas de pobreza para esses moradores são marcadas por seis desafios distintos: “(a) severas restrições de oferta de emprego; (b) altas taxas de desigualdade de gênero; (c) condições de vida deterioradas; (d) exclusão social e marginalização; (e) falta de interação social; e (f) alta incidência de crime.”^{xxv} No entanto, ONU-Habitat concluiu que apenas um terço dos países africanos, asiáticos e latino-americanos em análise em 2011 tinham adotado medidas para reduzir disparidades sociais e sócio-espaciais.^{xxvi}

Estruturas habitacionais integradas criam cidades compactas socialmente inclusivas, conectadas e que promovem desenvolvimento urbano sustentável.^{xxvii} A concentração de pessoas e infraestrutura tem externalidades positivas e reduz os altos custos orçamentários de uma cidade expandida, com extensas estradas, linhas de água e esgoto e sistemas de drenagem de águas pluviais.^{xxviii}

2.2. Habitação Inclusiva

O direito à moradia adequada ainda não foi concretizada para uma parcela preocupante dos habitantes das cidades, especialmente os pobres, os vulneráveis,^{xxix} e grupos com necessidades especiais (migrantes, pessoas com deficiência^{xxx} e HIV, idosos, identidades de gênero, jovens, e outros grupos marginalizados). De acordo com a Comissão Econômica da ONU para a Carta Europeia sobre Habitação Sustentável, pobres, desfavorecidos e populações vulneráveis, muitas vezes carecem de habitação acessível e adequada, bem como outros serviços públicos, como água e saneamento.^{xxxi} Eles vivem em condições precárias e frequentemente resolvem as suas necessidades de habitação informalmente. Como cerca de metade dos 72 milhões de pessoas deslocadas - refugiados e pessoas deslocadas internamente (PDI) - no mundo vivem em áreas urbanas,^{xxxii} ampliar as opções de moradia para esta população trará benefícios significativos. Estudos recentes mostram que os migrantes muitas vezes se estabelecem em áreas urbanas; eles estão desproporcionalmente representados entre os pobres urbanos em muitos assentamentos informais.^{xxxiii}

Uma série de fatores dificulta a provisão de habitação para os grupos vulneráveis. A primeira é econômica: o aumento significativo dos custos de habitação prejudica o acesso à moradia adequada e acessível, especialmente para os grupos vulneráveis. Por exemplo, países da Europa Ocidental sofrem de aumento da pobreza, uma vez que os grupos vulneráveis são financeiramente excluídos da aquisição da casa própria e do mercado de aluguéis^{xxxiv} e na África, o aumento de moradias autoconstruídas está se tornando cada vez mais difícil devido ao alto custo e/ou falta de terra, colocando pressão crescente em grupos já vulneráveis.^{xxxv} O segundo obstáculo consiste em regimes de proteção social e de habitação – por exemplo, os problemas na rede de segurança, as estruturas



legais e institucionais – uma vez que países lutam com diferenças de rendimento significativas. O terceiro fator implica nas barreiras sociais: a discriminação contra certos grupos.^{xxxvi} Programas habitacionais de massa e de urbanização de favelas carecem de atentar às necessidades específicas destes grupos, aumentando assim a sua vulnerabilidade.^{xxxvii/xxxviii}

Zoneamento excludente é outro fator que afeta significativamente a oferta de habitação adequada e acessível. De acordo com o *Equitable Housing Institute*, zoneamento excludente “consiste em regulamentos governamentais (geralmente locais) que requerem grandes tamanhos de lotes, grande metragem quadrada por habitação, e/ou outros recursos de ponta – em uma quantidade tão grande da terra habitáveis zoneadas na jurisdição – que as pessoas de renda baixa e moderada são privadas da oportunidade de viver razoavelmente perto de seu local de trabalho.” Essas leis de zoneamento são comuns em áreas suburbanas em que moradias a preços acessíveis se confrontam com processos de planos locais prolongados que resultam em custos excessivos de habitação para a população de baixa renda.^{xxxix} Embora os regulamentos de zoneamento tenham sido criados para proteger direitos de propriedade privada, os regulamentos de zoneamento de exclusão levaram à segregação habitacional e à discriminação.^{xl}

A falta de zoneamento de uso misto contribui igualmente para a segregação, uma vez que muitas políticas de habitação existentes não têm promovido concentração e, em vez disso, têm contribuído para a expansão urbana e para a segregação socioespacial.^{xli} A expansão do zoneamento de uso misto implica a adoção de padrões para a mistura de usos residenciais, comerciais, culturais, institucionais e industriais.^{xlii} A implementação do zoneamento de uso misto é altamente recomendável porque tem uma série de benefícios, incluindo aumento da densidade, desenvolvimento mais compacto, promoção de um senso de lugar e comunidade, bem como a criação de uma maior conectividade entre bairro e comunidades.^{xliii}

Populações indígenas e mulheres em particular enfrentam discriminação habitacional. As comunidades indígenas são frequentemente expostas a situações prejudiciais quando as áreas urbanas se expandem para engolir suas terras ancestrais, o que frequentemente aumenta sua vulnerabilidade aos despejos forçados.^{xliv} Dakar (Senegal), Cidade do México e cidades do interior de Temuco no Chile são algumas das cidades que experimentaram esse crescimento urbano. Na maioria dos países, a falta de segurança da posse é vivida por mulheres, já que os seus direitos de propriedade são limitados por costumes, normas sociais e legislação – apesar do fato de que as mulheres constituem a maioria dos pequenos agricultores e realizam mais de 75 por cento das atividades agrícolas. A falta de regularização fundiária dificulta suas oportunidades para superar a pobreza e para prosperar economicamente,^{xlv} mas acima de tudo, nega-lhes o direito de uma habitação adequada.

2.3. Habitação a preços acessíveis^{xlvi}

Um dos desafios mais assustadores de urbanização tem sido o fornecimento de moradia adequada que as pessoas podem pagar. Em 2011, 2,2 bilhões de pessoas ainda sobreviviam com menos de US\$2 por dia^{xlvii}, uma renda notoriamente insuficiente para viver e morar. De moradores de favelas a



famílias de renda média, estima-se que 330 milhões de famílias estão atualmente financeiramente apertadas pelos custos com habitação; este número poderia crescer para 440 milhões até 2025.^{xlviii} Mesmo em países desenvolvidos como os Estados Unidos, 20% da população gasta mais de 50% do seu rendimento em custos com habitação. Há também números expressivos, mas desconhecidos de pessoas que vivem “na rua” individualmente, em grupos, ou como famílias.^{xlix}

Desde o início da crise financeira de 2008, despejos e dívida hipotecária se tornaram questão crítica em países desenvolvidos. Centenas de milhares de casas foram retomadas ou tiveram sua hipoteca encerrada como consequência da crise financeira.^l Nos países desenvolvidos, o colapso do mercado de hipotecas *sub-prime* nos Estados Unidos restringiu empréstimos hipotecários. Isso tem afetado desproporcionalmente famílias minoritárias e proprietários da primeira casa, que foram incapazes de aproveitar os baixos preços subsequentes e as taxas de juros. Particularmente na Europa, a dívida hipotecária (como uma percentagem do PIB) cresceu dramaticamente após a crise de crédito. Na Grécia, as taxas subiram de 5,8 por cento em 1998 para 33,9 por cento em 2008. No mesmo período, as taxas subiram na Irlanda de 26,5 por cento em 1998 para 90,3 por cento, na Itália, de 7,8 por cento para 21,7 por cento, e na Espanha, de 23,9 por cento para 64,6 por cento.^{li} Desde 1996, a desigualdade habitacional entre gerações tem aumentado na Europa e em outros lugares. Enquanto os governos europeus têm investido menos em habitação social, há uma escassez de habitação acessível para as novas famílias. Esta escassez é tão aguda em grandes centros urbanos que os governos estão deixando de lado a habitação para trabalhadores municipais, os quais são capazes de comprar sua moradia em conjunto com provedores de habitação sem fins lucrativos ou alugar com condições favoráveis.^{lii}

Quase metade do déficit habitacional em áreas urbanas é atribuível ao elevado custo das casas e à falta de acesso ao financiamento. Programas de demanda estão lutando para alcançar os extremamente pobres dadas as altas exigências de elegibilidade. A maioria das famílias de baixa renda enfrentam barreiras no acesso ao financiamento (incluindo hipotecas subsidiadas) de instituições financeiras formais, incluindo: (1) requisitos mínimos de depósito em contas de poupança; (2) os custos elevados; (3) constituição de garantias (títulos); (4) requisitos de estabilidade de renda (especialmente difíceis para os muitos que estão empregados no mercado informal).^{liii} Para obter acesso a um subsídio para um empréstimo hipotecário, as famílias geralmente precisam de um certo nível de poupança e participação formal no mercado de trabalho. Estas exigências excluem uma grande parte da população de baixa renda.^{liv}

Regulamentos de zoneamento e edificações muitas vezes têm negligenciado a importância da localização da habitação social, resultando na sua localização em áreas periféricas, a qual muitas vezes aumenta os custos de fornecimento de serviços e limita a integração socioespacial dos mais pobres. O acesso insuficiente à terra e aos mercados disfuncionais de terras urbanas permanecem sendo algumas das restrições mais difundidas sobre a oferta de habitação adequada. O desafio do acesso à habitação adequada é agravado pelo aumento dos custos de terra em várias áreas urbanas. Terra geralmente representa entre um quarto e um terço do preço final de uma unidade habitacional. Devido à falta de ferramentas de gestão da terra e da escassez de serviços urbanos muitas cidades experimentam processos muito rápidos de inflação da terra.^{lv} Além disso,





regulamentos mal projetados sobre as taxas de ocupação do solo (FAR)^{lvi} e lotes mínimos voltados para as famílias de renda mais alta, com frequência têm limitado a oferta de moradias populares.^{lvii}

A dependência de projetos de construção energeticamente ineficientes pode aumentar os custos de habitação. O parque imobiliário global, composto principalmente de residências, é responsável por mais de 40 por cento do consumo global de energia^{lviii} e representa o maior contribuinte para emissões de gases de efeito estufa.^{lix} Na Europa Oriental, a desregulamentação do gás natural e o resultante aumento dos custos de energia impacta até as famílias de renda média forçadas a interditar vários ambientes no inverno para reduzir o custo com aquecimento. Centros históricos particularmente necessitam de climatização e de resistência ao clima, dada a idade de seus edifícios e instalações.

A acessibilidade é igualmente limitada pelas parcerias não desenvolvidas para aumentar a habitação e os programas governamentais no setor habitacional, incluindo cortes na provisão habitacional, na oferta de terras, na aquisição, na manutenção e até mesmo na regulação. Poucos governos têm promovido ambientes propícios para políticas que respondam às necessidades das famílias com possibilidade de ascensão ao mercado. Da mesma forma, tanto nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, marcos legais inadequados e falta de incentivos para a provisão rentista de habitação social, diminuíram a sua oferta e aumentaram os aluguéis para níveis inacessíveis.^{lx}

2.4. Habitação adequada

Habitação adequada pode ser avaliada aplicando os cinco fatores da ONU-Habitat que definem uma favela:

- a) *O acesso à água tratada:* De acordo com o *WHO/UNICEF Joint Monitoring Program (JMP)*, que fornece estatísticas globais sobre água e saneamento, uma proporção substancial de água de uma fonte “tratada” é contaminada por fezes, irregular, e de difícil acesso.^{lxi} A significativa subestimação de água potável insegura e inacessível trabalham contra o alcance do objetivo ODM de “em 2030, a obtenção de um acesso universal e equitativo à água potável segura e acessível para todos.”
- b) *O acesso a instalações sanitárias aperfeiçoadas:* Estima-se que apenas 63 por cento da população mundial tinham acesso ao saneamento de qualidade em 2010. Há uma projeção de aumento de 67 por cento até 2015, o que está bem abaixo da meta de 75 por cento definida nos ODM. Cerca de 2,5 bilhões de pessoas ainda carecem de saneamento adequado, contribuindo para uma crescente carência de saúde nas cidades.^{lxii} Governos locais muitas vezes enfrentam cada vez mais problemas com a geração das receitas necessárias para cobrir os custos do fornecimento de serviços adequados, especialmente de instalações sanitárias. Isso os torna ineficazes em fazer cumprir integralmente as estruturas que garantem saneamento básico.



- c) *Áreas habitáveis suficientes – não inchadas*: Enquanto a habitação para as classes médias pode ser bastante disponível em muitas cidades, os pobres são geralmente sub-alojados; muitos vivem em quartos individuais.^{lxiii} Na África, a crescente população urbana tem sobrecarregado a infraestrutura e serviços existentes na maioria dos países.^{lxiv} As deficiências na qualidade da habitação ofuscam o *déficit* quantitativo. Na América Latina, por exemplo, cerca de 9,6 milhões de lares sofrem de superlotação (três ou mais pessoas por quarto).^{lxv} A habitação de baixa qualidade, que muitas vezes é insegura, perigosa e lotada, eleva o risco diário (acidentes, incêndios, condições meteorológicas extremas, e doenças infecciosas), bem como do risco de desastres (tempestades/ventos fortes, terremotos, deslizamentos de terra, inundações, incêndios e epidemias).^{lxvi/lxvii}
- d) *Qualidade estrutural / durabilidade das habitações*: Muitas jurisdições têm adotado códigos inadequados para o seu contexto ou não têm atualizado os seus códigos para atuais padrões internacionais onde existem questões de segurança de vida. Esta situação é agravada pela aplicação de um código de construção inadequado e corrupto. O devastador terremoto de 2010 no Haiti afetando 3,5 milhões de pessoas é um exemplo de um país com códigos sísmicos ultrapassados, aplicação do código de construção inadequada e assentamentos informais localizados em zonas de alto risco.^{lxviii}
- e) *A segurança de posse*: A segurança da posse é dificultada pelos despejos forçados, deslocamentos, e pela incapacidade de reconhecer um *continuum* de direitos sobre a terra. Todos os anos, milhões de pessoas ao redor do mundo são expulsas de suas casas e terras, contra a sua vontade e sem consulta ou compensação compatível. Entre 1998 e 2008, os despejos forçados afetaram, pelo menos, 18,6 milhões de pessoas^{lxix}, apesar do fato de que o direito internacional reconhece explicitamente o direito à segurança da posse e tem declarado repetidamente a prática da desocupação forçada ser uma violação grosseira e sistemática dos direitos humanos. Um número crescente de migrantes urbanos e remanejados internos também se confronta com a posse insegura e a consequente ameaça de novos deslocamentos, não apenas como resultado de desastres naturais e novos conflitos, mas também como um aumento dos despejos forçados.^{lxx} A informalidade da posse e as expulsões forçadas tendem a afetar desproporcionalmente as mulheres e a exacerbar ainda mais sua vulnerabilidade.^{lxxi} Milhares de pessoas também estão sendo removidas de suas casas por causa de desastres naturais, alguns dos quais estão relacionados com as alterações climáticas. Furacões, tsunamis e terremotos resultam no deslocamento de pessoas de suas casas e terras.^{lxxii} Políticas habitacionais que apenas promovem o modelo de propriedade tendem a beneficiar os segmentos de renda média e deixar de servir o quintil mais pobre. Poucas autoridades de habitação têm experimentado modelos alternativos de posse, como *leasing* ou locação. Esses modelos têm um potencial significativo, considerando que existem cerca de 1,2 bilhões de pessoas alugando moradias pelo mundo.^{lxxiii}



2.5. Urbanização de Assentamentos Informais

À medida que a população mundial se urbaniza, o acesso à habitação digna é um desafio que cresce rapidamente. Cerca de um quarto da população urbana do mundo continuam a viver em favelas e assentamentos informais. Embora a proporção mundial dos moradores de favelas urbanas em países em desenvolvimento diminuiu desde 2000^{lxxiv}, o número de moradores de favelas em todo o mundo continua a crescer em torno de 10 por cento a cada ano, intensificando o problema mundialmente^{lxxv}. A proporção dos moradores em favelas urbanas é mais acentuada na África (61,7 por cento), seguido pela Ásia (30 por cento), a América Latina e o Caribe (24 por cento) e Estados Árabes (13,3 por cento).^{lxxvi} Por exemplo, 60-70 por cento da habitação em cidades de Zâmbia,^{lxxvii} 70 por cento da habitação em Lima, 80 por cento de novas habitações em Caracas,^{lxxviii} e 90 por cento de habitação nas cidades de Gana^{lxxix} são fornecidos pelo setor informal. ONU-Habitat estima que mais de 881 milhões de pessoas estejam atualmente vivendo em favelas em cidades de países em desenvolvimento, um aumento de 792 milhões em relação ao ano 2000 (ver Tabela 1).^{lxxx} Para responder a estes desafios, os governos locais e nacionais estão apoiando uma gama de programas de melhoria de bairros que vão desde pequenas e específicas intervenções setoriais até os abrangentes e multi-setoriais programas de urbanização de favelas.

Tabela 1. População de Favelas Urbanas por Região (milhares) 1990-2014

Região	1990	1995	2000	2005	2007	2010	2014	% de mudança (1990-2014)
Regiões Desenvolvidas	689,04 4	748,75 8	791,67 9	830,02 2	845,29 1	871,93 9	881,08 0	27.90%
Norte Africano	22,045	20,993	16,892	12,534	13,119	14,058	11,418	-48.20%
África Subsaariana	93,203	110,55 9	128,43 5	152,22 3	163,78 8	183,19 9	200,67 7	115.30%
América Latina & o Caribe	106,05 4	112,47 0	116,94 1	112,14 9	112,54 7	112,74 2	104,84 7	-1.10%
Leste Asiático	204,53 9	224,31 2	238,36 6	249,88 4	250,87 3	249,59 1	251,59 3	23.00%
Sul da Ásia	180,96 0	189,93 1	193,89 3	195,82 8	196,33 6	195,74 9	190,87 6	5.50%
Sudeste Asiático	69,567	75,559	79,727	80,254	79,568	84,063	83,528	20.10%
Oeste da Ásia	12,294	14,508	16,957	26,636	28,527	31,974	37,550	205.40%
Oceania	382	427	468	515	534	563	591	54.70%

Fonte: ONU-Habitat, *Global Urban Observatory - Urban Indicators Database 2015*, com base em informações de censo nacional.





3. PRIORIZANDO OPÇÕES DE POLÍTICAS – AÇÕES TRANSFORMADORAS PARA A NOVA AGENDA URBANA

Para ajudar os agentes políticos e outros tomadores de decisão a implementar o quadro de ação proposto, os peritos designados para a Unidade de Políticas nº10 desenvolveram orientações práticas e um menu de ações prioritárias. Estas recomendações são baseadas na análise crítica de documentos, no intercâmbio de 35 práticas premiadas e reconhecidas globalmente na política de habitação (ver Anexo IV), e discussões rigorosas (tanto pessoal quanto virtualmente).^{lxxxix} A abordagem Habitação do ONU-Habitat no Centro da Nova Agenda Urbana fornece princípios orientadores que podem ajudar na formulação de políticas e tomadores de decisão a elevar a habitação na nova agenda urbana, garantindo assim o acesso de todos à habitação adequada, segura e acessível.^{lxxxix} Esses princípios podem ajudar a destacar o foco na construção de habitação e expandi-lo para um quadro de desenvolvimento habitacional holístico, integrado com a prática de planejamento urbano. Eles colocam as pessoas e os direitos humanos na vanguarda do desenvolvimento urbano sustentável (ver Quadro 1).

Quadro 1. Habitação no Centro dos Princípios da Nova Agenda Urbana

- *A habitação é inseparável da urbanização.* Políticas e estratégias de habitação a nível nacional e local devem ser integradas nas políticas de desenvolvimento urbano e coordenadas com as políticas econômicas e sociais.
- *A habitação é um imperativo de desenvolvimento socioeconômico.* A habitação é um pré-requisito para a sobrevivência humana. A habitação é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentável das pessoas e cidades. Ao mesmo tempo que a provisão de habitação é importante para melhorar os meios de subsistência, condições de vida e bem-estar, é também uma importante fonte de riqueza, crescimento econômico e emprego – um componente importante da agenda de desenvolvimento econômico.
- *Reformas sistêmicas, Estados fortes e de políticas e investimentos de longo prazo são necessários para permitir o acesso a uma habitação adequada para todos.* As autoridades nacionais e locais devem voltar a assumir um papel de liderança na formulação, regulação, execução e acompanhamento de políticas para responder às necessidades de habitação e limitações de acessibilidade, especialmente nos segmentos mais pobres da população. O financiamento para habitação deve ser estabelecido e aumentado, especialmente para grupos de baixa renda.
- *Uma abordagem de duas vias, com políticas e programas habitacionais curativos (urbanização de favelas) e preventiva (nova provisão), deve ser promovida.* Esta abordagem deve ser implementada através dos esforços participativos e coordenados dos governos nacionais e locais, instituições financeiras para o desenvolvimento, setor privado e sociedade civil.



- *As políticas de habitação e urbanização de favelas devem ser acompanhadas por estratégias nacionais com um plano de ação detalhado, recursos adequados para implementação e indicadores de monitoramento e avaliação. Esses processos precisam ser guiados por princípios de transparência e responsabilidade.*
- *Princípios e normas de direitos humanos são de extraordinária relevância para o desenvolvimento urbano, para criar cidades socialmente sustentáveis e inclusivas. Visando os grupos mais pobres e vulneráveis é crucial para que a situação não se deteriore. As intervenções devem se concentrar em resolver as causas profundas que impedem o seu acesso a uma habitação digna”.*

Fonte: ONU-Habitat (2015), “Housing at the Centre of the New Urban Agenda,” Documento de Recomendações do ONU-Habitat.

Recomendações Prioritárias para Política Habitacional

3.1. Plataforma Habitacional Integrada

Adotar políticas habitacionais que integram e direcionam a integração dos quadros de políticas holísticas em todos os níveis

Uma abordagem integrada significa concepção e implementação de políticas para assegurar que essas casas tenham acesso a empregos e serviços (educação adequada, assistência de saúde e transporte) e mantenham as comunidades intactas. Esta abordagem global também promove e protege a tipologia cultural e histórico das comunidades. A agenda do Habitat II convidou os governos a integrar as políticas de habitação com as políticas mais amplas em planejamento urbano, incluindo as políticas populacionais, ambientais, fundiárias e infraestruturais. Os governos são indispensáveis para promover políticas de incentivo aos insumos para construção de habitação (por exemplo, terra, finanças e materiais de construção), abordando simultaneamente a demografia urbana. Mais importante, os governos foram chamados para estabelecer mecanismos de transparência e gestão rentável da infraestrutura.^{lxxxiii}

Para implementar um quadro de habitação integrada, é necessária a coordenação entre Estados nacionais e organizações não-governamentais e entre vários níveis de governos. Instituições de nível nacional – que vão desde corpos informais para departamentos formais com autoridade regulatória – desempenham um papel fundamental na organização de ações entre os ministérios que são responsáveis por políticas urbanas (coordenação horizontal). Instituições ao nível local podem facilitar acordos entre os municípios (coordenação inter-municipal). Finalmente, é essencial harmonizar todas as configurações de relação entre os níveis nacionais, regionais e municipais (coordenação vertical).^{lxxxiv}





Adotar políticas regionais e municipais para expansão das redes de infraestrutura

O alinhamento da localização da habitação e dos mercados de trabalho é fundamental para promover e melhorar a produtividade e o crescimento.^{lxxxv} Políticas de expansão das redes de infraestrutura são necessárias – em todos os níveis de governo – para acompanhar o ritmo de crescimento populacional e econômico.^{lxxxvi} O governo nacional tem um papel fundamental na condução da cooperação inter-municipal nas complexas áreas metropolitanas, e na promoção a inter-agências e na coordenação inter-ministerial dentro e por entre as jurisdições.^{lxxxvii}

3.2. Habitação Inclusiva

Adotar políticas em todos os níveis, que incluam processos participativos

Os Estados-Membros são incentivados a promover diálogos participativos entre todas as partes interessadas através da criação de ambientes propícios e capacitação, tanto a nível nacional quanto local. Ao levar em conta a capacidade das partes interessadas, os objetivos do projeto e requisitos do contexto local, estratégias participativas são especialmente eficazes em ajudar os pobres a chamar a atenção para suas necessidades habitacionais.^{lxxxviii} enumeração Participativo, um método de pesquisa, em que os pobres urbanos contam e mapeiam suas comunidades, é uma comprovado primeiro passo no reforço da segurança da posse.^{lxxxix}

Adotar políticas de habitação justas e inclusivas a todos os níveis que impeçam a discriminação e que tratem da habitação para grupos com necessidades especiais

O direito à moradia adequada para *todos* pode ser realizada progressivamente, concentrando-se os esforços (técnicos, legislativos e financeiros) – incluindo os que abordam especificamente as necessidades especiais dos grupos mais vulneráveis e marginalizados – para dar suporte a alternativas adequadas, saudáveis, seguras e acessíveis. Para reforçar a coesão social (isto é, evitar a segregação, gentrificação e condomínios fechados), enquanto que o combate à falta de moradia, o desenvolvimento de comunidades mistas é incentivado.

Políticas e estratégias de habitação inclusivas são fundamentais para enfrentar o desafio das favelas.^{xc} Uma abordagem baseada em direitos na promoção de políticas de habitação justas ajuda a empoderar os pobres, minimizando as desigualdades e discriminação no setor habitacional.^{xcii} A incorporação de aspectos de gênero na habitação e políticas e práticas de desenvolvimento urbano irá reforçar a inclusão de mulheres, homens, meninos e meninas a viver e se beneficiar da urbanização de forma diferente.^{xciii} Uma abordagem sensível ao gênero aumentará a participação ativa de todos os intervenientes, incluindo as mulheres, e beneficiar toda a população.^{xciv}





Os Estados-Membros são convidados a alinhar as políticas com a visão do “Direito à Cidade”, que define os direitos e responsabilidades dos habitantes de moldar coletivamente crescimento e os processos de transformação das suas cidade.^{xcv} Embora este documento de políticas não endosse a plataforma completa de A Carta Mundial pelo Direito à Cidade^{xcvi} como uma definição de “Direito à Cidade”, apoiamos a visão da Carta de “usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social”.

3.3. Habitação a preços acessíveis

Adotar políticas de subsídios habitacionais que permitam que famílias de baixa renda alugar ou possuir uma habitação adequada.

Adotar políticas fundiárias e fiscais de hipoteca apropriadas.

Adotar políticas habitacionais que expandam e melhorem o estoque de habitação a preços acessíveis

Um quadro jurídico que estimula o investimento a longo prazo e fornece novas opções para o financiamento habitacional é fundamental na expansão da habitação a preços acessíveis. Bancos de habitação devem ser melhor apoiados para servir famílias de baixa renda e o crédito deve ser complementado por fundos de garantia e sociedades com propósito específico para fornecer acesso a financiamento habitacional para muitos que têm sido tradicionalmente excluídos.^{xcvii} Instituições Financeiras para Baixa Renda podem desempenhar um papel importante na oferta empréstimos de curto prazo sob medida para criar novos instrumentos de crédito que possam facilitar a aquisição da casa própria.

A Comissão de Estatística da ONU está bem posicionada na identificação das condições necessárias para garantir a acessibilidade. Esta pesquisa poderia explorar maneiras de expandir as opções de crédito e oferta de habitação – a escassez de unidades, o que aumenta os preços e pode levar a informalidade.

Adotar políticas que limitem a especulação imobiliária

Políticas para reduzir a especulação imobiliária e promover a regulação social dos imóveis podem ser reforçadas ao nível local se os municípios adotarem ordenanças de habitação inclusivas e políticas fundiárias e fiscais propriedade apropriadas.

Adotar políticas que apoiem a infraestrutura verde





Tais políticas incluem o desenvolvimento de habitação eficientes energeticamente e tecnologias que podem reduzir tanto o custo da habitação quanto o impacto ambiental.

3.4. Habitação adequada

Adotar políticas de habitação e de zoneamento que garantam a saúde, a proteção e a segurança.

Adotar políticas para reduzir o impacto das alterações climáticas e melhorar a eficiência energética.

Adotar políticas que facilitem o acesso a serviços básicos, como água e saneamento.

Adotar políticas que facilitem o acesso a iluminação, eletricidade e coleta de lixo em áreas urbanas e em áreas rurais desenvolvidas.

Adotar políticas que reconheçam um continuum de direitos à terra para todos.

Adotar políticas que apoiem um sistema de registo de terras e cadastral.

Para cumprir o seu compromisso de concretizar o direito à moradia adequada para todos – em plena consonância com a normativa dos direitos humanos,^{xcviii} melhorando as condições de vida e de trabalho de uma forma sustentável – os Estados-Membros são incentivados a adotar políticas que apoiem a segurança jurídica da posse, a disponibilidade de serviços, acessibilidade, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural.

O compromisso de garantir o direito à moradia adequada significa que os Estados têm a obrigação de *respeitar, proteger e cumprir* este direito, isto é, para: abster-se de interferir direta ou indiretamente com o gozo deste direito (respeito); evitar que terceiros interfiram neste direito (proteger); adotar medidas legislativas, orçamentárias, judiciais, promocionais e outras necessárias para realizar plenamente esse direito (cumprir).^{xcix} Os Estados são incentivados a incorporar as normas internacionais e adotar o direito à moradia adequada na legislação nacional. Essa abordagem ajuda a melhorar as medidas corretivas e permitir que os tribunais a julgar as violações por referência ao Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e outras leis específicas sobre o direito à moradias adequadas.^c



Quadro 2. As dimensões do direito à moradia adequada

- *Segurança da propriedade*: Todas as pessoas devem possuir grau de segurança da posse que garanta proteção legal contra despejos forçados, assédio e outras ameaças. A posse poderia compreender acomodações alugadas, habitação cooperativa, arrendamento, ocupação pelo proprietário, habitação de emergência e assentamentos informais, incluindo ocupação de terras ou propriedade.
- *Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestruturas*: A moradia adequada deve fornecer a todas as pessoas acesso a instalações essenciais para a saúde, segurança, conforto e nutrição, incluindo água potável, saneamento adequado, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos, descarte de resíduos, e serviços de emergência.
- *Acessibilidade Financeira*: A obtenção da satisfação de outras necessidades básicas não devem ser ameaçados ou comprometidos pelos custos associados à habitação. Os Estados-Membros devem tomar medidas para garantir os custos relacionado à habitação sejam compatíveis com os níveis de renda.
- *Habitabilidade*: A moradia adequada deve fornecer os ocupantes com um espaço adequado e protegê-los do frio, da humidade, do calor, da chuva, do vento ou de outras ameaças para a saúde, dos riscos estruturais, e das doenças. Os Estados-Membros são incentivados a aplicar os princípios de saúde em relação à moradia adequada preparado pela Organização Mundial de Saúde.
- *Acessibilidade*: Habitação deve ser acessível a todos, incluindo grupos desfavorecidos e marginalizados. O direito e a política habitacional deve levar em conta as necessidades específicas destes grupos.
- *Localização*: A moradia adequada deve permitir o acesso ao emprego, aos serviços de saúde, à escolas, creches, e outros serviços sociais. Além disso, a habitação não deve ser colocado em locais poluídos ou proximidade de fontes de poluição que ameacem o direito à saúde dos habitantes.
- *Adequação Cultural*: A moradia adequada deve respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural e da diversidade de habitação, garantindo que a dimensão cultural da habitação não seja sacrificada.

Fonte: Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Comentário Geral 4, o direito à moradia adequada (Sexta sessão, 1991), ONU Doc. E / 1992/23, anexo III em 114 (de 1991).

Os Estados são convidados a apoiar o trabalho do Relator Especial da ONU sobre Moradia Adequada, que incide sobre “o estatuto jurídico e o conteúdo do direito à moradia adequada; falta de moradia; despejos forçados; globalização e o direito à moradia adequada; discriminação e o gozo do direito à moradia adequada; o desenvolvimento de indicadores; acesso à água e ao saneamento como elementos do gozo do direito a uma habitação adequada; e o direito das mulheres à moradia





adequada.” Este relator facilita agências da ONU o apoio aos esforços dos governos, da sociedade civil e das instituições nacionais de direitos humanos para praticar o direito à moradia adequada.^{ci}

Os Estados-Membros são chamados a respeitar, implementar e monitorar a manutenção da Agenda Habitat, que inclui, entre outros: proporcionar segurança jurídica da posse e da igualdade de acesso à terra a todas as pessoas, incluindo mulheres; a promoção do acesso à água potável, saneamento e outros serviços básicos para todos, especialmente aos grupos vulneráveis e desfavorecidos, incluindo os sem-teto; e promover tecnologias de construção localmente disponíveis e ambientalmente saudáveis para incentivar métodos de economia de energia e proteger a saúde humana.^{cii}

3.5. Aprimoramento de Assentamentos Informais

Adotar políticas que apoiem e protejam programas de acréscimo de moradias e de urbanização de favelas

Estados-Membros e os governos locais podem adotar políticas que apoiem e protejam os programas de acréscimo de moradias e urbanização de favelas. O número de pessoas que se deslocam para as favelas está aumentando, apesar dos esforços feitos para alcançar os ODM na modernização dos assentamentos informais. Desde a Habitat II, uma série de projetos de urbanização de bairros foram desenvolvidos, que vão desde pequenas intervenções, específicas e setoriais até os programas multi-setoriais abrangentes de urbanização de favelas que incluem a atenção para o espaço público, segurança cidadã, infraestrutura, a posse da terra e instalações educacionais.^{ciii} Para alcançar o ODS 11, esses programas precisam ser significativamente ampliados e novos compromissos precisam ser tecidos pelos Estados-membros, governos locais, sociedade civil e setor privado.

Para melhorar os programas de urbanização de bairros, um componente-chave das políticas de habitação, é necessário:

1. *A expansão da capacidade técnica:* programas de urbanização implicam na implementação complexa dados os investimentos multi-setoriais, a execução em áreas habitadas, equipes multi-especializadas (jurídica, engenharia, meio ambiente, etc.), a necessidade de coordenação inter-institucional consistente, e um confiável mecanismo de controle e monitoramento. A capacidade técnica reforçada iria especialmente melhorar as operações e a manutenção nos programas de urbanização do bairro. Muitas empresas de serviços públicos muitas vezes não estão acostumados a trabalhar em áreas de melhoria, onde é muitas vezes é difícil manter equipes técnicas e serviços.^{civ}
2. *Ênfase no desenvolvimento da comunidade:* programas de urbanização de bairro produzem melhores resultados quando as atividades de desenvolvimento comunitário são incluídas como componentes específicos e são mantidas durante pelo menos um ano após a conclusão da construção física.^{cv}



3. *Expansão do acréscimo de moradias:* Dado que os acréscimos habitacionais correspondem a até 70 por cento do estoque global de habitação^{cvii} (e para mais de 90 por cento em muitos países menos desenvolvidos), os novos programas são necessários para apoiar a ampliação da melhoria de habitações ao longo do tempo.^{cvii} Estes iriam abranger uma ampla variedade de abordagens, por exemplo, o financiamento de beneficiamento de residências, juntamente com assistência técnica, incluindo planejamento, supervisão da construção e acesso a materiais de construção de qualidade. Estes serviços integrados exigem a construção de alianças entre instituições financeiras e empresas de construção, fornecedores de materiais e outras entidades do setor privado – efetivamente criando novas correntes de valores.^{cviii}

A melhoria de bairros é uma medida corretiva e precisa ser acompanhada de políticas nacionais e municipais que facilitem a construção de habitação a preços acessíveis, que levem a uma habitação adequada e que impeçam a formação de novas favelas. As cidades terão de aplicar o princípio do planejamento antes do desenvolvimento, com foco nas necessidades futuras das populações de baixa renda por meio de estratégias de desenvolvimento em toda a cidade e do planejamento participativo. Conforme salientado pelo Projeto do Milênio sobre Melhoria de Vida dos Moradores de Assentamentos Precários, os governos devem considerar “o desenvolvimento de estatutos e regulamentos de zoneamento para o processo de atualização ... [e] tornar os sítios disponíveis para acomodar a expansão demográfica esperada, e estabelecer a infraestrutura tronco para tornar estes lugares viáveis para a construção de habitações de baixa renda decentes.”^{cix}.





4. PRINCIPAIS ATORES PARA A AÇÃO – INSTITUIÇÕES FACILITADORAS

O êxito no desenvolvimento e implementação da Nova Agenda Urbana dependerá da colaboração de todas as partes interessadas. O Secretariado e a Mesa da Comissão Preparatória do Habitat III também validou a criação da Assembleia Geral dos Parceiros (GAP) como uma maneira de ajudar a criar uma plataforma inclusiva composta por 14 Grupos de Parceiros Constituintes (PCGs) que incorporam os nove grandes grupos, os parceiros da Agenda habitat e outros.^{cx} As seções abaixo fornecem vários modelos de incentivar os intervenientes-chave para colaborar no acompanhamento e execução das políticas habitacionais.

4.1. Governos Nacionais, Regionais, Estaduais e Locais:

Os governos nacionais, regionais, estaduais, e locais desempenham um papel essencial no fornecimento de ambientes propícios para as políticas de habitação inclusivas e legislação que garanta o direito à moradia adequada. Os governos desempenham um papel significativo no sentido de garantir habitação a preços acessíveis para os seus residentes. Segundo a ONU, os governos têm a obrigação de *respeitar*, ao assegurar a não interferência do direito à moradia adequada; de *proteger*, impedindo que terceiros interfiram no direito à moradia adequada; e para *cumprir*, através da adoção de medidas legislativas, administrativas, orçamentárias, judiciais, promocionais e outras medidas apropriadas para garantir direito à moradia adequada.^{cxii}

Os governos podem melhorar a eficácia dos sistemas de alojamento pela promoção da transparência, da responsabilidade e das práticas éticas no setor. Para atender às necessidades de pessoas com acesso limitado ou nenhum ao crédito, ao financiamento imobiliário e aos microfinanciamentos devem ser integrados num sistema financeiro mais amplo, a fim de mobilizar mais recursos, tanto nacional quanto internacionalmente. Os governos nacionais, regionais, estaduais, e locais podem alocar fundos orçamentários para os governos municipais para a melhoria de bairros, redução da pobreza e urbanização de favelas e de outros programas para melhorar a vida dos habitantes atuais e futuros das cidades.

Os governos são convidados a apoiar e implementar políticas para erradicar todas as formas de discriminação, melhorando a acessibilidade dos sistemas de financiamento habitacional para todos os mutuários independentemente de raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas ou outras, sua origem nacional ou social.^{cxiii} Os governos podem reafirmar seus compromissos com a Agenda Habitat através da “melhora nas condições de vida e de trabalho numa base equitativa e sustentável, de modo que todo mundo vai ter um abrigo adequado que seja saudável, protegido, seguro, acessível e barato e que inclua serviços básicos, facilidades e comodidades, e que disfrutem da independência da discriminação na habitação e segurança jurídica da posse”:

- “Capacitando todos os principais intervenientes dos setores público, privado e da comunidade para desempenhar um papel eficaz – nos níveis nacional, estadual/municipal, metropolitano e local – no desenvolvimento de assentamentos humanos e abrigos;”
- Aumenta[ndo] a oferta de habitação a preços acessíveis, inclusive através do incentivo e da promoção da aquisição de casas a preços acessíveis e aumentar a oferta de aluguel social,





popular, cooperativas e outro alojamentos através de parcerias entre as iniciativas pública, privadas e comunitárias, criando e promovendo um mercado baseado em incentivos enquanto dão o devido respeito aos direitos e obrigações dos inquilinos e proprietários”.^{cxiii}

Os governos locais desempenham um papel fundamental nas políticas habitacionais e no processo de planejamento e implementação da Nova Agenda Urbana. O aumento das receitas e alocação de recursos orçamentários é essencial para assegurar que a falta de moradia, transporte público, modo de vida e emprego, processos regulatórios e de zoneamento, e questões relacionadas com a saúde sejam abordados, tal como estipulado na Agenda Habitat. Os governos locais são fortemente encorajados a enfrentar os desafios ambientais, especialmente em áreas urbanas. Com a implementação dos ODS, a Plataforma de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, e da Plataforma da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, os governos locais desempenham um papel ainda maior na redução dos gases de efeito estufa e garantia da prevenção de desastres.

4.2. Organizações da Sociedade Civil

As iniciativas do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre a sociedade civil reconhece a “importância crucial da participação ativa da sociedade civil, em todos os níveis, nos processos de governança e na promoção da boa governança, através da transparência e da prestação de contas, em todos os níveis, o que é indispensável para construção de sociedades pacíficas, prósperas e democráticas.”^{cxiv} Isso requer OSC para proteger o direito à moradia adequada, desempenhando um papel catalisador na promoção da consciência de tais direitos, mobilizando as comunidades para expressar as suas preocupações acerca da habitação, conceber estratégias e influenciar políticas e regulamentação para habitação.

OSC são bem conhecidos por sua capacidade de mobilizar os pobres – para ajudar a articular suas demandas e construir parcerias para planejamento e implementação de programas.^{cxv} As OSC desempenham um papel fundamental como mediadoras entre as comunidades e os governos e ajudar a aumentar a participação das comunidades no fornecimento e/ou modernização de abrigos, e merecem um maior apoio financeiro e institucional. As OSC incluem organizações de habitação que frequentemente organizam cooperativas habitacionais e de posses de terra.^{cxvi} Na Ásia, por exemplo, tais organizações de base operam em assentamentos informais ou áreas de baixa renda, e trabalham com moradores para desenvolver a sua capacidade de poupança e base de capital.^{cxvii} Na África do Sul, essas entidades são fundamentais para a provisão de habitação por meio de sistema de subsídios.^{cxviii} As OSC desempenham um papel vital no desenvolvimento, na expansão e no reforço das redes de pessoas comprometidas com a melhoria de vida dos moradores das favelas.^{cxix}

4.3. Setor Privado

De acordo com a Agenda Habitat II, o setor privado foi encorajado a “mobilizar recursos para atender às diversas demandas de alojamento, incluindo o aluguel, a manutenção da habitação e reabilitação, bem como participar na gestão eficiente e competitiva da prestação de serviços básicos.” O setor privado inclui incorporadoras, empresas de construção, organizações profissionais



e instituições financeiras envolvidas em parcerias público-privadas para financiamento de projetos habitacionais ^{cxx} pelo fomento às contribuições privadas através de instrumentos de capitalização e empréstimos, fundos de pensão e subsídios ao empregador. ^{cxxi/cxxii} Na África, por exemplo, os governos têm reduzido o seu papel como fornecedores diretos para resolver falhas de mercado; o setor privado está fornecendo habitação através de vários instrumentos políticos. ^{cxxiii} Na Índia, as parcerias entre os setores público e privado têm substituído a oferta de habitação pública tradicional. Na América Latina, são concedidos subsídios para pessoas com baixos rendimentos para acessar moradias produzidas particularmente. ^{cxxiv/cxxv} O setor privado também produz 80 por cento de novas habitações na Europa Central e Oriental. ^{cxxvi}

O setor privado pode alavancar propriedades para garantir financiamento para projetos futuros, através de instituições financeiras. Para proporcionar habitação a preços acessíveis, o setor privado requer incentivos (capital adequado e retornos financeiros) e ambiente favorável (processo de desenvolvimento e políticas públicas). ^{cxxvii} O setor privado pode desempenhar um papel importante através do desenvolvimento da indústria de materiais de construção para responder a apoiar auto-construtores e melhorar a eficiência no crescimento da construção. Na América Latina, por exemplo, há uma carência geral de componentes pré-montados ou semi-montados para facilitar este processo. Pequenas e médias empresas semi-artesanais poderiam desenvolver esses componentes usando máquinas simples. O setor privado é fortemente encorajado a promover o uso de materiais disponíveis localmente para melhorar o acesso à habitação.

4.4. Doadores

Conforme a Agenda Habitat II, a comunidade de doadores é encorajada a “eleva[ção] a prioridade da habitação adequada para todos e desenvolvimento de assentamentos humanos sustentáveis entre os doadores multilaterais e bilaterais e mobiliza[ção] do seu apoio para planos de ação a nível nacional, sub-regional e regional dos países em desenvolvimento.” É essencial que os doadores se harmonizem e tornem suas ações transparentes no domínio da habitação, segundo os Acordos de Paris e Accra. ^{cxxviii} O Comitê de Fomento ao Desenvolvimento da OCDE (CAD) poderia desempenhar um papel importante para incentivar o diálogo político, pesquisa e coordenação no que diz respeito à assistência urbana internacional. ^{cxxix}

Agências e doadores internacionais estão bem posicionados para apoiar ações eficazes destinadas a combater problemas imediatos associados à habitação. A comunidade de doadores pode apoiar projetos para urbanizar favelas, para aumentar o estoque de habitação e para melhorar a infraestrutura e prestação de serviços. Em particular, os doadores podem fornecer garantias de empréstimo para permitir que os bancos forneçam empréstimos intermediados para organizações de base comunitárias para implementar programas de urbanização de bairros. Os doadores também podem dar suporte a sistemas de *vouchers* habitacionais para permitir que os deslocados internos em abrigos temporários adquiram habitação permanente vagas. Os doadores também podem apoiar novos modelos de habitação de baixo custo que podem ser usados em situações de pós-catástrofe, e pode desenvolver novos programas periódicos para apoio à habitação nestes contextos. Em contextos de pós-catástrofe, é particularmente importante para as organizações capacitar os





beneficiários e utilizar abordagens participativas para fornecer assistência e projetos de habitação que são culturalmente apropriados. Os doadores devem dar prioridade à utilização de materiais de construção locais, cadeias de fornecimento, e “criar intencionalmente atividades nos abrigos e assentamentos para promover o desenvolvimento de competências, meios de subsistência, e a recuperação econômica mais ampla.”^{CXXX}

Além disso, os doadores podem prestar assistência técnica para melhorar os sistemas de coleta de dados e estabelecer uma estrutura de acompanhamento da habitação; eles podem conduzir estudos de avaliação de impacto que estabelecem a relação custo-benefício das intervenções. Além disso, os doadores podem reforçar a capacidade de governança local, através da atribuição de mais recursos para a cidade e municípios, organizações comunitárias e federações dos pobres urbanos. Para fazer isso, os doadores podem ampliar os canais de financiamento para apoiar iniciativas de financiamento pelas comunidades locais.^{CXXXI} Os doadores também podem fazer contribuições valiosas através do desenvolvimento de ferramentas para incorporar indicadores de habitação nas estratégias nacionais.





5. DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS

5.1. Estruturação da Política Habitacional

Os Estados-Membros podem desenvolver e fortalecer as instituições nacionais responsáveis pelo fornecimento e modernização da habitação através da adoção da abordagem “Habitação como Centro” da ONU-Habitat^{cxxxii} e pela:

- Obrigatoriedade da elaboração de uma política oficial de habitação, se uma não ainda existir;
- Inclusão da habitação como uma das prioridades dos programas nacionais de governo;
- Elaboração de relatórios sobre a proporção do orçamento do governo nacional destinada à habitação; e
- Criação e/ou fortalecimento de um ministério ou departamento de habitação nos governos nacionais (dedicado exclusivamente à política habitacional).

Para recomendações para políticas de habitação e monitoramento para ambos os níveis nacional e local, ver Tabela 2.

5.2. Projeto de Políticas Habitacionais

Os Estados-Membros e os governos locais podem fortalecer a concepção política de habitação através da:

- Realização de uma análise institucional para compreender o ambiente da política habitacional;
- Avaliação das necessidades de habitação, levando em conta o crescimento da população, a taxa de urbanização, a taxa de formação de novas famílias, bem como o montante que as famílias estão dispostas a gastar com habitação;
- Análise da oferta de habitação, em especial a disponibilização de terrenos e infraestrutura;
- Avaliar os regulamentos que regem e impactam o setor de habitação, incluindo códigos de construção, normas, licenças de desenvolvimento, estatutos e decretos de uso do solo e regulamentos de planejamento;
- Revisão das estruturas legais e regulamentares, incluindo as leis, códigos, normas e regulamentos que restringem a oferta de habitação popular.^{cxxxiii}

Projetos habitacionais eficazes incentivam a gestão responsável, incluindo a transparência na gestão financeira. A concepção dos projetos de habitação beneficiada por abordagens sensíveis ao gênero e considerando as deficiências. Os Estados-Membros podem promover políticas e regulamentos do governo local para assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso completo a habitação social e edifícios públicos, instalações e sistemas de transporte. Projetos de habitação podem incorporar explicitamente o suporte a operações de serviços e de manutenção. Pelo apoio à capacitação para manutenção de habitação social existentes, bem como no planejamento de investimento de capital para futuros projetos habitacionais, os governos e os doadores podem ter





um impacto significativo. Os Estados-Membros podem considerar a realização de uma avaliação habitacional (ver Quadro 3) para melhorar a prestação de contas e se as políticas estão sendo aplicadas, e a quem elas beneficiam.^{cxxxiv}

Quadro 3. Exemplo de Indicadores para uma Avaliação Habitacional

Os tópicos a seguir representam uma série de indicadores que podem ser considerados no desenvolvimento de uma avaliação nacional da habitação:

- *Orçamento de habitação social como um percentual do orçamento total do governo nacional*
- *Déficit habitacional qualitativo e quantitativo*
- *O governo tem um programa de urbanização em assentamentos de baixa renda*
- *Distribuição espacial da população nacional*
- *Taxas atuais e projetadas de crescimento da população urbana e rural*
- *Taxas de pobreza e de crescimento das favelas em áreas urbanas*
- *Análise de planos físicos aprovados para a expansão urbana para acomodar a população*
- *Estimativas internas das necessidades de investimento para os serviços urbanos*
- *Existência e aplicação de uma política nacional de habitação*
- *Disponibilidade dos mercados hipotecários secundários e de microcrédito para a habitação*
- *Tipos de subsídios disponíveis*
- *Grau em que as políticas habitacionais de exclusão são proibidas*
- *Renda proporcional para aquisição de casas*

Fonte: Habitat para Indicadores Globais de Habitação da Humanidade (2016); Divisão de Estatística das Nações Unidas (vários anos), Compêndio de Estatísticas Assentamentos Humanos / Compêndio de Estatística da Habitação; Plataforma de Indicadores Habitacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (RG-T2289); Angel, S. (2000), Assuntos Relativos à Política Habitacional: Uma Análise Global. Imprensa da Universidade de Oxford.

5.3. Implementação e Análise dos Recursos Financeiros Necessários

O alcance das metas globais da habitação irá exigir a expansão do financiamento para habitação a preços acessíveis em grande escala e para a expansão das opções de financiamento de habitação para as necessidades da pobreza urbana. Enquanto que os investimentos do setor privado em habitação têm aumentado, desafios significativos impedem um maior investimento em favor dos acesso dos pobres à moradia.^{cxxxv/cxxxvi} Com base numa metodologia aplicada para estimar o custo de urbanização para as Metas de Desenvolvimento do Milênio das ONU^{cxxxvii}, será necessário um número estimado de US\$929 bilhões para melhorar a habitação de todos os 881 milhões dos *atuais* residentes de habitações inadequadas. Melhorar as habitações de apenas 20 por cento dos moradores de favelas atuais, ou 176,2 milhões de pessoas, seria necessário um total de US\$ 185,9 bilhões (ver anexo III para a metodologia). Com base nos pressupostos de distribuição de custos fornecidas pela Força Tarefa, para atualizar os 881 milhões de pessoas vivem hoje em favelas





doadores terão de fornecer US\$ 306 bilhões, os governos de US\$ 530 bilhões, e as comunidades \$93 bilhões.

Compromissos orçamentários dedicados por governos locais e nacionais são críticos para os esforços de grande escala para atender os pobres urbanos. Os governos que construíram moradias para famílias de baixa renda têm feito através de subsídios significativos. Na maioria dos países em desenvolvimento, no entanto, os subsídios parecem ser lamentavelmente insuficientes para atender a necessidade das famílias.^{cxxxviii} Além disso, os subsídios têm um preconceito imbuído contra as famílias pobres, que normalmente exigem um limite de renda mínima ou comprovação de emprego formal.^{cxxxix}

Para financiar projetos de melhoria na habitação, persistem ainda sérios desafios. Em um ambiente fiscal restrito, os investimentos sociais não têm sido tipicamente priorizados nos níveis governamentais locais ou nacionais. Além disso, em uma era de descentralização, as agências governamentais municipais ou subnacionais muitas vezes enfrentam novas responsabilidades, sem transferências de capital suficientes ou direitos legais para mobilizar receitas locais. Muitas vezes, há uma ausência de sistemas fiscais municipais em andamento e instrumentos financeiros eficazes que detenham os aumentos no valor da terra, que por sua vez poderiam aumentar a receita municipal e aumentar o financiamento para a habitação. Apesar do papel fundamental que desempenham para os moradores urbanos pobres a se comprometer em poupanças e empréstimos, opções de financiamento baseadas na comunidade também são fracas e desconectadas da objetivo principal das instituições financeiras.^{cxl} Evidências sugerem que a prestação de serviços urbanos aumenta significativamente o valor da terra e, em certas condições, pode promover o investimento privado em habitação.^{cxli}

As agências internacionais têm um papel crucial a desempenhar no apoio à habitação. No nível estratégico, a lacuna deixada pelos governos ausentes e o fraco desempenho de outros atores têm levado ao fracasso em colocar a habitação como uma questão prioritária na agenda de desenvolvimento internacional.^{cxlii} Apesar dos benefícios de moradia adequada, incluindo melhorias para a saúde^{cxliii} e para o meio ambiente^{cxliv}, empréstimos de várias organizações doadoras tendem a afastar-se habitação.^{cxlv} A comunidade de doadores é uma parceira fundamental para estimular a inovação no financiamento habitacional, projetos de habitação a preços acessíveis, a prestação de serviços urbanos e o acúmulo de receitas municipais para garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo. Igualmente importante, a comunidade de doadores podem promover melhor as cadeias de valores híbridas em que o setor privado (por exemplo, empresas de cimento ou pisos) em parceria com fornecedores de microcrédito e grupos de cidadãos para reduzir os custos da produção habitacional.^{cxlvi}

As Nações Unidas é encorajada a criar um Painel Intergovernamental sobre Urbanização Sustentável para traduzir o Objetivo 11 dos ODS em termos operacionais.^{cxlvii} Dado o custo substancial de implementação do Objetivo 11, a ONU poderia encomendar este painel para realizar um estudo empírico detalhado sobre o custo para alcançar essa meta até 2030. Esta pesquisa vai atualizar a pesquisa anterior preparado para o Projeto do Milênio das Nações Unidas sobre Melhoria de Vida





dos Moradores de Assentamentos Precários (2005).^{cxlviii} O resultado desta pesquisa iria fornecer estimativas de custos detalhadas por país e avaliar cenários para cobrir os custos através de diferentes níveis de comprometimento de doadores, governos nacionais e locais, e beneficiários. Além da urbanização de favelas, a pesquisa também iria fornecer estimativas de custo para a provisão de habitação acessível para os moradores de baixa renda. Tal pesquisa vai ajudar a gerar dados de acessibilidade à habitação extremamente necessária em muitos países em desenvolvimento, onde tal informação é “a exceção e não a regra.”^{cxlix}

5.4. Acompanhamento e Avaliação das Políticas Habitacionais

Este documento de política encoraja todos os níveis de governo a monitorar e avaliar as políticas de habitação para promover a prestação de contas e determinar a medida em que o progresso tem sido feito. Acessibilidade, transparência e eficácia de tal acompanhamento e avaliação permitirá que as partes interessadas estejam informadas para tomar decisões na formulação de políticas de habitação. Assegurar os compromissos do governo local será a chave para implementação e monitoramento dos ODS. Para este fim, uma plataforma semelhante é necessária para a obtenção de compromissos do governo local para os ODS, como os compromissos voluntários assumidos pelos governos locais que foram garantidos durante a Conferência das Partes da Plataforma das Nações Unidas da Convenção sobre o Clima (COP21).^{cl} Uma extensa lista de parâmetros é fornecida na Tabela 2 para monitorar o progresso na implementação através dos cinco domínios das recomendações de políticas habitacionais (Anexo I).





6. CONCLUSÃO

A urbanização vai continuar a ser um dos principais motores para o desenvolvimento social, econômico e político no futuro, afetando a saúde, o desenvolvimento econômico, a cultura e a governança. Como o Fundo de População das Nações Unidas previu durante o Habitat II, “o crescimento das cidades será a única maior influência sobre o desenvolvimento no século 21”.^{cli} Em preparação para esta mudança este documento de políticas ofereceu orientação no desenvolvimento, implementação e monitoramento para a política habitacional. Para este fim, procura contribuir para o mandato da Habitat III para “enfrentar as tarefas inacabadas da Agenda Habitat e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e, olhando para a frente, servir como um plano vital de ação para a agenda de desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas.”^{clii}

A realização da Nova Agenda Urbana dependerá do alcance e da eficácia da política habitacional. Dois bilhões de pessoas vão exigir novas casas ou casas aprimoradas até 2030. A comunidade global deve agir com ambição de alcançar o objetivo 11.1 dos ODS: “de garantir o acesso de todos, à habitação adequada, segura e acessível e aos serviços básicos e urbanização de favelas [em 2030].” Estas políticas habitacionais recomendadas neste documento de políticas também reconhece que os desafios da habitação não podem ser tratados isoladamente. Igualmente importante, este documento de políticas apoia fortemente a inclusão na política de habitação, isto é, processos de participação, igualdade de gênero, as políticas de habitação justas e políticas que respondam às necessidades de habitação dos grupos vulneráveis e com necessidades especiais. Revigorando parcerias globais, fortalecendo a cooperação entre os governos locais e nacionais, e monitorando o progresso será essencial para responder ao grande desafio habitacional.





APÊNDICE I: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS HABITACIONAIS E DE MONITORAMENTO

Pressupostos do Documento de Políticas

1. Alinhamento com os ODS

Objetivo 11: Tornar as cidades inclusivas, seguras, resistentes e sustentáveis

Meta 11.1: Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação adequada, segura e acessível e à serviços básicos e à urbanização de favelas

2. O acesso à moradia adequada é um *direito humano*

3. Todas as políticas se aplicam em todo o continuum do urbano ao rural salvo indicação

4. As referências de grupos vulneráveis/ com necessidades especiais incluem: marginalizados, pessoas deslocadas/ migrantes, idosos, crianças e jovens, grupos minoritários, sem-tetos e pessoas com deficiência, mulheres, etc.

Recomendações para Políticas Habitacionais	Resultados Esperados	Atividades de Monitoramento
<i>1) Plataforma Habitacional Integrada</i>		
Adotar políticas habitacionais que impulsionem a integração das plataformas de políticas holísticas em todos os níveis.	<ul style="list-style-type: none">- Abordagem territorial mais ampla: Planejamento regional, metropolitano e municipal garante acesso à habitação aos postos de trabalho e outros serviços - educação adequada, cuidados de saúde e transporte para todos os bairros.- Políticas habitacionais com objetivos claros alinhados com ODS e necessidades nacionais/ estaduais/municipais/locais.	Dados detalhados são coletados e documentados para: <ul style="list-style-type: none">- Razoáveis tempos de viagem a partir de comunidades de baixa renda para empregos e serviços.- O progresso para ODMs aplicáveis.
Adotar políticas regionais e municipais para expandir as redes de infraestrutura.	<ul style="list-style-type: none">- Planos de infraestrutura são adequados para atender o crescimento populacional futuro.	<ul style="list-style-type: none">- Planos físicos aprovados na cidade e seus municípios circunvizinhos para a expansão urbana para acomodar o crescimento populacional.- Planos recentes de investimento de capital para expansão urbana para acomodar o crescimento populacional na cidade.



Recomendações para Políticas Habitacionais	Resultados Esperados	Atividades de Monitoramento
2) Habitação Inclusiva		
Adotar políticas em todos os níveis, que incluam processos participativos	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar o ambiente político que leva a uma habitação adequada e um lugar sustentável de viver a todos. - Grandes e representativas partes interessadas participando ativamente na preparação dos documentos de políticas de habitação; por exemplo: comunidade, setor cívico, o setor privado. 	<ul style="list-style-type: none"> - As políticas de habitação incluam processos claros de engajamento para todas as partes interessadas: consulta aos níveis regionais e metropolitanos, com pleno envolvimento nos níveis locais e municipais. - Progresso sobre os documentos oficiais de política de habitação em todos os níveis sejam relatados publicamente.
Adotar políticas de habitação justas em todos os níveis que impeçam a discriminação e visem as exigências de habitação de grupos com necessidades especiais.	<ul style="list-style-type: none"> - Práticas de exclusão de habitação são ilegais em todos os níveis. - Políticas, leis ou regulamentos proíbem a recusa de alugar ou vender a propriedade a alguém com base em raça, religião, etnia, sexo ou estado civil. 	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas habitacionais, leis e regulamentos justos são obrigatórios - Bairros residenciais nas cidades não sejam segregadas por raça ou religião.
	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento de unidades de habitação social para os grupos vulneráveis / com necessidades especiais para atender à demanda, - Presença de programas de serviços de assistência social que suportem as necessidades de habitação dos grupos com necessidades especiais¹. 	<p>Dados detalhados são coletados e documentados em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agência de Fomento para sem-tetos e grupos vulneráveis; - Número de sem-tetos por 1000 pessoas; - Demanda demográfica por categorias vulneráveis e com necessidades especiais,¹ - Habitação social e serviços disponíveis para as necessidades especiais grupos.¹
3) Habitação à preços acessíveis		
Adotar políticas para melhorar a acessibilidade da habitação para aquisição da casa própria	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas adotadas que promovem o financiamento habitação a preços acessíveis para as famílias de baixa renda. 	<p>Dados detalhados são coletados em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade de capital e tarifas de penetração no mercado para o sistema de



Recomendações para Políticas Habitacionais	Resultados Esperados	Atividades de Monitoramento
<p>Adotar políticas de subsídios habitacionais que permitam que famílias de baixa renda aluguem ou possuam uma habitação adequada, acessível.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Subsídios de habitação do governo sejam adequados para atender a necessidade. - O sistema de subsídio habitacional seja transparente e bem compreendido. 	<p>financiamento hipotecário (aos de baixa renda, menos dignos de crédito, e outros grupos marginais de mutuários).</p> <p>Dados detalhados são coletados em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O orçamento habitacional como uma porcentagem da necessidade qualitativa e quantitativa. - Agências habitacionais fornecem programas de subsídios do lado da procura (por exemplo comprovantes de habitação para arrendamento ou compra de habitação). - Porcentagem das despesas relacionadas com a habitação (incluindo transporte para postos de trabalho) para a renda familiar.
<p>Adotar políticas de empréstimos e de tributação de hipoteca apropriadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existem incentivos fiscais para uma ampla gama de alternativas de moradia (casa própria, aluguéis, cooperativas, etc.). 	<p>Dados detalhados são coletados em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As deduções fiscais para a construção de habitação para arrendamento a preços acessíveis. - Pagamentos de juros de hipotecas deduções e créditos. - Créditos de arrendamento.
<p>Adotar políticas habitacionais que expandam e melhorem o estoque de habitação a preços acessíveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Expandir e melhorar a cadeia de fornecimento de unidades de habitação social, incluindo o aluguel social. - Incentivar os 4Ps (parcerias pessoas-público-privadas) em habitação, enquanto combinando diversas soluções - terra, finanças e construção - para fechar a 	<p>Dados detalhados são coletados em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Porcentagem de financiamento do setor privado, a quota de habitação para arrendamento e habitação para posse, habitação pública fornecida pelo setor privado. - Esquemas inovadores de



	lacuna da habitação a preços acessíveis.	habitação, financiamento habitacional inovador e novas entidades de desenvolvimento. - Parcerias na produção de habitação e prestação de serviços básicos. - Déficits habitacionais qualitativos e quantitativos sejam regularmente medidos.
Recomendações para Políticas Habitacionais	Resultados Esperados	Atividades de Monitoramento
	- Regularização fundiária e habitacional não dispendiosa ou onerosa	Dados detalhados são coletados em: - O tempo e os custos para processar autorizações e aprovações de entitulação
	- Restrição de controle dos aluguéis equilibra as necessidades de habitação a preços acessíveis com o déficit habitacional quantitativo.	Dados detalhados são coletados em: - Número de unidades de aluguel existentes; - Número de novas unidades de aluguel construídas anualmente; - Proporção do mercado de arrendamento para aluguel de unidades semelhantes controladas pelo aluguel.
Adotar políticas que limitem a especulação imobiliária	- As políticas que limitem a especulação melhoram substancialmente a acessibilidade.	Dados detalhados são coletados em: - Número de unidades vagas; - transações, taxas de transferência e impostos.
4) Habitação adequada		
Adotar políticas que apoiem “Moradia Adequada”, definida como: habitabilidade, serviços básicos e segurança da posse.	- As políticas de “habitação adequada” alinhadas com as definições e padrões globais da ONU para água, saneamento, espaço adequado, durabilidade e segurança da posse. - As políticas de habitação promovam e protejam a tipologia cultural e histórico das	- Dados detalhados são coletados em todos os componentes de “Moradia Adequada.” - Métricas de preservação histórica e cultural alinhadas em todas as jurisdições do governo.



	comunidades.	
4A) Habitabilidade		
Adotar políticas de habitação e de zoneamento que garantam a saúde, proteção e segurança.	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentos de habitação são consistentes com os padrões globais adaptados pelo contexto. - Regulamentos de habitação proporcionam proteção contra os riscos naturais e doenças - Desenvolvimento residencial não é permitida em solos ambientalmente sensíveis ou perigosos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Códigos de construção e de zoneamento e regulamentos sejam aplicados e revistos regularmente. - Documentos e mapas que designam áreas municipais para serem protegidas de desenvolvimento sejam atualizados regularmente.
Recomendações para Políticas Habitacionais	Resultados Esperados	Atividades de Monitoramento
		<p>Dados detalhados são coletados em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Percentual de famílias em condições de superlotação; - Percentual de domicílios localizados em zonas de risco elevado e / ou em condições perigosas.
Adotar políticas para reduzir o impacto das alterações climáticas e melhorar a eficiência energética.	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas que forneçam suporte integrado para o desenvolvimento de moradias verdes eficientes em termos de energia e infraestrutura. - Políticas que promovam a adaptação às alterações climáticas e de mitigação. 	<p>Dados detalhados são coletados em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Habitação energeticamente eficiente como uma porcentagem do total do alojamento; - Acesso dos grupos vulneráveis à habitação energeticamente eficiente.
4B) Serviços Básicos		



<p>Adotar políticas que facilitem o acesso a serviços básicos, como água e saneamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Que haja abastecimento de água potável adequado em todos os bairros. - Que haja saneamento adequado em todos os bairros. - Esgoto da cidade seja tratado. 	<p>Dados detalhados são coletados em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A percentagem da população urbana com acesso a um melhor abastecimento de água e saneamento; - Média de horas por dia que a água canalizada limpa está disponível para famílias de baixa renda; - A relação entre o preço da água vendida por caminhões de água ou fornecedores privados para o preço da água medido em uma típica povoação informal.
<p>Adotar políticas que facilitem o acesso a iluminação, eletricidade e coleta de lixo em contextos urbanos e rurais desenvolvidos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Energia elétrica e iluminação esteja disponível em todas as unidades habitacionais em um contexto urbano e rural mais desenvolvido. - A coleta de lixo seja adequada no contexto urbano e rural mais desenvolvido. 	<p>Dados detalhados são coletados em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - População urbana com redes elétricas; - Número de horas por dia que a eletricidade está disponível em comunidades de baixa renda; - A percentagem da cidade, com coleta regular de lixo público. - Média de vezes por semana que o lixo é coletado de domicílios nos bairros de alta renda na cidade em comparação com bairros de baixa renda. - A percentagem de lixo descartado em aterros sanitários.
<p>Recomendações para Políticas Habitacionais</p>	<p>Resultados Esperados</p>	<p>Atividades de Monitoramento</p>
<p>4C) Segurança da Posse</p>		



<p>Adotar políticas que reconheçam o <i>continuum</i> de direitos à terra para todos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Barreiras à segurança da posse são removidos. - A igualdade de género nos direitos de propriedade da terra e herança é assegurada. - A terra pode ser propriedade de Conjuntamente marido e mulher. - Uso Ancestral, histórico e / ou prolongada está protegida. - A lei reconhece o direito à terra consuetudinários dos povos tribais ou indígenas. - Títulos e / ou documentos de propriedade alternativas são a longo prazo Dada a residentes dos assentamentos informais. - Programas de apoio a regularização de títulos ou documentos alternativos casuais em assentamentos estabelecidos. 	<p>Dados detalhados são coletados em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mulheres com propriedade da terra e herança; - Número de agregados familiares que detêm terras através de um contrato de arrendamento a longo prazo; - Os imigrantes, refugiados e não-cidadãos domicílios que própria terra. - Existe um programa operacional para registrar títulos ou documentos de posse segura. - Número de famílias que vivem nos assentamentos informais no maior município. - Número de famílias que vivem nos assentamentos informais no maior município que fazem títulos alternativos documentos de propriedade.
<p>Que adotam políticas para apoiar o registo de terras e do sistema cadastral.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Todos os títulos de terra residenciais registrados e / ou assegurar documentos de posse. - Os títulos sejam atualizados regularmente quando a propriedade é transferida. 	<p>Dados detalhados são coletados em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eficiência e eficácia do sistema de registo e cadastral.
<p>Recomendações para Políticas Habitacionais</p>	<p>Resultados Esperados</p>	<p>Atividades de Monitoramento</p>
<p>Adotar políticas para evitar o despejo forçado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Despejos sejam minimizados e, quando ocorrerem, sejam legais e envolvam compensação justa ou reassentamento. 	<p>Dados detalhados são coletados em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tempo necessário para as pessoas serem expulsas desde momento em que são informadas e se houve violência. - A percentagem de pessoas reassentadas ou dar uma indenização equivalente ao valor de suas casas.



		- Se os despejos seguirem as diretrizes legais estabelecidas para despejos.
5) Urbanização de Assentamentos Informais		
Adotar políticas que apoiem e protejam o aumento de programas de habitação e urbanização de favelas	- Déficits habitacionais qualitativos e quantitativos sejam reduzidos.	Dados detalhados são coletados para os resultados listados: - Os regulamentos e códigos de construção que permitam melhoria incremental e posse; - Programas municipais de infraestrutura de urbanização ativos nos assentamentos informais; - Percentagem de melhorias incrementais e urbanização de favelas em comparação com o déficit habitacional qualitativo total.
	- Participação ativa das partes interessadas da comunidade é necessária a realocação de tomada de decisão.	- Consulta comunitária e justa compensação sejam incluídas em projetos de remoção de favelas e de requalificação. - A remoção de favelas e a política de desenvolvimento sejam reguladas pela Agência Nacional e / local ou habitação.





APÊNDICE II: GLOSSÁRIO DO DOCUMENTO DE POLÍTICAS PU10 – POLÍTICAS HABITACIONAIS

Fiança:

Fiança é um tipo de garantia de empréstimo ou dívida que sejam emitidas por uma autoridade de financiamento ou autoridade pública para os investimentos de longo prazo. Fiadores são reembolsados Quando eles estão “maduros”, tipicamente 10 ou mais anos depois de terem sido disponibilizados.^{cliii}

Código de construção:

Os códigos de construção são regulamentos estabelecidos por uma agência governamental reconhecida descrevendo o projeto, os procedimentos de construção e detalhes da construção de novas casas ou casas em fase de reabilitação. Códigos de construção locais são frequentemente baseados em um código modelo nacional conhecido como o Código Internacional de Construção, ou um dos seus antecessores. A Comissão do Código Internacional estabeleceu uma série de códigos de construção especiais que se aplicam a situações individuais, como: o Código Internacional de Edifício Existente, o que facilita a renovação de estruturas mais antigas, simplificando o requisitos aplicáveis do código.^{cliv}

Cadastro:

Um sistema de informação baseada no parcelamento territorial que inclui uma descrição das parcelas geométricas de terra, que geralmente são representados em um mapa cadastral. Em alguns lugares é considerado distinto, mas ligado, ao registo dos direitos da terra e aos detentores desses direitos (cadastro), enquanto que em outras jurisdições, o cadastro e registro de terra são totalmente integados^{clv}.

Garantia adicional:

Garantia adicional é um ativo ou uma série de ativos prometidos por um devedor com o credor como garantia de pagamento de um empréstimo. O ativo prometido é sujeito a apreensão se houver a inadimplência sobre o empréstimo. O ativo ou garantias depositadas deve ser de valor igual ao empréstimo.^{clvi}

Lei das Cooperativa de Habitação:

Uma lei que reconhece a forma cooperativa de propriedade com pessoas que possuem partes na propriedade como um todo, em oposição a um condomínio onde possuem unidades individuais e partes proporcionais da áreas comuns.^{clvii}

Descentralização:

O estabelecimento de quadros institucionais e legais para a tomada de decisões e a capacitação das instituições subnacionais a nível municipal, bairro, cidade, vila e aldeia, em termos de impostos, administrativo, político e processos legais.^{clviii}

Os subsídios alinhados à demanda:

Um subsídio alinhado à demanda é uma ajuda financeira para as famílias que não têm acesso à habitação e cuja renda é insuficiente para obtê-la. O subsídio é direcionado para o residente e não





ao construtor. O subsídio está vinculado ao residente e não ao lar permitindo que o residente de escolher onde viver. Normalmente, esta subvenção é projetada para ajudar o acesso de famílias de baixa renda no mercado imobiliário privado. O melhor exemplo de um lado a demanda é um comprovante de subsídio habitacional – dado a uma família um voucher que pode ser usado para pagar o aluguel em uma casa que eles escolherem.^{clix}

Empoderamento:

Um processo / fenômeno que permite às pessoas ter mais controle sobre as decisões, ativos, políticas e instituições processos que afetam sua vidas.^{clix}

Despejo:

Despejo é uma ordem em que uma ou mais pessoas devem desocupar o lugar onde elas residem em uma data específica ou prazo.^{clxi} Dada uma série de razões regulamentadas pelas autoridades, a remoção de um inquilino do imóvel pelo proprietário não pode ser discricionária e tem que seguir o procedimento legal.

Taxa de Ocupação (TO):

Taxa de ocupação é a proporção de área construída pela a área total do terreno.^{clxii} A TO é utilizada pelas autoridades locais em códigos de zoneamento para medir a densidade de um sítio que está sendo desenvolvido e controlar o tamanho das edificações.^{clxiii}

Condomínios fechados:

Condomínios fechados são comunidades residenciais que são excludente ou segregadas que têm uma barreira física ou guardas para manter os não residentes fora.^{clxiv}

Gases de Efeito Estufa (GEE):

Gases de efeito estufa são os constituintes gasosos da atmosfera, tanto naturais e antropogênicos, que absorvem e emitem radiação em comprimentos de onda específicos dentro do espectro da radiação infravermelha emitida pela superfície da Terra, pela atmosfera e pelas nuvens. Esta propriedade faz com que o efeito de estufa de retenção de calor na atmosfera. Vapor de água (H₂O), o dióxido de carbono (CO₂), o óxido nitroso (N₂O), metano (CH₄) e ozônio (O₃) são os gases primários de efeito estufa na atmosfera da Terra (IPCC).^{clxv}

Sem-tetos:

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas agrupam os sem-teto em duas categorias. As categorias incluem:

- i) Falta de moradia primária (sem teto) que consistem de pessoas que vivem nas ruas ou sem abrigo ou aposentos.
- ii) Falta de moradia secundária, que inclui pessoas sem local de residência habitual que se deslocam com frequência entre vários tipos de alojamento (incluindo habitação, abrigo e outros alojamentos); Normalmente as pessoas e residentes nos denominados “abrigo de transição” longas ou um arranjo semelhante para a falta de moradia. Esta categoria inclui as pessoas que vivem em habitações privadas, mas informados “sem endereços habituais” no seu formulários censitário.^{clxvi}





Saneamento aperfeiçoado:

Segundo as Nações Unidas, instalações sanitárias melhoradas incluem: descarga ou descarga despejada no sistema de esgoto canalizado, tanque séptico ou latrina; ventilação da latrina melhorada; latrina com laje; e banheiro de compostagem. Instalações sanitárias não melhoradas incluem: descarga ou descarga despejada para outro lugar; latrina sem laje ou a céu aberto; balde; banheiro pendurado ou latrina pendurada; não há instalações ou arbusto ou área.^{clxvii}

Abastecimento de água tratada:

Segundo as Nações Unidas, melhor abastecimento de água inclui água canalizada nas habitações, terreno ou quintal; torneira pública / fontanário; tubo de poço / furo; poço escavado protegido; nascente protegida; e recolha de águas pluviais. Não inclui poço cavado desprotegido; fonte desprotegida; carrinho com pequeno tanque / tambor; água mineral; caminhão-tanque; e as águas superficiais (rio, represa, lago, lagoa, córrego, canal, canais de irrigação).^{clxviii}

Habitação gradual:

Habitação gradual implica na construção de uma casa em etapas e ao longo do tempo enquanto residem, de acordo com os moradores necessidades e meios.^{clxix} O rápido crescimento da população urbana que ocorre desde meados século XX resultou em uma enorme e descontrolada expansão da cidade e em sérios desafios para fornecer habitação adequada para a crescente população urbana. A importância de habitação gradual deriva do déficit habitacional existente, especialmente para famílias de baixa renda, a partir do muito difundido fenômeno do assentamento informal e a falta de acesso ao financiamento e apoio do governo para melhorar o parque habitacional existente. Sob o conceito de habitação gradual são incluídas as intervenções, público e privado de ambos, que visam melhorar a qualidade e o espaço de habitação, bem como os serviços para habitação.^{clxx}

42

Setor informal:

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define o setor informal como as pessoas envolvidas na produção de bens ou serviços com o objetivo principal de gerar emprego e renda para as pessoas envolvidas. Estas unidades operam tipicamente a uma nível de organização, com pouca ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como fatores de produção e em pequena escala. As relações de trabalho - quando existem - são baseadas principalmente sobre o emprego casual, parentesco ou relações pessoais e sociais em vez de acordos formais com garantias contratuais. O setor informal inclui duas categorias: em primeiro lugar, todas as empresas comerciais não são registradas; em segundo lugar, todas as empresas não-comerciais que não têm formalmente aquela estrutura, em termos de organização e operação.^{clxxi}

Os deslocados internos:

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, pessoas internamente deslocadas, também conhecido como “deslocados internos” são pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a fugir ou a deixar suas casas ou locais de residência habitual, em particular, como resultado ou a fim de evitar os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizadas, de violações dos direitos humanos ou de catástrofes naturais ou feitos pelo homem, e que não tenham atravessado uma fronteira reconhecida internacionalmente.^{clxxii}





A posse da terra:

A relação, se legal ou habitualmente definida, entre as pessoas, como indivíduos ou grupos, em relação à terra e associada aos recursos naturais (água, árvores, minerais, animais selvagens, etc.). Regras de posse de definem como os direitos de propriedade sobre a terra devem ser alocados dentro das sociedades. Sistemas de posse da terra determinam quem pode usar quais recursos por quanto tempo e em que condições.^{clxxiii}

Microcrédito / Microempréstimo:

O microcrédito é uma pequena quantidade de dinheiro emprestado a um cliente por um banco ou outra instituição. O microcrédito pode ser oferecido, muitas vezes sem garantia, a um empréstimo individual ou através de um empréstimo em grupo.^{clxxiv}

Migrantes:

O Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos define os migrantes como:

- i) Pessoas que estão fora do território do Estado do qual sejam nacionais, ou cidadãos, não estão sujeitos às suas proteções legal e estão no território de outro Estado;
- ii) Pessoas que não apreciam o reconhecimento legal geral dos direitos que é inerente à concessão pelo Estado de acolhimento da condição de refugiado, pessoa naturalizada ou de condição semelhante;
- iii) Pessoas que não gozam de qualquer proteção jurídica dos seus principais direitos legais em virtude de acordos diplomáticos, vistos ou outros contratos.^{clxxv}

Os grupos minoritários:

A Sub-Comissão das Nações Unidas para a Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias define minoria como grupos que são numericamente inferior ao resto da população de um Estado, numa posição não dominante, cujos membros – sendo nacionais do Estado – possuem características étnicas, religiosas ou linguísticas específicas que diferem daqueles do resto da população e mostram, ainda que apenas implicitamente, um sentimento de solidariedade, orientada para preservar a sua cultura, tradições, religião ou língua.^{clxxvi}

Uso misto:

Um tipo de desenvolvimento que combinam vários usos, tais como: escritórios, comercial, institucional e residencial, em um único prédio ou em um único local em um projeto de desenvolvimento integrado com interrelações funcionais significativas e uma projeto físico coerente.^{clxxvii}

Urbanização de zonas:

Um programa de prestação de serviços para os assentamentos informais – modernização de bairros geralmente consistem de um cardápio de serviços que são prestados aos beneficiários, incluindo mas não limitado, ao acesso à infraestrutura: como o abastecimento de água, sistema de saneamento, eletricidade, coleta de lixo e serviços sociais: como escolas, creches, e clínicas de saúde.^{clxxviii}



**Espaços livres:**

É a parte de um lote de zoneamento residencial (que podem incluir pátios ou jardins) que é aberto e desobstruído a partir de seu nível mais baixo para o céu, exceto para obstruções específicas permitidas e acessíveis e utilizáveis por todas as pessoas que ocupam unidades habitacionais no lote de zoneamento. Dependendo do distrito, a quantidade de espaço aberto necessário é determinado a pela relação espaço aberto, normas mínimas de quintal ou cobertura máxima de um lote.^{clxxix}

Habitação Pública:

Habitação que é construída, adquirida e operada pelo Governo. Inquilinos selecionados são fornecidos a morada a um custo reduzido.^{clxxx}

Refugiados:

De acordo com o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados, um refugiado é qualquer pessoa que *devido ao receio fundamentado de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencente a um determinado grupo social ou opinião política, está fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da salvaguarda desse país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do seu país de residência habitual como resultado de tais eventos, não possa ou, em virtude desse temor, não quer voltar para ele.*^{clxxxii}

Com base nesta linguagem, as Políticas de Migração Internacional e Multiculturais da UNESCO declara que, a definição de refugiado é comumente entendido para incluir os três elementos essenciais abaixo:

- i) Deve haver uma forma de dano subindo para o nível de perseguição, infligida por um governo ou por indivíduos ou um grupo que o governo não pode ou não irá controlar;
- ii) O medo da pessoa de tal dano deve ser tal bem fundamentada – por exemplo, o Supremo Tribunal dos EUA decidiu que o medo pode ser bem fundamentado, se há uma probabilidade de um em cada dez de ocorrer;
- iii) O dano, ou a perseguição, deve ser infligida à pessoa por motivo de raça, religião, nacionalidade, opinião política da pessoa ou seja membro de um grupo social particular (o nexa).^{clxxxiii}

Direito à moradia adequada:

O artigo 25(1) da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida adequado para a saúde e bem-estar de si mesmo e de sua família, incluindo alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e necessário serviços sociais, e o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.”^{clxxxiii} Além disso, o artigo 11(1) do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais declara que “os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de todos a um padrão de vida adequado para si e sua família, incluindo alimentação, vestuário e habitação, e para a melhoria contínua das condições de vida.”^{clxxxiv} Isto é ainda mais articulado no Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, comentário Geral nº 4 (1991) sobre o direito à moradia adequada (E/1992/23).





De acordo com a publicação 21 das Nações Unidas, o direito à moradia adequada contém liberdades e direitos. As liberdades incluem: Proteção contra os despejos forçados, destruição arbitrária, e demolição da sua própria casa; o direito de ser livre de interferência arbitrária em sua própria casa, privacidade, e da família; e direito de escolher a própria residência, para determinar onde viver e liberdade de movimento. Os direitos incluem: segurança da posse; habitação, terra e restituição de bens; acesso igual e não discriminatório a uma habitação adequada; e na tomada de decisões participativas relacionadas com a habitação nos níveis nacional e comunitário.^{clxxxv}

Direito à cidade:

A Carta Mundial do Direito à Cidade define o direito à cidade como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É o direito coletivo dos habitantes das cidades, em particular, dos grupos vulneráveis e marginalizados, que lhes confere legitimidade de ação e organização, com base em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e um padrão de vida adequado. O direito à cidade é interdependente de todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos e integralmente concebido e portanto inclui todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais que já estão regulamentadas nos tratados internacionais de direitos humanos.^{clxxxvi} Um documento sobre Políticas Urbanas e o direito à cidade enfatiza ainda mais sobre direito à cidade como um veículo para a inclusão social nas cidades que implica:

- i) Liberdade e o benefício da vida da cidade para todos.
- ii) Transparência, equidade e eficiência nas administrações das cidades.
- iii) Participação e respeito na tomada de decisão democrática local.
- iv) O reconhecimento da diversidade na vida econômica, social e cultural.
- v) A redução da pobreza, exclusão social e violência urbana.^{clxxxvii}

Como exemplo, a República do Equador incorporou o direito à cidade sob a sexta seção (Habitat e Habitação) da Constituição de 2008. Capturado nos termos do artigo 30 e 31 como indicados a seguir:

Artigo 30 : As pessoas têm o direito a um habitat seguro e saudável e à moradia adequada e decente, independentemente do seu status social e econômico.

Artigo 31 : As pessoas têm o direito de desfrutar plenamente da cidade e seus espaços públicos, com base nos princípios de sustentabilidade, justiça social, respeito às diferentes culturas urbanas e o equilíbrio entre os setores urbanos e rurais. O exercício do direito à cidade é baseado na gestão democrática da cidade, no que diz respeito à função social e ambiental da propriedade e da cidade e com o pleno exercício da cidadania.^{clxxxviii}

Abrigo:

Também chamado de habitação de emergência, que oferece acomodações temporárias de subsistência durante a noite. Os abrigos muitas vezes não estão abertos durante o dia.^{clxxxix}





Favelas:

De acordo com o documento Declaração de Cidades do Mundo da ONU-Habitat, as favelas apresentam as mais deploráveis condições de vida e ambientais caracterizadas por abastecimento de água inadequado, saneamento precário, habitação superlotada e deteriorada, locais perigosos, a insegurança da posse, e vulnerabilidade a riscos grave para a saúde.^{cxc} Além disso, o site das Nações Unidas sobre os Indicadores dos ODM definem um agregado familiar de favela como um grupo de indivíduos que vivem sob o mesmo teto faltando um ou mais das seguintes condições: acesso à água tratada, acesso a saneamento, área suficiente para viver, a durabilidade da habitação e segurança da posse.^{cxcii}

Habitação social:

Um documento sobre as estratégias de habitação social, mecanismos de financiamento e resultados: uma revisão e atualização internacional das políticas chave pós-2007 desenvolvido por Pawson Hall et al, define a habitação social mais amplamente para incluir uma parte de um sistema nacional de habitação que é fornecido através de subvenções públicas voltadas para a redução dos aluguéis que lhe sejam alocados através de mecanismos fora do mercado. O documento reafirma, os principais componentes do sistema de habitação social incluindo:

- i) Regime de promoção do desenvolvimento – tendo em posição privilegiada, competitiva ou subordinada no mercado de terras;
- ii) Definição de regime de locação – abordagens incluem custo do aluguel, locação nominal, e aluguel de mercado;
- iii) Um regime de elegibilidade e alocação – seja universal, segmentados ou direcionados/restrito;
- iv) Um custo operacional e regime de lucro – não lucrativo, o lucro limitado, e com fins lucrativos; e
- v) A posição dos diferentes abastecedores de mercado - privado, terceiro setor e público.^{cxcix}

Crédito de risco:

As hipotecas de alto risco são feitas a tomadores com histórico de crédito ruim que não se qualificam para as taxas de juros de primeira linha. Para compensar o aumento do risco de crédito, os credores de hipotecas cobram uma taxa mais elevada de juros.

Segurança da posse (também Segurança da propriedade):

A certeza de que os direitos de uma pessoa à terra estarão protegidos. Pessoas com a posse insegura enfrentam o risco de que seus direitos à terra será ameaçado por reivindicações concorrentes, e até mesmo perdendo como resultado de um despejo. Os atributos de segurança da posse podem mudar de contexto para contexto: investimentos que requerem um longo tempo antes que os benefícios são realizados exigem a posse segura para uma proporcionalidade a longo prazo.^{cxciii}



**Expansão urbana:**

A expansão urbana é um fenômeno espacial onde um aglomerado urbano se espalha para fora, para além dos seus subúrbios ao sua periferia.^{CXCIV} Como Ivan Muñiz et al. (2012) explica, a definição de expansão urbana se difere de país para país e suas causas e impactos são diversos e podem ser econômicos, sociais ou ambientais. Tendo em conta o seu aspecto morfológico, podemos ver que se expansões são caracterizadas por baixa densidade, baixa centralidade, baixa proximidade, baixa concentração, e descontinuidade de velhos e novos empreendimentos.^{CXCV}

Zoneamento:

Zoneamento é uma forma de aplicação de regulamentação do planejamento que envolve a divisão da comunidade em distritos ou zonas, dentro do qual os regulamentos se aplicam ao uso de terrenos ou edifícios, a intensidade dessa utilização, bem como a altura e massa ou a extensão daquele uso.^{CXCVI} Para alcançar o desenvolvimento econômico e social sustentável e eficiente, as cidades devem se concentrar no planejamento por meio do zoneamento para dividir as cidades para construção de habitação, melhorias no saneamento e acesso à atividades entre outras coisas.^{CXCVII}





APÊNDICE III: URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: ESTIMATIVA INICIAL DOS CUSTOS NECESSÁRIOS PARA REDUZIR A POPULAÇÃO QUE VIVE EM FAVELAS

Introdução

O documento da Unidade de Políticas definiu uma meta para reduzir a população que vive em favelas até 2036. Fornecer uma estimativa dos custos associados a esta meta é um passo importante para esclarecer a importância desta prioridade, como objetivo de política pública. Com respeito a isto, temos realizado uma exploração inicial da quantidade de recursos que precisam ser dedicados a esse objetivo. A metodologia inclui estimativas para a população que vive em favelas, custos per capita, os custos totais e a distribuição desses custos^{cxviii}. Este documento descreve o processo geral de avaliação.

População vivendo em favelas

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) definem a população urbana que vive em favelas como os moradores que não possuem uma ou mais das seguintes condições: i) acesso à água tratada; ii) melhor acesso ao saneamento; iii) acesso ao lazer; iv) acesso à habitação durável e v) segurança da posse. Com base nesta definição e utilização de pesquisas nacionais e dados do censo lançados entre 2009 e 2014, o Observatório Urbano Global fornece a seguinte estimativa da população vivendo em favelas em regiões em desenvolvimento^{cxix}:

Tabela 1: População vivendo em favelas (milhões)

REGIÃO	2012		2014	
	Total	%	Total	%
Norte da África	12,762	1.48%	11,418	1.30%
Sub-Sahara África	213,134	24.71%	200,677	22.78%
América Latina e Caribe	113,424	13.15%	104,847	11.90%
Ásia Oriental	206,515	23.94%	251,593	28.56%
Sul da Ásia	200,510	23.25%	190,876	21.66%
Ásia do Sudeste	79,945	9.27%	83,528	9.48%
Ásia Ocidental	35,704	4.14%	37,550	4.26%
Oceânia	575	0.07%	591	0.07%
Regiões em desenvolvimento	862,569	100.00%	881,080	100.00%

Fonte: *Global Urban Observatory - Urban Indicators Database 2015*

Custos per capita e Custo Total

O Millennium Project Task Force forneceu estimativas do custo da adaptação com base na análise em profundidade de alguns estudos de caso e modelos de simulação para ajustar essas estimativas para outras regiões com base nos níveis de renda e outras variáveis. Os números incluem os investimentos associados à aquisição e transferência de terrenos, habitação, redes de infraestrutura





de rede, infraestrutura pesada, escolas e postos de saúde, equipamentos comunitários, planejamento e supervisão, e capacitação da comunidade. ^{cci}

É importante notar que estas estimativas estão na ponta da urbanização de favelas, uma vez que incluem a melhor qualidade de infraestrutura e instalações para fornecer serviços de escolas, de saúde e da comunidade. Uma vez que algumas destas instalações já poderiam existir em algumas favelas, o custo *per capita* poderia ser menor do que estas estimativas. Além disso, o custo médio por pessoa para cada um destes componentes varia significativamente em toda a região. Isto é devido a diferenças na renda *per capita* e custos de produção.

Uma vez que estes valores são de 2005, ajustamos para a inflação. Para este fim, utilizamos as taxas de inflação mundial 2005-2015 para calcular um multiplicador ^{ccii}. Os custos resultantes *per capita* são multiplicados pela população a ser beneficiada como parte do objetivo reduzir favelas até 2036. Este exercício fornece uma estimativa inicial de US\$ 929 bilhões, o montante que será necessário para atualizar a população de 881 milhões de favelados ^{cciii}. Isso significa um investimento médio de US\$ 46 bilhões por ano durante os próximos 20 anos. A Tabela 2 mostra as estimativas por região.

Tabela 2: Custo de melhorias ^{cciv}

REGIÃO	Custo per capita 2005	Custo per capita 2015	População em favelas Milhares	Custo total (preços 2015) Milhões	Custo total por ano (preços 2015) Milhões
Norte da África	528	786	11,418	9,120,680	456,034
Sub-Sahara África	528	988	200,677	160,300,468	8,015,023
America Latina e Caribe	1,200	1,847	104,847	190,344,583	9,517,229
Ásia Oriental	619	1,012	251,593	235,609,322	11,780,466
Sul da Ásia	612	1,299	190,876	176,728,266	8,836,413
Ásia do Sudeste	643	1,051	83,528	81,254,294	4,062,715
Ásia Ocidental	1,328	1,976	37,550	75,441,668	3,772,083
Oceânia	619	1,012	591	553,454	27,673
Regiões em desenvolvimento			881,080	929,352,736	46,467,637

Fontes: *Global Urban Observatory - Urban Indicators Database 2015*; *UN Millennium Project Task Force*; *World Bank*; Unidade de Políticas nº10

A Tabela 3 apresenta as estimativas da população e o custo total de acordo com diferentes objetivos de melhorias. Por exemplo, se a meta é atualizar 80% da população que vive em favelas, a população a ser beneficiada seria de 705 milhões de pessoas e o custo seria de até US\$ 743 bilhões. No caso de um objetivo de 60%, a população chegaria a 529 milhões e o custo US\$ 558 bilhões. A meta de 40% significaria uma população de 352 milhões e um custo de US\$ 372 bilhões, enquanto a meta de 20% atingiria 176 milhões de pessoas e US\$ 186 bilhões, respectivamente.





Tabela 3: Metas e custo de melhoria (milhares)

REGIÃO	80%		60%		40%		20%	
	Pop.	Custo Total	Pop.	Custo Total	Pop.	Custo Total	Pop.	Custo Total
Norte da África	9,134	7,296,544	6,851	5,472,408	4,567	3,648,272	2,284	1,824,136
Sub-Sahara África	160,542	128,240,374	120,406	96,180,281	80,271	64,120,187	40,135	32,060,094
América Latina e Caribe	83,878	152,275,667	62,908	114,206,750	41,939	76,137,833	20,969	38,068,917
Ásia Oriental	201,274	188,487,458	150,956	141,365,593	100,637	94,243,729	50,319	47,121,864
Sul da Ásia	152,701	141,382,612	114,526	106,036,959	76,350	70,691,306	38,175	35,345,653
Ásia do Sudeste	66,822	65,003,436	50,117	48,752,577	33,411	32,501,718	16,706	16,250,859
Ásia Ocidental	30,040	60,353,335	22,530	45,265,001	15,020	30,176,667	7,510	15,088,334
Oceânia	473	442,763	355	332,072	236	221,382	118	110,691
Regiões em desenvolvimento	704,864	743,482,189	528,648	557,611,642	352,432	371,741,094	176,216	185,870,547

Fontes: Tabela 2. Unidade de Políticas 10

Distribuição de Custos

O *Millennium Project Task Force* da ONU estimou como esses custos poderiam ser atribuídos por tipos e fontes de financiamento ^{ccv}. Em relação aos tipos de financiamento que incluiu subsídios, empréstimos e poupança das famílias. Usando os pesos de concessão da Task Force ^{ccvi}, podemos projetar que atualizar os 881 milhões de pessoas vivem hoje em favelas exigirá US \$ 557 bilhões dos subsídios, US \$ 279 bilhões dos empréstimos às famílias, e US \$ 93 bilhões da poupança e autoajuda. A Tabela 4 apresenta as estimativas por tipo de financiamento.

50

Tabela 4: Distribuição de custos por tipo de financiamento (milhões) ^{ccvii}

REGIÃO	Subsídios	Empréstimos	Poupança e de autoajuda
Norte da África	5,483,599	2,741,800	895,281
Sub-Sahara África	96,376,968	48,188,484	15,735,015
América Latina e Caribe	113,814,287	56,907,143	19,623,153
Ásia Oriental	141,748,698	70,874,349	22,986,275
Sul da Ásia	106,230,105	53,115,052	17,383,108
Ásia do Sudeste	47,692,738	24,729,568	8,831,989
Ásia Ocidental	45,549,687	22,774,843	7,117,139
Oceânia	332,972	166,486	53,995
Regiões em desenvolvimento	557,229,054	279,497,726	92,625,956

Fontes: UN Millennium Project Task Force; Unidade de Políticas nº10





Em relação à distribuição por fontes de financiamento, o Projeto do Milênio da ONU incluído como potenciais alternativas: os doadores internacionais, governos e comunidades. As percentagens reais estabelecidos pela Força-Tarefa para cada uma dessas fontes variam de acordo com o nível de desenvolvimento. Por exemplo, no caso dos doadores as percentagens vão de 20% na Ásia Ocidental e 40% na África Subsaariana. Para os governos, eles vão de 70% a 50%, respectivamente. O percentual para as comunidades está situado em torno de 10% para todos as regiões ^{ccviii}. Com base nestas distribuições, para atualizar os 881 milhões de pessoas que vivem hoje em favelas, doadores terão de fornecer US\$ 306 bilhões, os governos US\$ 530 bilhões, e as comunidades US\$ 93 bilhões. A Tabela 5 apresenta as estimativas por tipo de financiamento.

Tabela 5: Distribuição de custos por fontes de financiamento (milhões) ^{ccix}

REGIÃO	Subsídios	Empréstimos	Poupança e de autoajuda
Norte da África	3,637,081	4,588,318	895,281
Sub-Sahara África	63,923,499	80,641,953	15,735,015
América Latina e Caribe	56,907,143	113,814,287	19,623,153
Ásia Oriental	70,874,349	141,748,698	22,986,275
Sul da Ásia	70,498,161	88,846,997	17,383,108
Ásia do Sudeste	24,729,568	47,692,738	8,831,989
Ásia Ocidental	15,657,705	52,666,825	7,117,139
Oceânia	166,486	332,972	53,995
Regiões em desenvolvimento	306,393,992	530,332,788	92,625,956

Fontes: Projeto do Milênio da ONU; Unidade de Políticas nº10





APÊNDICE IV: CRITÉRIOS PARA COMBINAR O CONJUNTO DE DADOS DO *MILLENIUM TASK FORCE* COM OS DADOS DO *GLOBAL URBAN OBSERVATORY* – INDICADORES URBANOS BANCO DE DADOS 2015

Grupos por Região

Global Urban Observatory	UN Millenium
Norte da África	África Subsariana, Egito, Sudão
África Subsariana	África Subsariana, Egito, Sudão
América Latina e Caribe	América Latina e Caribe
Leste Asiático	Leste Asiático e Oceania (inclusive China)
Sudoeste Asiático	Centro-Sul Asiático
Oeste Asiático	Estados Árabes, Turquia e Irã
Oceania	Leste Asiático e Oceania (inclusive China)





APÊNDICE V: ESTUDOS DE CASO DE POLÍTICAS HABITACIONAIS

1. Estrutura Habitacional Integrada: a incorporação da habitação em planos urbanos e estratégias de investimentos setoriais – serviços urbanos, uso do solo, transporte e sustentabilidade ambiental – para melhorar a habitabilidade e a acessibilidade dentro de zonas urbanas

Título do Projeto	<i>Integrated Housing Development Program (IHDP)</i> Programa de Desenvolvimento de Habitação Integrada
Metas e Objetivos	#1 Estrutura Habitacional Integrada
Localização	Ethiopia
Período de Desempenho	Proposto em 2004, iniciado em 2005 em andamento
Descrição do Projeto	Prover habitação a preços acessíveis a grupos de baixa e média renda. Objetivo de criar 400.000 unidades. Uma vez que a propriedade é entregue, os moradores tornam-se totalmente responsável pelos custos de eletricidade, água e manutenção. http://milanoschool.org/wp-content/uploads/2015/06/The-Housing-Challenge_Avoiding-the-Ozymandias-Syndrome.pdf http://unhabitat.org/books/condominium-housing-in-ethiopia/
Beneficiários	Grupos de baixa e média renda
Parceiros	Iniciada pelo Ministério de Obras e Desenvolvimento Urbano
Modelo Financeiro	O projeto foi financiado através de recursos públicos, através da compra de títulos do <i>Commercial Bank of Ethiopia (CBE)</i> pelos administradores regionais e municipais. Além disso, o CBE concordou em apoiar os beneficiários do programa com linhas de crédito. Os beneficiários devem pagar um depósito de 20 por cento, enquanto que o CBE irá pagar ao governo os 80% restantes e celebrar um empréstimo de acordo com o beneficiário.
Informação e conhecimento	A Aliança de Cidades (<i>Cities Alliance</i>) está fornecendo apoio de assistência técnica para o programa
Principais Lições Aprendidas / Principais Realizações / Práticas Promissoras	<ul style="list-style-type: none">- De uma perspectiva política, o projeto marca uma interessante mudança da abordagem de habitação de aluguel de propriedade do governo para a abordagem da casa própria.- O CBE tem se beneficiado desta colaboração e adquiriu um novo conjunto de clientes.- Uma ênfase notável do programa tem sido a criação de empregos, com 176.000 postos de trabalho criados através da incorporação de um método de entrega de trabalho intensivo- O programa foi implementado em 56 cidades em todo o país, com cerca de 208.000 unidades habitacionais concluídas até a data. Cerca de metade





	da produção total foi concentrada em Addis Abeba, que abriga cerca de 25 por cento da população urbana da Etiópia. Estes eram principalmente <i>brownfields</i> ou favelas; com a estrutura preferida de um condomínio multi-nível projetado com áreas comuns compartilhadas, criado por MH Engineering. ⁷⁰ Uma característica interessante é que o <i>Housing Development Project Office (HDPO)</i> vai contratar novos arquitetos através de competições locais para impedir o projeto monótono
--	--

Título do Projeto	<i>Affordable Housing for Sub-Saharan Africa</i> Habitação a Preços Acessíveis para a África Subsariana
Metas e Objetivos	#1 Estrutura Habitacional Integrada
Localização	Burkina Faso
Período de Atuação	Iniciado em 1998 - em andamento
Descrição do Projeto	<p>Melhorar as condições de habitação através de uma técnica de construção adequada.</p> <p><i>Association La Voute Nubienne (AVN)</i> promove o desenvolvimento de um mercado autossustentável na construção em Nubian Vault para as famílias rurais e comunidades pobres da África Subsariana.</p> <p>Ao facilitar o recrutamento, formação no local, e apoio a pedreiros locais em vários países africanos (Burkina Faso, Mali, Senegal, Zâmbia, Madagascar), as equipes locais da AVN e agentes extensionistas impulsionam e permitem o crescimento dos mercados indígenas na construção de Nubian Vault, proporcionando oportunidades de emprego, o acesso a uma arquitetura adaptada (habitação decente, edifícios comunitários, escolas, mesquitas) e o crescimento de circuitos econômicos locais.</p> <p>http://mirror.unhabitat.org/bp/bp.list.details.aspx?bp_id=4064</p>

Título do Projeto	<i>Special Purpose House Project</i> Projeto de Casa com Propósito Específico
Metas e Objetivos	#1 Estrutura Habitacional Integrada
Localização	Indonésia
Período de Atuação	Iniciado em 1998 - em andamento
Descrição do Projeto	<p>Entregar 5.000 unidades de habitação para pescadores. Construção de 380 blocos geminados, criando habitação de aluguel para famílias de baixa renda em áreas urbanas.</p> <p>Melhoria da vizinhança, que visa fornecer infraestrutura básica (definida como água, saneamento e tratamento de resíduos sólidos) para 50.000 famílias</p>
Beneficiários	Pescadores; famílias urbanas de baixa renda





2. Habitação Inclusiva: o compromisso de apoiar processos participativos, políticas justas de habitação, e prover habitação para grupos com necessidades especiais

Título do Projeto	<i>Urban Community Development Office (UCDO), Community Organizations Development Institute (CODI) and Baan Mankong Project</i> Escritório de Desenvolvimento de Comunidades Urbanas, Instituto de Desenvolvimento de Organizações Comunitárias e <i>Baan Mankong</i>
Metas e Objetivos	#2 Habitação Inclusiva
Localização	Tailândia
Período de Atuação	1992
Descrição do Projeto	<p>Empréstimos do governo para as comunidades organizadas de modo que pudessem empreender uma série de atividades relacionadas com a habitação, aquisição de terras e geração de renda. Este financiamento previu também pequenas doações e apoio técnico a organizações comunitárias.</p> <p>Empréstimos concedidos ao <i>Urban Community Development Office (UCDO)</i>, que estende os empréstimos às comunidades.</p> <p>O governo tailandês reconhece os sucessos de UCDO e em 2002 foi criado o <i>Community Organization Development Institute (CODI)</i> para continuar e expandir esse trabalho.</p> <p>Devido ao fato de que entre 70-80% da população não poderia pagar a habitação convencional, quer através do mercado ou através dos programas habitacionais governamentais, o governo respondeu com a introdução de <i>Baan Mankong</i> ("habitação segura"), um programa nacional de melhoria e segurança da posse em janeiro de 2003.</p> <p>Reconhecendo o trabalho de CODI no fortalecimento das organizações locais, reduzindo a pobreza e combatendo a desigualdade, <i>Baan Mankong</i> foi passado para CODI para a implementação.</p> <p>Fonte: Satterthwaite, David e Diana Mitlin (2014), <i>Reducing Urban Poverty in the Global South</i>, Routledge, Londres</p>
Parceiros da Implementação	CODI
Resultados do projeto	Em 2000, 950 grupos de poupança comunitária tinham sido criados e apoiados em 53 das 73 províncias da Tailândia; créditos habitacionais e assistência técnica tinham sido oferecidos para 47 projetos habitacionais envolvendo 6.400 famílias; subsídios para pequenas melhorias nas condições de infraestrutura e condições de vida tinham sido fornecidos para 796 comunidades, beneficiando 68,208 famílias; e mais de 100 redes comunitárias tinham sido criadas. Mais de 1 bilhão de <i>baht</i> (cerca de US\$ 25 milhões) tinham sido disponibilizados em empréstimos, e mais da metade dos empréstimos já tinham sido pagos na íntegra. Estimativas informais sugerem que os ativos de cerca de 2 bilhões de <i>baht</i> foram





	gerados pelos projetos. Em abril de 2012, o programa <i>Baan Mankong</i> proporcionou a melhoria de mais de 91.000 casas em 270 cidades
--	--

Título do Projeto	<i>Shack Dwellers Federation of Namibia (SDFN) and the Namibia Housing Action Group (NHAG)</i> Moradores de Barracos da Federação da Namíbia e Grupo de Ação para Habitação da Namíbia
Metas e Objetivos	#2 Habitação Inclusiva
Localização	Namíbia
Descrição do Projeto	<p>A Federação usa estratégias de solidariedade coletiva, a presença política e a capacidade financeira para incentivar as autoridades locais a reconsiderar as abordagens tradicionais de desenvolvimento urbano, tendo assistido até agora cerca de 5 por cento da população urbana da Namíbia com melhorias habitacionais. A Federação acredita que grupos locais devem definir soluções que trabalham para eles, buscando aproveitar os recursos da autoridade local para garantir a acessibilidade para todos. Estas soluções precisam construir o poder do coletivo, possibilitando ações comunitárias sucessivas para alcançar aspirações de desenvolvimento adicionais para a comunidade. O processo conduzido pela comunidade incorpora autoajuda como um de uma série de estratégias para alcançar a acessibilidade, mas, mais importante, também para incorporar um processo social em toda a comunidade. Os movimentos sociais fortemente enraizados em bairros locais podem garantir o avanço político dos pobres através de pressão política eficaz sobre os decisores políticos. A localização de base do movimento permite que o processo de provisão de moradia desenvolva ferramentas e métodos relevantes, que por sua vez são encaixados dentro de processos de negociação para a redistribuição mais igualitária dos recursos do Estado.</p> <p>A estrutura de organização da comunidade é baseada em esquemas de poupança lideradas pelas mulheres, que agora são 390, envolvendo 15.000 famílias dentro Namíbia</p> <p>Fonte: Anna Muller and Diana Mitlin (2007), <i>Environment & Urbanization, International Institute for Environment and Development (IIED)</i>, Vol. 19(2): 425–439.</p>

Título do Projeto	Banana Kelly Community Improvement Association USA Associação de Melhoria da Comunidade Banana Kelly EUA
Metas e Objetivos	#2 Habitação inclusiva
Localização	EUA





Período de Atuação	1992-2000
Descrição do Projeto	<p>O projeto Bronx Center é um plano de colaboração baseado na comunidade para revitalizar um conjunto severamente deteriorado de 300 edificações do Sul do Bronx.</p> <p>A abordagem é para resolver problemas urbanos conectando os membros da comunidade, acadêmicos, profissionais de incorporadoras, organizações não-lucrativas, as empresas locais, instituições culturais e sociais, e autoridades da cidade/políticos em um processo de resolução de problemas que está ativa e colaborativa.</p> <p>Trata-se de US\$ 2 bilhões em atividades abrangentes de revitalização ao longo de cinco anos, incluindo projetos que visam a recuperação de edifícios de arquitetura significativos; a construção de centenas de novas residências para baixa e média renda e o desenvolvimento de equipamentos de saúde e serviços humanos de base comunitária; a reabilitação das existentes e o desenvolvimento de novas instituições educacionais e culturais; a criação de novo espaço aberto e de lazer; e a melhoria dos sistemas de transporte.</p> <p>http://mirror.unhabitat.org/bp/bp.list.details.aspx?bp_id=3901</p>
Abordagem de Desenvolvimento do Projeto	Desenvolvimento liderado pela Comunidade

Título do Projeto	<i>UCISV-VER Housing Program for the Peripheral Areas of Xalapa, Veracruz Mexico</i> Programa Habitacional <i>UCISV-VER</i> para Áreas Periféricas de Xalapa, Veracruz, México
Metas e Objetivos	#2 Habitação inclusiva
Localização	México
Período de Atuação	Iniciado em 1991
Descrição do Projeto	<p>Formação de uma grande parte da população em questões de assentamento e métodos de autoconstrução.</p> <p>O acesso à terra em uma reserva Governo do Estado para a habitação de baixa renda. Criação de um regime de poupanças e empréstimos para o programa de habitação na reserva territorial e para a melhoria da habitação nas zonas periféricas.</p> <p>http://mirror.unhabitat.org/bp/bp.list.details.aspx?bp_id=3396</p>
Parceiros de implementação	Organização de Base Comunitária

Título do Projeto	Recuperação do complexo habitacional no <i>Historical Center of San Salvador (CHSS)</i> e sua contribuição para uma cidade justa e sustentável,
--------------------------	--





	decorrente do reconhecimento do direito à moradia adequada na cidade, terra e participação cidadã
Metas e Objetivos	#2 Habitação inclusiva
Localização	El Salvador
Período de Atuação	Iniciado em 2004
Descrição do Projeto	<p>Dada a situação crítica de deterioração do <i>habitat</i> e do abandono na zona antiga de San Salvador, FUNDASAL implementou o projeto "<i>Recovery of the Housing Purpose of the Historical Center</i>", com quatro temas: organização social, planejamento participativo, gestão da terra e de projetos habitacionais. Os objetivos são: procurar soluções coletivas entre os cidadãos e instituições; voltar para a cidade compacta, evitando a dispersão atual com seus graves danos ao meio ambiente; apoiar a permanência dos moradores empobrecidos nos assentamentos de baixa renda; assegurar o exercício da cidadania e dos direitos. A estratégia visa à abertura de oportunidades de participação em um amplo movimento social composto por pessoas, instituições e outras partes interessadas. Mais de 200 famílias, das quais 75% têm mulheres como chefes de família, legalizaram cinco Cooperativas de Habitação e estabeleceram uma rede social para autogestão das melhorias do <i>habitat</i>, ocasionando o interesse de outros 260 habitantes de bairros antigos.</p> <p>http://mirror.unhabitat.org/bp/bp.list.details.aspx?bp_id=1019</p>

Título do Projeto	Consolidação Habitacional e Recuperação Ambiental da área da Bacia do Córrego "Juan Bobo"
Metas e Objetivos	#2 Habitação inclusiva
Localização	Colômbia
Período de Atuação	Iniciado em 2004
Descrição do Projeto	<p>A Assistência à Gestão e Habitação da <i>EDU – Urban Development Company</i> – definiu o objetivo de conduzir uma intervenção piloto, demonstrativa e integral em um assentamento em condições críticas localizadas ao longo da bacia do córrego "Juan Bobo" em Medellín. Através da aplicação de um modelo alternativo para o reassentamento no local, a consolidação de habitação e recuperação ambiental, a gestão do projeto que visou a melhoria das condições de vida de 300 famílias, introduzindo mudanças nas políticas públicas e nas atividades intrainstitucionais, incorporando um micro-território no desenvolvimento da cidade e promovendo um exercício favorecendo o direito de abrigo em consenso com a comunidade.</p> <p>http://mirror.unhabitat.org/bp/bp.list.details.aspx?bp_id=1294</p>





Título do Projeto	Un Techo para mi País (UTPMP) Um Teto para meu País
Metas e Objetivos	#2 Habitação inclusiva
Localização	Chile
Período de Atuação	Iniciado em 1997
Descrição do Projeto	Criar comunidades sustentáveis com habitação permanente e intervenções na estrutura social. http://mirror.unhabitat.org/bp/bp.list.details.aspx?bp_id=4427
Parceiros de implementação	*IDB

Título do Projeto	Melhorando o Acesso à Terra Urbana e aos Direitos de Propriedade para Mulheres e Famílias
Metas e Objetivos	#2 Habitação inclusiva
Localização	Bolívia
Período de Atuação	2012
Descrição do Projeto	<p>O projeto visa a melhoria do acesso à terra e dos direitos de propriedade para as mulheres e as famílias urbanas excluídas na Bolívia. <i>HFH Bolívia</i> está trabalhando para permitir que as mulheres que vivem nas favelas de Cochabamba adquiram os direitos de terras e de direitos de propriedade. O projeto foca em reformas regulatórias para remover as barreiras que as mulheres e as famílias enfrentam em relação à posse segura e aos direitos de propriedade em todo o país.</p> <p><i>Barrio Bethânia</i> é um assentamento informal que surgiu em terras agrícolas fora da cidade de Cochabamba, na Bolívia, em uma área conhecida como Distrito 9. Estabelecer direitos de propriedade é caro, envolve o conhecimento de uma burocracia complicada, que pode ser dificultada por correntes obscuras de posse. Sem zoneamento adequado e prova de propriedade, os moradores dessas comunidades sem infraestrutura são muitas vezes incapazes de acessar os serviços básicos da cidade.</p> <p>Em março de 2012 <i>HFH Bolívia</i> assinou um acordo com o Departamento de Planejamento de Cochabamba para ajudar a assegurar que 3000 famílias no Distrito 9 da cidade de Cochabamba, encabeçados por mulheres ou grupos vulneráveis fossem capazes de acessar seus direitos à terra, sabendo que não seriam expulsos de suas terras e podendo, portanto, investir na construção ou renovação de lares seguros e decentes.</p> <p>Fonte: <i>Habitat For Humanity</i></p>
Resultados do Projeto	No Distrito 9, Cochabamba, <i>HFH Bolívia</i> apoiou a reforma fundiária através da promoção de uma Rede de Liderança da Mulher e da criação





de uma Escola para Mulheres Líderes sobre a Segurança da Posse. A escola educa as mulheres sobre os aspectos técnicos e legais do direito à terra, proporciona-lhes estratégias de planejamento, e ensina-as a usar GPS para levantamentos topográficos e cartografia. Os esforços da rede de planejamento levaram a mudanças na lei de direitos de propriedade na Bolívia que ajudaram cerca de 1,8 milhões de mulheres no país, determinando que os seus nomes fossem listados em títulos de propriedade.

Título do Projeto	Strengthening Civil Society- Government Engagement for Land Tenure Security (SCSGELTS) Reforçando o Engajamento da Sociedade Civil e do Governo para a Segurança da Posse da Terra
Metas e Objetivos	#2 Habitação inclusiva
Localização	Cambodja
Descrição do Projeto	<p>As políticas, práticas e instituições existentes não fornecem aos pobres o acesso adequado à posse segura e à terra adequada para a habitação. O governo do Cambodja queria testar diferentes abordagens para fornecer aos pobres assistência ao acesso à terra e aos meios de subsistência.</p> <p>A fim de melhorar o ambiente econômico e social da aldeia, do município e do distrito de Battambang – através da <i>Social Land Concession (SLC)</i>, que promove a posse da terra em parceria com Estado e sociedade civil, <i>Habitat Cambodia</i> trabalhou com o governo para facilitar a posse da terra através de iniciativa de base comunitária, incluindo a resolução de disputas de terra para ajudar centenas de famílias pobres a garantir os direitos legais de sua terra. O projeto visava beneficiar 2.250 famílias através da formação, demarcações de terras, microcrédito para melhorias habitacionais e assistência técnica. Este projeto foi construído a partir de iniciativas lideradas pelo Banco Mundial promovendo a segurança da posse da terra, melhorias habitacionais e dos meios de subsistência.</p> <p>HFHC realizou parceria com o Banco Mundial para apoiar o Ministério da Gestão do Território, Planejamento Urbano e Construção para o <i>Land Allocation for Social Economic Development Project (LASED)</i>, complementando a atividade de registro sistemático de terras (<i>systematic land registration – SRL</i>) por meio do fortalecimento de parcerias entre o governo e a sociedade civil para apoiar a entrega de posse segura nas comunidades urbanas do distrito de Battambang.</p> <p>HFHC desenvolveu e implementou o compartilhamento de informações e materiais de treinamento e atividades para desenvolver a capacidade das organizações da sociedade civil e do governo local implementando a <i>Concessão de Terrenos Sociais (Social Land Concessions - SLC)</i>. Também</p>





	apoiaram destinatários de terras e autoridades locais no planejamento e implementação da SLC local como parte de um desenvolvimento urbano integrado, concebido como uma ONG. Fonte: <i>Habitat For Humanity</i>
Modelo de Financiamento	O financiamento para o projeto foi recebido de AusAID através do <i>Habitat for Humanity Austrália (HFHA)</i>

3. Habitação Acessível: a adoção de políticas e medidas para melhorar o acesso à habitação para aquisição de casa própria, políticas de subsídios que permitam que famílias de baixa renda aluguem ou comprem habitação adequada a preços acessíveis, a adoção de políticas fundiárias e de taxas hipotecárias apropriadas e mecanismos que limitem a especulação imobiliária.

Título do Projeto	Primera Casa Buenos Aires Mi Casa Buenos Aires
Metas e Objetivos	#3 Habitação acessível
Localização	Argentina
Período de Atuação	Em andamento
Descrição do projeto	Os programas abordam o acesso limitado ao crédito habitacional. Apoiado pelo governo, esses dois programas hipotecários são geridos pelo <i>Instituto Verificador de Circulaciones (IVC)</i> e oferece subsídio na demanda e prevenção da inflação. http://milanoschool.org/wp-content/uploads/2015/06/The-Housing-Challenge_Avoiding-the-Ozymandias-Syndrome.pdf
Beneficiários	Vários níveis de renda.
Abordagem de Desenvolvimento do Projeto	✓ Governo e instituição financeira
Parceiros de Implementação	Governo e instituição financeira
Modelo de Financiamento	- Através do projeto <i>Primera Casa Buenos Aires</i> , o valor máximo da propriedade para os requerentes é de \$ 950.000 (sem filhos) e \$ 1,3 milhões (com filhos). Dependendo da renda do requerente, o crédito é fornecido para até 85 por cento do valor do imóvel, com reembolsos de 15 a 20 anos a taxas de juros mantidas abaixo dos níveis da inflação corrente. - <i>Mi Casa Buenos Aires</i> é financiado através de uma parceria entre o <i>Instituto de la Vivienda de la Ciudad</i> e o <i>Banco Ciudad</i> . Sob este programa, o montante máximo do empréstimo é de \$ 1.000.000, que pode cobrir até 80 por cento do valor do imóvel em 15 anos, com taxas de juros fixadas em 5 por cento ao ano.





Título do Projeto	Pro.Cre.Ar
Metas e Objetivos	#3 Habitação acessível
Localização	Argentina
Período de Atuação	Em andamento
Descrição do projeto	<p>O programa trata do acesso limitado ao crédito habitacional. Apoiado pelo governo, o programa é gerido pelo <i>Instituto Verificador de Circulaciones (IVC)</i> e trata da demanda por subsídios e prevenção da inflação.</p> <p>http://milanoschool.org/wp-content/uploads/2015/06/The-Housing-Challenge_Avoiding-the-Ozymandias-Syndrome.pdf</p>
Beneficiários	Jovens profissionais
Modelo de Financiamento	É financiado através de uma colaboração entre a <i>National Administration of Social Security (ANSES)</i> e o <i>Banco Hipotecario</i> . São disponibilizados créditos de até \$ 500.000 e os juros correspondem à renda. Os níveis de juros variarão de 2 por cento a 14 por cento; a inflação nacional estimada é de cerca de 25 por cento. O programa é separado em duas partes: a primeira fornece suporte de crédito para proprietários de terras para a construção (ampliação ou nova construção), enquanto o segundo fornece crédito para construir novas casas em terras de propriedade do Estado, que depois serão vendidas a proprietários privados.

62

Título do Projeto	<i>Vivienda de Interés Social (VIS)</i> Habitação de Interesse Social <i>Vivienda de Interés Prioritario (VIP)</i> Moradia de Interesse Prioritário <i>IDB Partnership</i> Parceria BID
Metas e Objetivos	#3 Habitação acessível
Localização	Colômbia
Descrição do projeto	<p><i>VIS</i> visa prover 100.000 casas para famílias de baixa renda a uma taxa estimada custo de \$ 583 milhões. Destas unidades, 86.000 serão construídas em áreas urbanas e 14.000 em zonas rurais.</p> <p>Famílias com rendimentos até 150 por cento do salário mínimo receberão uma subvenção máxima de \$ 7.900. As famílias que ganham 150 por cento para 200 por cento do salário mínimo irá receber um subsídio de até \$ 6.900.</p> <p>Através do projeto <i>VIP</i> estão sendo construídas edificações multifamiliares de apartamentos, cada um medindo de 35 a 45 metros. O valor máximo de uma unidade habitacional na categoria <i>VIP</i> é de COP 41,26 milhões (US\$ 24.759). O governo estima que o custo do projeto é de aproximadamente \$ 4,2 bilhões para 100.000 unidades.</p> <p>http://milanoschool.org/wp-content/uploads/2015/06/The-Housing-Challenge_Avoiding-the-Ozymandias-Syndrome.pdf</p> <p>Outro projeto decorre da parceria entre o BID e a <i>Credifamilia Compañía</i></p>





	<p>de <i>Financiamiento S.A.</i> Foi fornecido crédito para conceder mais de 16.000 hipotecas no valor de \$ 283 milhões. No âmbito da parceria, o BID garantirá \$5,38 milhões ao longo de um período de cinco anos.</p> <p>http://www.iadb.org/en/news/news-releases/2011-09-14/housing-shortage-in-low-income-sectors-in-colombia,9538.html</p>
Beneficiários	(VIS) para baixa renda (VIP) para a menor renda
Parceiros de Implementação	Governo, IADB, instituição financeira
Modelo de Financiamento	Subsídios do Governo

Título do Projeto	"10-90 scheme" "20-80 scheme" "40-60 scheme"
Metas e Objetivos	#3 Habitação acessível
Localização	Etiópia
Período de Atuação	Em andamento
Descrição do projeto	<p>Prover 35.000 unidades habitacionais. Os requerentes fazem um depósito de 10 por cento do custo da casa, financiando os 90 por cento restantes através de um empréstimo.</p> <p>Além disso, há 122.000 unidades habitacionais para o "esquema 20-80", e 10.000 unidades habitacionais para "esquema de 40-60", ambos sendo financiados de forma similar.</p> <p>http://milanoschool.org/wp-content/uploads/2015/06/The-Housing-Challenge_Avoiding-the-Ozymandias-Syndrome.pdf</p>
Beneficiários	Baixa renda
Principais Lições Aprendidas / Principais Realizações / Práticas Promissoras	A demanda por esses três esquemas tem sido alto, com um total de 865.000 pessoas registradas até o momento

Título do Projeto	Pacote de Políticas Governamentais
Metas e Objetivos	#3 Habitação acessível
Localização	Kenya
Período de Atuação	Em andamento
Descrição do projeto	<p>O governo propôs um pacote de trinta e duas políticas de incentivos para encorajar a construção de habitação de baixa renda, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Isenção de VAT para habitação de baixa renda• Direito de dedução para despesas com infraestrutura social, juros de custo de capital utilizados para a construção de infraestrutura social, empréstimos à habitação até KES 150.000 (US\$ 1.650) por ano,





	edifícios industriais, fornecimento de habitação para os empregados <ul style="list-style-type: none">• Contribuições para planos de poupança para a casa própria• Baixa tributação dos títulos de habitação http://milanoschool.org/wp-content/uploads/2015/06/The-Housing-Challenge_Avoiding-the-Ozymandias-Syndrome.pdf
Beneficiários	Grupos de baixa renda

Título do Projeto	Projeto de Financiamento Habitacional para Baixa Renda
Metas e Objetivos	#3 Habitação acessível
Localização	Índia
Período de Atuação	Em andamento
Descrição do projeto	O projeto se concentrará em estender empréstimos a famílias de baixa renda para comprar, construir ou melhorar a habitação http://milanoschool.org/wp-content/uploads/2015/06/The-Housing-Challenge_Avoiding-the-Ozymandias-Syndrome.pdf
Beneficiários	Famílias de baixa renda
Parceiros de Implementação	<i>National Housing Bank (NHB)</i>
Modelo de Financiamento	- Financiado através de um crédito de \$ 100 milhões do Banco Mundial para o governo da Índia - O financiamento será estendido através do <i>NHB</i> para fortalecer as instituições financeiras que já são dirigidas a esses grupos

Título do Projeto	<i>Rent-to-own model</i> Modelo Alugar para tornar-se Proprietário
Metas e Objetivos	#3 Habitação acessível
Localização	Nigéria
Descrição do projeto	O <i>Federal Capital Territory (FCT)</i> fará parceria com agentes do setor privado para fornecer um modelo de aluguel que irá permitir que os participantes de baixa renda aluguem por um período de 15 a 20 anos para, posteriormente, obter a propriedade. http://milanoschool.org/wp-content/uploads/2015/06/The-Housing-Challenge_Avoiding-the-Ozymandias-Syndrome.pdf
Beneficiários	Famílias de baixa renda

Título do Projeto	Cornubia
Metas e Objetivos	#3 Habitação acessível
Localização	Sul da África
Descrição do projeto	Um dos mais recentes projetos da cidade que está sendo desenvolvido pela Tongaat Hulett é Cornubia, que tem como objetivo prover 24.000





	<p>unidades habitacionais até 2030. Destas unidades, 15.000 serão habitações a preços acessíveis. Serão disponibilizados subsídios totais para as famílias de renda mais baixa, que serão apoiados por uma parceria entre o município e a província. Além disso, haverá habitação para arrendamento a preços acessíveis para grupos de baixa renda, bem como a habitação para grupos de média a média-alta renda. Além de habitação, 2 milhões de metros quadrados são reservados para espaços comerciais e 80 hectares para o desenvolvimento industrial.</p> <p>http://milanoschool.org/wp-content/uploads/2015/06/The-Housing-Challenge_Avoiding-the-Ozymandias-Syndrome.pdf</p>
Beneficiários	Famílias de mais baixa renda
Parceiros de Implementação	Tongaat Hulett

Título do Projeto	<i>Chattanooga Neighborhood Enterprise (CNE)</i>
Metas e Objetivos	#3 Habitação acessível
Localização	EUA
Período de Atuação	Início em 1984 - Em andamento
Descrição do projeto	<p>CNE é uma parceria público-privada que utiliza estratégias de mercado para restaurar áreas residenciais deterioradas e criar novas oportunidades de casa própria para famílias de baixa a moderada renda. Usando fundos de todos os níveis de governo e contribuições privadas como alavanca, a CNE é capaz de acessar grandes quantidades de capital necessárias para esta escala de reabilitação da habitação e de revitalização de bairro de credores convencionais. Os programas de empréstimos flexíveis da CNE permite que famílias de mais baixa tenham acesso à melhores habitações.</p> <p>http://mirror.unhabitat.org/bp/bp.list.details.aspx?bp_id=3873</p>
Abordagem de Desenvolvimento de Projetos	✓ PPPP

Título do Projeto	Minha Casa Minha Vida
Metas e Objetivos	#3 Habitação acessível
Localização	Brasil
Período de Atuação	Desde 2009
Descrição do projeto	<p>O Brasil implementou um ambicioso programa de habitação social nacional para estimular a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais para a população de renda baixa e média-baixa. O objetivo inicial era contratar 1 milhão de unidades habitacionais no biênio 2009-2010.</p>





Beneficiários	Famílias de mais baixa renda
Parceiros de Implementação	Programa Governamental

Título do Projeto	Fogarim - Acesso a Empréstimos Hipotecários para a Renda Informal
Metas e Objetivos	#3 Habitação acessível
Localização	Marrocos
Período de Atuação	Desde 2004
Descrição do projeto	Encorajar os bancos a financiar famílias de renda baixa e informal, garantindo seus empréstimos contra o risco de crédito. http://siteresources.worldbank.org/FINANCIALSECTOR/Resources/GHFC_2021_Nouaman_Al_Aissami.pdf
Beneficiários	Público-alvo: renda Informal: a pré-condição é não ter receitas (salários) formais; - baixa renda: casas sociais e pagamento mensal inferior a 1500 DH ~\$176; - não é um proprietário; - pratica uma atividade que gera renda

4. Moradia Adequada: medidas que fornecem proteção contra os choques naturais, perigos e doenças (habitabilidade), acesso a serviços básicos, incluindo água, saneamento, acesso a iluminação, eletricidade e disposição de lixo em contextos urbanos e rurais desenvolvidos, garantir a direito à posse segura, incluindo o cumprimento de um *continuum* de direitos à terra, a promoção dos direitos da terra com igualdade de gênero e proibição de discriminação em relação à habitação e de despejos forçados.

Título do Projeto	Plan URBE- Barrio Don Bosco
Metas e Objetivos	#4 Moradia Adequada
Localização	Argentina
Período de Atuação	1994-1995
Descrição do projeto	Prestação de serviços para famílias de baixa renda que vivem na área do norte de Buenos Aires, Argentina. Foi levada a cabo pela APAC, uma associação civil sem fins lucrativos que trabalham em temas de <i>habitats</i> com populações marginais, temas relativos tanto à terra quanto à habitação. O projeto consiste em 173 lotes fornecidos com uma infraestrutura básica, como: <ul style="list-style-type: none">• Sistema de Abastecimento de Água• Sistema de Abastecimento de Eletricidade• Construções de Estradas• Sistema Aberto de Drenagem de Águas Pluviais• Postes de Luz• Iluminação Pública das Ruas http://mirror.unhabitat.org/bp/bp.list.details.aspx?bp_id=3634





Beneficiários	Famílias de baixa renda
Parceiros de Implementação	APAC associação civil sem fins lucrativos

Título do Projeto	<i>Luanda Sul Self-Financed Urban Infrastructure Program</i> Programa de Infraestrutura Urbana Autofinanciado de Luanda Sul
Metas e Objetivos	#4 Moradia Adequada
Localização	Angola
Período de Atuação	Iniciado em 1994
Descrição do Projeto	Parcerias entre entidades governamentais (EDURB), setor privado (Odebrecht e Prado Valladares) e comunidade (clientes privados). Programa piloto para construção de infraestrutura urbana em três setores de Luanda: Talatona, Novos Bairros e Morar http://mirror.unhabitat.org/bp/bp.list.details.aspx?bp_id=2601
Abordagem de Desenvolvimento de Projeto	✓ PPPP

Título do Projeto	<i>Chapelview Apartments</i>
Metas e Objetivos	#4 Moradia Adequada
Localização	Canadá
Período de Atuação	Iniciado em 2006
Descrição do Projeto	O Projeto Chapel View foi criado primeiramente para fornecer moradia para cerca de 16.000 pessoas atualmente em lista de espera. Construção de um edifício que contribua para a eficiência energética, qualidade do ar, materiais de construção orgânicos, conservação de água e, o mais importante, um programa educacional para motivar cada um dos proprietários a apreciar e cuidar de seus apartamentos. http://mirror.unhabitat.org/bp/bp.list.details.aspx?bp_id=4133

Título do Projeto	Hipoteca Verde
Metas e Objetivos	#4 Moradia Adequada
Localização	México
Período de Atuação	Desde 2007
Descrição do Projeto	CONAVI e o <i>Institute of the National Housing Fund for Workers (INFONAVIT)</i> , o principal provedor de hipotecas no país, lançou o programa Hipoteca Verde em 2007. O programa oferece hipotecas adicionais acessíveis com 20% de subsídios para qualificar famílias na compra de casas equipadas com o chamado Pacote Básico de ecotecnologias pré-aprovadas (iluminação energeticamente eficiente,





	<p>aquecedores solares de água, isolamento térmico e pintura refletiva e revestimento de paredes e telhados, lixeiras separadas para resíduos sólidos, aquecedores de água a gás energeticamente eficientes, bem como torneiras e vasos sanitários que economizem água). A ideia é que as eco-tecnologias permitirão economias às famílias que poderão, portanto, fazer um empréstimo maior, enquanto a iniciativa também supera a barreira do alto custo inicial da eco-tecnologia. De acordo com CONAVI, cada moradia em questão economizou de 1 a 1,5 toneladas de emissão de CO² por ano.</p> <p>Fonte: ONU-Habitat (2012) <i>Sustainable Housing for Sustainable Cities</i> p.34</p> <p>http://www.masshousingcompetition.org/sites/default/files/sustainable_housing_for_sustainable_cities_1.pdf</p>
--	---

Título do Projeto	Melhoria da Cozinha
Metas e Objetivos	#4 Moradia Adequada
Localização	Ethiopia
Descrição do Projeto	<p>Melhoria de Cozinha é uma das áreas de intervenção do HFHE's para auxiliar famílias a melhorar suas condições de vida através do reparo de suas cozinhas e/ou da adição de itens às cozinhas, renovando e melhorando suas estruturas. Geralmente estes serviços ajudam as famílias a ter ou usar uma cozinha melhor, mais barata, com mais economia de energia e melhores para o meio ambiente, contribuindo com a saúde das famílias e com o meio ambiente. Ao final deste projeto, 750 famílias serão beneficiadas pela melhoria de cozinha.</p> <p><i>Fonte: Habitat For Humanity</i></p>

Título do Projeto	Empoderando de Mulheres e Grupos Vulneráveis ao Exercício do Direito à Inclusão, Posse Segura da Terra, e Propriedade
Metas e Objetivos	#4 Moradia Adequada
Localização	Brasil
Descrição do Projeto	<p>Promover a reforma territorial e regularizar a posse de terra segura e os direitos à propriedade, particularmente para mulheres e grupos vulneráveis, para reduzir a pobreza urbana em Recife.</p> <p>Devido à histórica privação de direitos relacionados a questões da terra, mulheres e grupos vulneráveis precisam de assistência específica para garantir a posse da terra e direitos de propriedade seguros. Em resposta, este projeto aborda conflitos fundiários urbanos e despejos através da promoção de políticas sensíveis ao gênero em Recife.</p> <p>Soluções práticas incluem o estabelecimento de novas entidades para reforçar a defesa judicial, a assistência jurídica e conselhos de</p>





	<p>planejamento para as mulheres e outros grupos. Além disso, o projeto fortalece de cidadania e liderança de mulheres, através de organizações comunitárias e redes de advocacia especializadas em posse social da terra e direitos de propriedade. Em última análise, isso contribuirá para um poder judiciário e executivo mais ágeis a respeito de posse da terra e direitos de propriedade seguros.</p> <p><i>Fonte: Habitat For Humanity</i></p>
--	--

5. Melhoria de Assentamentos Informais: apoio aos programas de melhoria de bairros e proteção gradual de moradias

Título do Projeto	Slum Alleviation Policy and Action Plan (SAPOLA) Política e Plano de Ação para a Melhoria de Favelas
Metas e Objetivos	#5 Melhoria de Assentamentos Informais
Localização	Indonésia
Descrição do Projeto	<p>Abordar a falta de habitação acessível.</p> <p>Um projeto dirigido pelo SAPOLA é o de Melhoria da Qualidade das Habitações Sociais por Autoajuda. Reconhecendo que 80 por cento das habitações de baixa renda se enquadram na categoria de autoajuda, esta iniciativa visa criar o acesso ao financiamento para a melhoria das unidades inadequadas.</p> <p>http://milanoschool.org/wp-content/uploads/2015/06/The-Housing-Challenge_Avoiding-the-Ozymandias-Syndrome.pdf</p>
Beneficiários-alvo	Grupos de baixa renda

69

Título do Projeto	Piso Firme
Metas e Objetivos	#5 Melhoria de Assentamentos Informais
Localização	México
Descrição do Projeto	<p>Um subsídio único de cerca de US\$ 150 por unidade para substituir chão de terra batida por pisos de cimento, oferecendo às famílias que não possuem tal pavimento até 50 metros quadrados de piso de concreto. Entre 2000 e 2007, este programa instalou pisos de cimento em cerca de 300.000 das cerca de 3 milhões de casas no México que tinham piso de terra batida.</p> <p>O programa cobre o custo do cimento e as famílias fornecem o trabalho necessário para o assentamento do piso. O cimento é derramado, e cada família faz o trabalho em cerca de quatro horas seguindo as instruções que são dadas.</p> <p>http://milanoschool.org/wp-content/uploads/2015/06/The-Housing-Challenge_Avoiding-the-Ozymandias-Syndrome.pdf</p>
Beneficiários-alvo	Iniciado em 2000





Principais Lições Aprendidas/Principais Realizações/Práticas Promissoras	Entre 2000 e 2007, este programa forneceu cerca de 300.000 pisos de cimento. Melhorou a saúde das crianças e o bem-estar familiar.
---	--

Título do Projeto	<i>Moroccan National Shelter Upgrading Agency (ANHI) in the metropolitan area of Agadir</i>
Metas e Objetivos	#5 Melhoria de Assentamentos Informais
Localização	Marrocos
Período de Atuação	1990-1998
Descrição do Projeto	Dado que a oferta de habitação para famílias de baixa renda tem sido largamente insuficiente, o ANHI ajudou posseiros, moradores de favelas e outras famílias de baixa renda (com uma grande porcentagem de famílias chefiadas por mulheres) a melhorar não só as suas condições de abrigo, mas também a sua integração na economia, vida social e política da cidade. O programa integrado é caracterizado pela visão de longo alcance e engajamento ativo da comunidade no planejamento e na implementação. http://mirror.unhabitat.org/bp/bp.list.details.aspx?bp_id=3388
Beneficiários-alvo	Moradores de assentamentos informais e famílias de baixa renda.

70

Título do Projeto	Projeto de Revitalização do Rio Funan e Melhoria de Assentamentos Urbanos
Metas e Objetivos	#5 Melhoria de Assentamentos Informais
Localização	China
Período de Atuação	Iniciado em 1993
Descrição do Projeto	O tratamento e a restauração do fluxo dos rios Fu e Nan foi uma tarefa complexa, que incluiu sistema de esgoto, efluentes, gestão da água, controle de inundações e a realocação de 30.000 famílias (100.000 pessoas) que viviam em barracos nas margens dos rios e a relocação, desativação ou limpeza de 1.006 empresas e instituições responsáveis por efluentes industriais e poluição. http://mirror.unhabitat.org/bp/bp.list.details.aspx?bp_id=2855

Título do Projeto	Realocação de moradores de fundos de terreno de áreas superlotadas e insalubres para uma área de reassentamento oferecendo todos os serviços municipais básicos
Metas e Objetivos	#5 Melhoria de Assentamentos Informais (#4 Moradia Adequada)
Localização	Namíbia





Período de Atuação	Iniciado em 1994
Descrição do Projeto	<p>A superlotação no tradicional subúrbio negro de Kuisebmond (uma herança do <i>apartheid</i>) em Walvis Bay resultou em crescente pressão sobre as infraestruturas urbanas e sociais.</p> <p>Alguns dos principais problemas incluíam sistema de esgoto subdimensionado, rápida propagação de doenças como a tuberculose e riscos de incêndio. A multiplicação de estruturas habitacionais informais (barracos) feitos de materiais de construção não tradicionais em fundos de terreno eram particularmente preocupantes.</p> <p>A relocação dos moradores de fundos de terreno para uma área de reassentamento que ofereceria às pessoas todos os serviços municipais básicos, como água limpa, eletricidade e serviços sanitários parecia ser uma solução lógica. Juntamente com as comunidades afetadas foi planejada uma nova área, Tutaleni Village.</p> <p>http://mirror.unhabitat.org/bp/bp.list.details.aspx?bp_id=2443</p>

Título do Projeto	Villes sans Bidonvilles Cidades sem Favelas
Metas e Objetivos	#5 Melhoria de Assentamentos Informais
Localização	Marrocos
Período de Atuação	Desde 2004
Descrição do Projeto	<p>O programa prevê a melhoria de todas as favelas até 2012 e facilita a integração econômica da população carente urbana, alcançando 293.000 famílias em 83 vilas e cidades.</p> <p>http://www.housingfinanceforthe poor.com/data/images/casablanca%20best%20practices%20in%20slum%20improvement.pdf</p> <p>https://www.microlinks.org/sites/microlinks/files/resource/files/ML5597_mr_96_morocco_housing_finance_for_the_poor.pdf</p>





NOTAS FINAIS

ⁱMeta 11.1 dos ODS.

ⁱⁱNúmeros de favelas extraídos da ONU-Habitat, Global Urban Observatory - Urban Indicators Database 2015, com base em informações de censo nacional, enquanto a fonte dos projetos de população é United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015). *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision*, (ST/ESA/SER.A/366).

ⁱⁱⁱEstas categorias são extraídas do Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living”, Miloon Kothari, A/HRC/4/18, <http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G07/106/28/PDF/G0710628.pdf?OpenElement>.

^{iv}As estimativas dos investimentos necessários para melhoria de favelas incluem a compra e transferência de terrenos, habitação, rede de infraestrutura, infraestrutura bruta, escolas e postos de saúde, equipamentos comunitários, planejamento e supervisão e capacitação da comunidade. O custo médio resultante por pessoa para cada um desses componentes varia significativamente em toda a região. Garau P, Sclar ED, Carolini G.Y (2005) *A Home in the City: UN Millennium Project Task Force on Improving the Lives of Slum Dwellers*. London: Earthscan, www.unmillenniumproject.org/documents/Slumdwellers-complete.pdf.

^vVer Habitat III Secretariat (2015), “Issue Papers and Policy Units of the Habitat III Conference”, <http://unhabitat.org/issue-papers-and-policy-units/>.

^{vi}Estas constituições incluem: Bélgica, Equador, Guiana, Haiti, Honduras, Irã (República Islâmica do), Maldivas, Mali, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Federação Russa, São Tomé e Príncipe, Seychelles, África do Sul, Espanha e Uruguai. Ver Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights and UN Habitat (2009). The Right to Adequate Housing. Fact Sheet No. 21/Rev. 1, www.ohchr.org/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_en.pdf.

^{vii}Estas constituições que sugerem uma responsabilidade geral do Estado para garantir a moradia adequada e condições de vida incluem: Argentina, Bangladesh, Brasil, Burkina Faso, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Finlândia, Guatemala, Nepal, Holanda, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Polônia, República da Coreia, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Turquia, Venezuela (República Bolivariana da) e Vietnã. Ver Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights and UN-Habitat (2009).

^{viii}Outros países endossaram declarações das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação, que impedem o acesso à moradia adequada e aprovaram práticas de Habitação Justa.

^{ix}Ibid.

^xUnited Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2014) *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, Highlights* (ST/ESA/SER.A/352)

^{xi}Ibid.

^{xii}Habitação representa mais de 70 por cento do uso do solo urbano na maioria das cidades. UNCHS and OIT (1995) and Tibaijuka (2009), cited in UN-Habitat (forthcoming), *World City Report 2016*.

^{xiii}O setor da construção, do qual a habitação é um importante componente, contribui para cerca de 15-20 por cento do PIB nos países da OCDE (OECD National Accounts, GDP – Real Estate and Construction Components, August 2015). Nos países africanos, a urbanização levou a um *boom* de



construção, que representaram cerca de um terço dos ganhos líquidos de emprego entre 2000 e 2010 (McKinsey Global Institute, 2010. Lions on the move: the progress and potential of African economies. MGI Report), citado em ONU-Habitat (2015), “Housing at the Centre of the New Urban Agenda,” UN-Habitat Policy Paper.

^{xiv} Secretary General of Habitat III (2014), “Progress to date in the implementation of the outcomes of the second United Nations Conference on Human Settlements (Habitat II) and identification of new and emerging challenges on sustainable urban development,” prepared for the Preparatory Committee for the United Nations

Conference on Housing and Sustainable Urban Development (Habitat III), A/CONF.226/PC.1/5, <http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2014/07/Progress-to-date-outcome-Habitat-II-ENGLISH1.pdf>.

^{xv} Ibid.

^{xvi} The Habitat Agenda Goals and Principles, Commitments and the Global Plan of Action (1996), <http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2014/07/The-Habitat-Agenda-Goals-and-Principles-Commitments-and-the-Global-Plan-of-Action-2003.pdf>.

^{xvii} Relatórios da UN MDG estimam que entre 2000 e 2010, um total de 227 milhões de moradores de favelas urbanas em países em desenvolvimento experimentaram melhorias significativas nas suas condições de vida (ONU-Habitat), *The State of the World's Cities Report 2010/11*.

^{xviii} Desde 2003 os Estados-membros da ONU concordaram em definir os moradores de favela como um grupo de indivíduos que vivem sob o mesmo teto faltando um ou mais dos seguintes cinco itens: 1) acesso à água tratada, 2) acesso a instalações sanitárias adequadas, 3) sala de estar suficiente – que não seja superlotada, 4) qualidade estrutural / durabilidade das habitações, e 5) a segurança da posse.

Estas "5 Privações" afetam a vida dos moradores de favelas e, a partir deste acordo, permitiu-se a medição e acompanhamento de dados demográficos de favelas preenchendo a lacuna de informações existente em relação aos assentamentos informais mais amplamente definidos. Para mais informações consulte ONU-Habitat (2003), *Slums of the World and Habitat III Secretariat* (2015) “Habitat III Issues Papers. Informal Settlements”, No. 22, <http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2015/04/Habitat-III-Issue-Paper-22- Informal-Settlements-2.0.pdf>.

^{xix} A ONU afirma que a população das favelas urbanas da Índia diminuiu de 119,7 milhões em 2000 para 104,7 milhões em 2009. Usando uma definição diferente de assentamentos informais, o Censo Indiano relatou que a população que vive em favelas urbanas cresceu de 75,3 milhões em 2001 para 93,1 milhões em 2011. Da mesma forma, os números da ONU sobre a proporção da população que vive em favelas (41,5 por cento da população urbana em 2001) são muito mais elevados do que os números do Censo Indiano (26,3 por cento em 2001). Veja United Nations (2015), “Millennium Development Goals Indicators: Slum population in urban areas (thousands),” <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srid=711>, Government of India Ministry of Housing and Urban Poverty Alleviation (2011), *Slums in India: A Statistical Compendium 2011*, http://nbo.nic.in/Images/PDF/Slum_in_india_2011_english_book_23_May_12.pdf, e ONU-Habitat (2011), *The State of the World's Cities Report 2010/11*.

^{xx} “O SDSN propõe também incluir um indicador separado para a pobreza de renda urbana, já que os \$1,25 da linha de pobreza é mal adaptado para ambientes urbanos onde os serviços básicos





(habitação, água, energia, etc.) precisam ser comprados.” Leadership Council of the Sustainable Development Solutions Network (2014), “Indicators for Sustainable Development Goals,” May, <http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2015/02/140522-SDSN-Indicator-Report-MAY-FINAL.pdf>.

^{xxi} Buckley, R., Kallergis, A., & Wainer, L. (2015). *The Housing Challenge: Avoiding the Ozymandias Syndrome*. Rockefeller Foundation and New School.

^{xxii} Inter-American Development Bank (2013), Urban Development and Housing Sector Framework Document, GN-2732-2.

^{xxiii} Habitat III. (2015). Issue papers- Transport and Mobility. unhabitat.org/wp-content/uploads/2015/04/Habitat-III-Issue-Paper-19_Transport-and-Mobility-2.0.pdf

^{xxiv} No Quênia, por exemplo, o aumento do transporte motorizado, devido à rápida urbanização levou a elevados volumes de tráfego com consumos elevados de energia resultando em degradação ambiental. Republic of Kenya. (2016). National Report on Human Settlements and the New Urban Agenda Towards habitat III. <https://www.habitat3.org/file/514696/view/561753>

^{xxv} ONU-Habitat (2011), *State of the World's Cities 2010/2011. Bridging The Urban Divide*. London: Earthscan.

^{xxvi} Ibid.

^{xxvii} Bernal M. M., J. M. Navarrete and M.G. Donovan (2014) *Equidad territorial en Medellín. La Empresa de Desarrollo Urbano, EDU, como motor de la transformación urbana. Medellín: La Empresa de Desarrollo Urbano*.

^{xxviii} OECD (2012) *OECD Territorial Reviews. The Gauteng City-Region, South Africa*. Paris: OECD.

^{xxix} United Nations. (2011). Affordable Land and Housing in Africa.

<http://unhabitat.org/books/affordable-land-and-housing-in-africa/>.

^{xxx} Cerca de 15 por cento da população mundial, ou cerca de 1 bilhão de pessoas, vivem com deficiência. Eles são a maior minoria do mundo. Secretariat for the Convention on the Rights of Persons with Disabilities (2015), “Factsheet on Persons with Disabilities,” www.un.org/disabilities/default.asp?id=18.

^{xxxi} United Nations Economic Commission for Europe Charter on Sustainable Housing (2015), The Geneva UN Charter on Sustainable Housing: Ensure Access to Decent, Adequate, Affordable, and Healthy Housing for All.

https://www.unece.org/fileadmin/DAM/hlm/documents/Publications/UNECE_Charter_EN.pdf

^{xxxii} International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies (2012) 2012 World Disasters Report 2012 - Focus on forced migration and displacement. International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies, Geneva. Veja também Jacobsen, (2011), “Profiling Urban IDPs? How IDPs Differ from their Non-Urban IDP Neighbours in Three Cities.” *In The Migration-Displacement Nexus: Concepts, Cases and Responses*, edited by Khalid Koser and Susan Martin, London: Ashgate.

^{xxxiii} Por exemplo, em Acra, Gana, 92 por cento das famílias migrantes vivem em uma favela, Old Fadama. Veja Awumbila, M. (2014), “Linkages between Urbanization, Rural-Urban Migration and Poverty Outcomes in Africa. Background Paper for the World Migration Report.”

^{xxxiv} United Nations. (2011). Affordable Land and Housing in Europe and North America.

<http://unhabitat.org/books/affordable-land-and-housing-in-europe-and-north-america-2/>

^{xxxv} United Nations. (2011). Affordable Land and Housing in Africa.

<http://unhabitat.org/books/affordable-land-and-housing-in-africa/>





^{xxxvi} Housing policy and vulnerable social groups by group of specialists on Housing Policies for Social Cohesion. 2008. www.iut.nu/Literature/2008/CoE_HousingPolicyVulnerableGroup_2008.pdf

^{xxxvii} ONU-Habitat. (2014). Accessibility of Housing: A hand book of Inclusive Affordable Housing Solutions for Persons with Disability and Older Persons. <http://unhabitat.org/books/accessibility-of-housing/>

^{xxxviii} Por exemplo, a Etiópia reconhece que a falta de participação das populações afetadas é uma das principais causas do baixo desempenho dos planos de melhoria e renovação de favelas em áreas urbanas. Veja Federal Democratic Republic of Ethiopia.

(2014). National Report on Housing and Sustainable Urban Development. Ministry of Urban Development, Housing and Construction. <http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2014/07/Ethiopia-National-Report.pdf>.

^{xxxix} Equitable Housing Institute. (2016). Exclusionary Housing Policies. <http://www.equitablehousing.org/exclusionary-housing-policies.html>

^{xl} Meyers, M. (Un)Equal protection dot the Poor: Exclusionary Zoning and the need for Stricter Scrutiny. scholarship.law.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1345&context=jcl

^{xli} Inter-American Development Bank (2013), Urban Development and Housing Sector Framework Document, GN-2732-2.

^{xlii} American Planning Association. Zoning for Mixed Uses. Pas Quick Notes no. 6.

^{xliii} Metropolitan Area Planning Council. What are the Benefits of Mixed Use Development? <http://www.mapc.org/resources/mixed-use-zoning/benefits-mixed-use-dev>

^{xliv} ONU-Habitat. (2009). Housing Indigenous People in Cities: Policy Guide to Housing for Indigenous People in Cities. <http://unhabitat.org/books/housing-indigenous-peoples-in-cities-urban-policy-guides-for-indigenous-peoples/>

^{xlv} UN Women. Women's Land and Property Rights. http://www.unwomen-eseasia.org/Women_Poverty_and_Economics/Women_Land_and_Property_Rights.html

^{xlvi} Esta Unidade de Políticas apoia uma série de medidas adequadas a nível regional monitoramento moradia acessíveis. As definições de habitação acessível vem de uma série de métodos que vão desde uma "regra prática" de que as despesas com a habitação não ultrapassem 30 por cento do rendimento familiar total de forma a garantir que uma família dinheiro suficiente para as despesas não relacionadas a habitação, além da quantia reservada a despesas com a habitação. Yuen et al. (2006), cited in UN-Habitat (forthcoming), World City Report 2016. The Housing+Transportation Affordability Index takes transport costs into account. See Center for Neighborhood Technology (2008), "Housing+Transportation Affordability Index", <http://htaindex.cnt.org>.

^{xlvii} World Bank Poverty Overview, www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview.

^{xlviii} McKinsey Global Institute (2014). *A Blueprint for Addressing the Global Affordable Housing Challenge*. MGI

^{xlix} Tipple and Speak (2009), cited in UN-Habitat (forthcoming), *World City Report 2016*.

^l Fuentes et al. (2013), cited in UN-Habitat (forthcoming), *World City Report 2016*.

^{li} Embora dívida hipotecária tenha permanecido menor na Europa Oriental, a região experimentou a maior variação percentual. Na Letônia, por exemplo, a dívida hipotecária cresceu mais de 50 vezes, aumentando de 0,75% em 1999 para 36,6% em 2009. International Monetary Fund (2011), *Global*





Financial Stability Report. Durable Financial Stability: Getting There from Here, Washington: IMF, www.imf.org/external/pubs/ft/gfsr/2011/01/.

^{lii} Raco (2006), cited in UN-Habitat (forthcoming), *World City Report 2016*.

^{liii} ONU-Habitat (2008), “Housing for All: The Challenges of Affordability, Accessibility and Sustainability: The Experiences and Instruments from the Developing and Developed World”, cited in Carrillo and Berg (2009) “Housing Policy Matters for the Poor: Literature Review and Priorities for Future Research in Latin America”, Institutional Capacity and Finance Sector Discussion Paper, No. IDB-DP-144.

^{liv} Carrillo and Berg (2009) “Housing Policy Matters for the Poor: Literature Review and Priorities for Future Research in Latin America”, Institutional Capacity and Finance Sector Discussion Paper, No. IDB-DP-144.

^{lv} Por exemplo, a expansão planejada da área da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro e a construção de vias expressas ligando-a ao resto da cidade foram associadas com aumentos de preços de terrenos de até 1.900 por cento de 1972 a 1975. Os estudos de caso têm mostrado que a instalação de água potável a um custo de US\$ 1,02 por metro quadrado nas zonas de 5 a 10 km do centro de uma cidade pode aumentar o valor da terra para até US\$ 11,10 por metro quadrado. No caso do pavimento, investimentos de US\$ 2,58 geraram um ganho de capital de até US\$ 9,10 e a cada US\$ 3,03 investido em saneamento básico aumenta o valor da terra para até US \$ 8,50. Smolka, M. (2013) “Implementing Value Capture in Latin America. Policies and Tools for Urban Development. Lincoln Institute of Land Policy. Policy Focus Report.

^{lvi} Por exemplo, em Nairobi o tamanho mínimo legal de um lote é 1/16 de um acre, que é inacessível para casas comuns. Rockefeller Foundation and The New School (2014), *The Housing Challenge: Avoiding the Ozymandias Syndrome*, <http://milanoschool.org/wp-content/uploads/2015/06/Buckley-The-Housing-Challenge-B.pdf>.

^{lvii} Habitat III Secretariat (2015), “Habitat III Issue Papers. No. 5. Urban Rules and Legislation,” http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2015/04/Habitat-III-Issue-Paper-5_Urban-Rules-and-Legislation-2.0.pdf.

^{lviii} UNEP (2009) *Buildings and Climate Change: Summary for Policy Makers*, www.unep.org/sbci/pdfs/SBCI-BCCSummary.pdf and European Commission (2011) *Roadmap to a Resource-Efficient Europe*, cited in Habitat III Secretariat (2015) “Habitat III Issues Papers. Housing”, No. 20, http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2015/04/Habitat-III-Issue-Paper-20_Housing-2.0.pdf.

^{lix} Ruuska (2014) “Material Efficiency of Building Construction”. *Buildings* 2014 (4), pp. 266-294, www.mdpi.com/2075-5309/4/3/266/pdf, cited in Habitat III Secretariat (2015) “Habitat III Issues Papers. Housing”, No. 20, http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2015/04/Habitat-III-Issue-Paper-20_Housing-2.0.pdf.

^{lx} Veja ONU-Habitat (2003) “Rental Housing: An Essential Option for the Urban Poor in Developing Countries”, Peppercorn, I. and Taffin C. (2013) “Rental Housing: Lessons from International Experience and Policies for Emerging Markets”. *Directions in Development*. Washington, DC. World Bank, and Blanco Blanco, A. G., Fretes Cibils, V., Muñoz Miranda, A., 2014, *Rental Housing Wanted: Policy Options for Latin America and the Caribbean*, Washington, DC. Inter-American Development Bank.





^{lxi} O Programa de Monitorização Conjunta da OMS / UNICEF (JMP) que fornece as estatísticas globais de relatórios de água e saneamento sobre quem tem água potável a partir de uma fonte "tratada", a qual inclui "água canalizada no local" (ou seja, uma conexão de água para uso doméstico localizado dentro da habitação, terreno ou quintal), torneiras públicas ou chafarizes, poços tubulares e furos, poços protegidos, nascentes protegidas ou de recolha de águas pluviais.

^{lxii} Secretary General of Habitat III (2014). ^{lxiii} ONU-Habitat (2011b), cited in UN-Habitat (forthcoming), World City Report 2016.

^{lxiv} Habitat 3 National Reports: Kenya, Botswana, and Sierra-Leone. <https://www.habitat3.org/the-new-urban-agenda/regions/Africa>

^{lxv} O déficit habitacional é composto por dois tipos: o qualitativo e o quantitativo. O primeiro inclui moradias que (i) têm deficiências de infraestrutura (falta de água, saneamento e eletricidade), (ii) são construídas com materiais inadequados (paredes, telhados e pisos), (iii) estão superlotadas (três ou mais pessoas por quarto) e (iv) têm a insegurança da posse. O déficit quantitativo inclui (i) famílias sem acesso à habitação individual e (ii) famílias cujas casas são inadequadas além do reparo. Veja Bouillon, C., N. Medellín, and C. Boruchowicz. 2012.

"Portrait of a Problem: The Housing Sector." In C. Bouillon (ed.), *Room for Development: Housing Markets in Latin America and the Caribbean*. Washington DC: Inter-American Development Bank and Bouillon, C., A. Azevedo, N. Medellín, and C. Boruchowicz. 2012. "Two Bedrooms, Two Bathrooms, and a Big Yard? Housing Demand in Latin America and the Caribbean." In C. Bouillon (ed.), *Room for Development: Housing Markets in Latin America and the Caribbean*. Washington, DC: Inter-American Development Bank.

^{lxvi} Ruuska (2014) "Material Efficiency of Building Construction". *Buildings* 2014 (4), pp. 266-294, www.mdpi.com/2075-5309/4/3/266/pdf, cited in Habitat III Secretariat (2015) "Habitat III Issues Papers. Housing", No. 20, http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2015/04/Habitat-III-Issue-Paper-20_Housing-2.0.pdf.

^{lxvii} As normas humanitárias SPHERE estipulam espaço por pessoa e exigem duas salas para a separação de gênero nos campos de refugiados militar contra estupro e incesto. Estes são padrões muitas vezes não atendidos em assentamentos informais.

^{lxviii} O impacto do terremoto de 12 de janeiro - de magnitude 7,0 ocorreu perto de Porto Príncipe, 3.500.000 pessoas foram afetadas pelo tremor, estima-se que 220.000 pessoas morreram, 300.000 pessoas ficaram feridas, mais de 188.383 casas foram seriamente danificadas e 105.000 foram destruídas pelo terremoto (293.383 no total), 1,5 milhões de pessoas ficaram sem casa. Após o terremoto haviam 19 milhões de metros cúbicos de entulho e detritos em Porto Príncipe - suficiente para encher uma linha de contêineres que se estende de ponta a ponta de Londres a Beirute. 4000 escolas foram danificadas ou destruídas, 25% dos funcionários públicos em Porto Príncipe morreram, 60% dos edifícios do Governo e administrativos, 80% das escolas do Porto Príncipe e 60% das escolas do Sul e Oeste foram destruídas ou danificadas. Mais de 600.000 pessoas deixaram a sua região de origem Porto Príncipe e a maioria se hospedou em casas de famílias. Nesta época, 1,5 milhões de pessoas viviam em campos, incluindo mais de 100.000 sob risco crítico de tempestades e inundações. Não relacionado com o terremoto, mas houve um surto de cólera em Outubro de 2010 causando pelas desafios de resposta de ajuda. Em Julho de 2011 5.899 pessoas tinham morrido





como resultado do surto, e 216 mil foram infectadas (www.dec.org.uk/articles/haiti-earthquake-facts-and-figures).

^{lxi} Centre on Housing Rights and Evictions (2009). *Global Survey 11, Forced Evictions, Violations of Human Rights: 2007–2008*. COHRE, Geneva.

^{lxx} Massachusetts Institute of Technology (M.I.T.) Displacement Research Action Network (DRAN) and the Internal

Displacement Monitoring Centre (IDMC). Report: “Home Sweet Home: Housing Practices and Tools that Support Durable Solutions for Urban IDPs”, www.internal-displacement.org/assets/publications/2015/20150325-global-homesweet-home/20150325-global-home-sweet-home-en-full-report.pdf, citado em Habitat III Secretariat (2015) “Habitat III Issues Papers. Housing”, No. 20, http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2015/04/Habitat-III-Issue-Paper-20_Housing-2.0.pdf.

^{lxxi} Giovarelli, R., Katz, E., Lastarria-Cornhiel, S., and Nichols, S. 2005. “Gender Issues and Best Practices.” *In Land Administration Projects: A Synthesis Report*. Washington, D.C.: The World Bank.

^{lxxii} Embora estes deslocamentos não surjam como um resultado direto de conduta ou omissão do Estado, as maneiras pelas quais os Estados respondem ou falham em responder a estes desastres naturais é regida por leis internacionais e por princípios dos direitos humanos. N-Habitat (2012), *Forced Evictions Global Crisis, Global Solutions. A Review Of the Status of Forced Evictions Globally Through the Work of the Advisory Group on Forced Evictions, Un-Habitat and Other International Actors*, <http://hrbaportal.org/wp-content/files/Forced-Evictions--UN-Habitat.pdf>.

^{lxxiii} Na África, a percentagem de famílias alugam é 17 por cento, enquanto que na Ásia é de 19 por cento, Europa Oriental 14 por cento, Europa 29 por cento, América Latina 21 por cento, EUA e Canadá 33 por cento e Oceania 19 por cento. Veja Blanco et al. (2014).

^{lxxiv} A proporção caiu de 39 por cento (2000) para 32 por cento (2010). Fonte: *The State of the World’s Cities Report 2010/11*.

^{lxxv} ONU-Habitat (2011), *The State of the World’s Cities Report 2010/11*.

^{lxxvi} ONU-Habitat (2013), *The State of the World Cities Report 2012/13*.

^{lxxvii} ONU-Habitat (2012e), cited in UN-Habitat (forthcoming), *World City Report 2016*.

^{lxxviii} Hernandez and Kellett (2008), cited in UN-Habitat (forthcoming), *World City Report 2016*.

^{lxxix} ONU-Habitat (2012b), cited in UN-Habitat (forthcoming), *World City Report 2016*.

^{lxxx} UN (2015), The Millennium Development Goals Report 2015, [www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf).

^{lxxxi} Dados adicionais de indicadores de habitação que serão examinados vem do Global Housing Indicators (GHI) base de dados global que fornece uma estrutura holística para abordar as políticas de habitação e meio ambiente habitacional. A ferramenta GHI contém um conjunto reconhecido de indicadores de políticas que permitem a interpretação abrangente do setor da habitação a partir de um nível de cidade e país - com um foco no acesso e acessibilidade. Veja www.globalhousingindicators.org.

^{lxxxii} Housing at the Centre incentiva os Estados membros da ONU-Habitat e considerar a implementação da Global Housing Strategy, conforme o caso, incluindo através da concepção de ferramentas e mecanismos para promover o financiamento habitacional inclusive a nível nacional e



local para preencher a lacuna de habitação e contribuir para realização progressiva do Right to Housing for All. UN Habitat Position Paper (October 2015).

^{lxxxiii} United Nations. The Habitat Agenda Goals and Principles, Commitments and the Global Plan of Action. unhabitat.org/wp-content/uploads/2014/07/The-Habitat-Agenda-Goals-and-Principles-Commitments-and-the-Global-Plan-of-Action-2003.pdf

^{lxxxiv} OECD. (2013) 5th OECD Roundtable of Mayors and Ministers. Paris.

^{lxxxv} ONU-Habitat. (2014). The Evolution of National Urban Policies. A Global Overview. Nairobi. P. 11.

^{lxxxvi} OECD. (2013) 5th OECD Roundtable of Mayors and Ministers. Paris.

^{lxxxvii} For example, see Orszag *et al.* (2010), Developing Effective Place-Based Policies for the FY 2012 Budget, Memorandum for the Heads of Executive Departments and Agencies, White House Memo M-10-21, https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/omb/assets/memoranda_2010/m10-21.pdf.

^{lxxxviii} United Nations. (2011). Affordable Land and Housing in Latin America and the Caribbean. <http://unhabitat.org/books/affordable-land-and-housing-in-latin-america-and-the-caribbean-2/>

^{lxxxix} United Nations. (2011). Affordable Land and Housing in Africa. <http://unhabitat.org/books/affordable-land-and-housing-in-africa/>

^{xc} United Nations. (2013). Draft resolution on Inclusive National and local Housing Strategies to Achieve the Global Housing Strategy Paradigm Shift. http://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/12149_1_595083.pdf.

^{xci} United Nations. Why Housing Rights. www.un.org/ga/Istanbul+5/hr.PDF

^{xcii} ONU-Habitat. (2012). Gender. <http://unhabitat.org/urban-themes/gender/>

^{xciii} ONU-Habitat. (2014). Gender Equality and the New Urban Agenda. Gender and Women Round Table. WUF 7 – Concept Note.

^{xciv} ONU-Habitat. (2014). Gender Equality and the New Urban Agenda. Gender and Women Round Table. WUF 7 – Concept Note.

^{xcv} É usado mais para descrever direitos e deveres coletivos do que individuais. Ele se baseia na liberdade de “nós mesmos fazermos e refazermos nossas cidades”. Henri Lefebvre em seu livro de 1968 *Le Droit à la ville*, resume a ideia como uma "demanda...[por] um acesso a uma vida urbana renovada e transformada". Na esfera dos direitos humanos, esta ideia ponderosa foi adotada pelo World Urban Fórum e elaborada no World Charter of the Right to the City em 2004.

^{xcvi} International Alliance of Inhabitants (2005). World Charter for the Right to the City. www.urbanreinventors.net/3/wsf.pdf.

^{xcvii} ONU-Habitat. (2010). A Practical Guide for Conducting: Housing Profiles. Supporting evidence-based housing policy and reform. ONU-Habitat, Nairobi. 61.

^{xcviii} United Nations. The Habitat Agenda Goals and Principles, Commitments and the Global Plan of Action. unhabitat.org/wp-content/uploads/2014/07/The-Habitat-Agenda-Goals-and-Principles-Commitments-and-the-Global-Plan-of-Action-2003.pdf

^{xcix} ONU-Habitat. Right to Adequate Housing. Fact Sheet 21/Rev 1. http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_en.pdf

^c Ibid.

^{ci} Ibid.





- ^{cii} United Nations. The Habitat Agenda Goals and Principles, Commitments and the Global Plan of Action. unhabitat.org/wp-content/uploads/2014/07/The-Habitat-Agenda-Goals-and-Principles-Commitments-and-the-Global-Plan-of-Action-2003.pdf
- ^{ciii} Jaitman, L., & Brakarz, J. (2013). Evaluation of Slum Upgrading Programs: Literature Review and Methodological Approaches. *Inter-American Development Bank*. 5.
- ^{civ} Brakarz, J. (2010).
- ^{cv} Brakarz, J. (2010), "The IDB: 25 Years of Neighbourhood Upgrading" in Rojas (ed.), *Building Cities: Neighbourhood Upgrading and Urban Quality of Life*, Washington: IDB.
- ^{cvi} Informação citada em Ferguson, B. and J. Navarrete (2003), "New Approaches to Progressive Housing in Latin America: A Key to Habitat Programs and Policy," *Habitat International* 27, pp. 309-323. The UN Human Settlements Programs cites figures ranging from 43 to 70 percent depending on the region. Veja UNHCS (2003), *Rental Housing: An Essential Option for the Urban Poor in Developing Countries*. Nairobi, Kenya. Cited in World Bank (2010), "Systems of Cities: Harnessing Urbanization for Growth & Poverty Alleviation. The World Bank Urban & Local Government Strategy," <http://siteresources.worldbank.org/INTURBANDEVELOPMENT/Resources/336387-1269651121606/FullStrategy.pdf>.
- ^{cvi} Greene and Rojas (2008), "Incremental Construction: A Strategy to Facilitate Access to Housing," *Environment & Urbanization*, Vol 20(1): 89–108. DOI: 10.1177/0956247808089150.
- ^{cvi} Stickney, Chris (2014), *Many Paths to a Home: Emerging Business Models for Latin America and the Caribbean*, Washington: IDB, <https://publications.iadb.org/handle/11319/6466>.
- ^{cix} Garau, P., Sclar, E. D., & Carolini, G. Y. (2005). *A Home in the City: UN Millennium Project Task Force on improving the Lives of Slum Dwellers*. London: Earthscan.
- ^{cx} Em Dezembro de 2015, o Segundo Comité de Assembléa Geral a ONU reconheceu o GAP como um canal de comunicação chave entre sociedade civil, a Habitat Secretariat and the Bureau (General Assembly A/C.2/70/L.61). O GAP esta propondo em seu plano de implementação um maior engajamento dos parceiros e o desenvolvimento de uma plataforma de aprendizado inclusive para compromissos e monitoramento de diversos grupos de interesse.
- ^{cx} United Nations (2009). *The Right to Adequate Housing*. Pg: 33. http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_en.pdf
- ^{cxii} Ibid.
- ^{cxiii} The habitat Agenda Goal and Principles, Commitments and the Global Plan of Action. <http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2014/07/The-Habitat-Agenda-Goals-and-Principles-Commitments-and-the-Global-Plan-of-Action-2003.pdf>
- ^{cxiv} OHCHR. (2014). *A Practical Guide for Civil Society: Civil Society Space and the United Nations Human Rights*. http://www.ohchr.org/Documents/AboutUs/CivilSociety/CS_space_UNHRSsystem_Guide.pdf
- ^{cxv} Mekawy, Hala. *Effectual Role of Local Level Partnership Schemes in Affordable Housing Delivery*. <http://waset.org/publications/9997935/effectual-role-of-local-level-partnership-schemes-in-affordable-housing-delivery>
- ^{cxvi} Mekawy, Hala. *Effectual Role of Local Level Partnership Schemes in Affordable Housing Delivery*. <http://waset.org/publications/9997935/effectual-role-of-local-level-partnership-schemes-in-affordable-housing-delivery>





- ^{cxvii} Nações Unidas. (2011). Affordable Land and Housing in Asia. <http://unhabitat.org/books/affordable-land-and-housing-in-africa/>
- ^{cxviii} Ibid.
- ^{cxix} Garau et al. (2005).
- ^{cxx} Papel eficaz de sistemas de parcerias locais em habitações a preços acessíveis
- ^{cxxi} Berry, M. et al (2006). Involving the Private Sector in Affordable Housing Provision: Can Australia Learn from the United Kingdom? DOI: 10.1080/08111140600876851. <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08111140600876851?journalCode=cupr20>
- ^{cxxii} Mohlasedi, K. M., & Nkado, R. N. (1999, March). The role of stakeholders in the delivery of affordable housing schemes in South Africa. In Urban forum (Vol. 10, No. 1, pp. 57-74). Springer Netherlands.
- ^{cxixiii} Nações Unidas. (2011). Affordable Land and Housing in Africa. <http://unhabitat.org/books/affordable-land-and-housing-in-africa/>
- ^{cxixiv} Ibid.
- ^{cxixv} Nações Unidas. (2011). Affordable Land and Housing in Latin America and the Caribbean. <http://unhabitat.org/books/affordable-land-and-housing-in-latin-america-and-the-caribbean-2/>
- ^{cxixvi} Nações Unidas. (2011). Affordable Land and Housing in Europe and North America. <http://unhabitat.org/books/affordable-land-and-housing-in-europe-and-north-america-2/>
- ^{cxixvii} Melissa, W. An Untapped Resource: Encouraging Private Sector Engagement in Affordable Housing. University of Calgary Printing Services. 2007. <https://www.ucalgary.ca/cities/files/cities/PrivateSectorEngagementAffordableHousing.pdf>.
- ^{cxixviii} Organisation for Economic Co-operation and Development. (2005/2008). The Paris Declaration on Aid Effectiveness and the Accra Agenda for Action.
- ^{cxixix} See October 1986 DAC meeting on Urban Development, OECD document DAC (86)47, 27 August 1986, cited in the Brundtland Report (1987)
- ^{cxixxx} USAID (2013), "USAID/OFDA Humanitarian Shelter and Settlements Principles," <https://scms.usaid.gov/sites/default/files/documents/1866/USAID-OFDA%20Humanitarian%20Shelter%20and%20Settlements%20Principles.pdf>. Veja também P. Phelps (2015), "What Haiti Taught Us All", <http://blogs.worldbank.org/latinamerica/what-haiti-taught-us-all>.
- Garau, P., Sclar, E. D., & Carolini, G. Y. (2005). A Home in the City: UN Millennium Project Task Force on improving the Lives of Slum Dwellers. London: Earthscan.
- ^{cxixxii} ONU-Habitat. (2015). Housing at the Centre of the New Urban Agenda. UN Habitat Policy Paper
- ^{cxixxiii} ONU-Habitat (2010). A Practical Guide for Conducting: Housing Profiles. Supporting Evidence-based Housing Policy and Reform. UN-Habitat, Nairobi.
- ^{cxixxiv} Global Housing Policy Indicators. (2016). <http://globalhousingindicators.org/en/content/global-housing-policy-indicators>.
- ^{cxixxv} Uma análise recente da Nigéria mostrou que a construção de uma unidade com espaço mínimo de 5 metros quadrados por pessoa para uma família com uma renda de menos de US\$2 /dia (dos quais 30 por cento seriam referentes a custos de habitação) significa que a habitação teria que ser fornecida por menos de US \$ 219 por ano. Veja R. Green (2014), "Towards an Urban Housing Policy,"





Working Paper No. 4, NYU Marron Institute of Urban Management,

http://marroninstitute.nyu.edu/uploads/content/Toward_an_Urban_Housing_Policy_.pdf.

^{cxxxvi} Para materiais extras sobre a falta de moradias a preços acessíveis, veja: McKinsey Global Institute (2014). A Blueprint for Addressing the Global Affordable Housing Challenge. MGI

^{cxxxvii} Os investimentos estimados necessários para melhoria de favelas incluem a compra e transferência de terras, habitação, infraestrutura de rede, infraestrutura bruta, escolas e postos de saúde, instalações comunitárias, planejamento e supervisão, e capacitação da comunidade. O custo médio resultante por pessoa para cada um desses componentes varia significativamente em toda a região. Garau P, Sclar ED, Carolini G.Y (2005) A Home in the City: UN Millennium Project Task Force on Improving the Lives of Slum Dwellers. London: Earthscan, www.unmillenniumproject.org/documents/Slumdwellers-complete.pdf.

^{cxxxviii} ONU-Habitat (2011b), citado em ONU-Habitat (forthcoming), World City Report 2016.

^{cxxxix} Mesmo que a população pobre não pague imposto de renda, geralmente paga impostos sobre as compras, citado em ONU-Habitat (forthcoming), World City Report 2016.

^{cxli} Habitat III Secretariat (2015) “Habitat III Issue Papers. Informal Settlements”, No. 22, http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2015/04/Habitat-III-Issue-Paper-22_Informal-Settlements-2.0.pdf.

^{cxlii} Smolka, M. (2003). “Informality, Urban Poverty and Land Market Prices.” Land Lines 15(1) 4-7.

^{cxliii} ONU-Habitat (2015), “Housing at the Centre of the New Urban Agenda,” UN-Habitat Policy Paper.

^{cxliiii} Por exemplo, o programa Piso Firme, do México substituiu chão de terra por de cimento, o que reduziu significativamente a recorrência de infecções parasitárias, diarreia e anemia, e melhorou o desenvolvimento cognitivo das crianças. Veja Cattaneo et al. (2009) “Housing, Health, and Happiness,” American Economic Journal: Economic Policy. 1 (1): 75-105. See Habib, R. R., et al., ‘Housing Quality and Ill Health in a Disadvantaged Urban Community’, Public Health, vol. 123, no. 2, February 2009, pp. 174–181 and World Health Organization and United Nations (2010) Human Settlements Programme, Hidden Cities: Unmasking and Overcoming Health Inequities in Urban Settings, WHO, Geneva, 2010.

^{cxliv} As políticas habitacionais podem incentivar compacidade, o que se acredita ser o principal propulsor para o desenvolvimento a favor do clima. Uma morfologia urbana mais compacta pode reduzir pela metade a terra usada por unidade habitacional, reduzir os custos da prestação de serviços públicos em 10-30 por cento, diminuir viagens motorizadas e os custos associados a elas em 20- 50 por cento, e diminuir congestionamentos, acidentes e poluição do ar. Veja Littman (2015), “Analysis of Public Policies That Unintentionally Encourage and Subsidize Urban Sprawl,” NCE Cities – Sprawl Subsidy Report, <http://2014.newclimateeconomy.report/wp-content/uploads/2015/03/public-policies-encourage-sprawl-nce-report.pdf>.

^{cxlv} O Banco Mundial, por exemplo, diminuiu seus programas habitacionais, favorecendo a permissão de estratégias do mercado imobiliário. Uma parcela muito menor de empréstimos do Banco passou a apoiar habitação de baixa renda (10 por cento do total de empréstimos para moradias desde meados da década de 1990, contra mais de 90 por cento a partir de meados dos anos 1970 a meados dos anos 1980) e uma parcela muito menor tem ido para os países de baixa renda (20 por cento, bem menor que os 40 por cento a partir de meados dos anos 1970 a meados dos anos 1980). Fonte: Buckley R.; Kalarickal J. (2006). Trinta Anos de Empréstimos Habitacionais do Banco Mundial





O que aprendemos? USAID reduziu significativamente seus programas habitacionais e hoje projetos de fundos de habitação quase que exclusivamente no contexto de alívio de desastre. Veja USAID (2013), “Sustainable Service Delivery in an Increasingly Urbanized World Policy”, USAID, <https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1870/USAIDSustainableUrbanServicesPolicy.pdf>. Outros doadores, como o DFID, financiaram programas habitacionais a um nível mínimo, aproximadamente menos de 1 por cento do seu orçamento em 2007. Veja Câmara dos Comuns, o Comitê de Desenvolvimento Internacional (2009), Urbanismo e pobreza. Seventh Report of Session 2008–09, Volume I. London: The Stationery Office Limited.

^{cxlvi} Ferguson (2008), “A Value Chain Framework for Affordable Housing in Emerging Countries,” Global Urban Development Magazine, Vol. 4, Issue 2, www.globalurban.org/GUDMag08Vol4Iss2/FergusonValueChain.htm, cited in World Bank (2010).

^{cxlvii} O *Painel* iria apoiar o desenvolvimento do conhecimento através da análise e disseminação de práticas de planejamento e tomada de decisões e com apoio financeiro e institucional relacionados com desenvolvimento urbano sustentável. Igualmente importante, o *Painel* iria consolidar e disseminar análises urbana e habitacional para identificar e antecipar novos desafios para o desenvolvimento urbano sustentável.

^{cxlviii} Veja Flood (2004), “Cost Estimate for Millennium Development Goal 7, Target 11 on Slums. Background Report for UN Millennium Project Task Force on Improving the Lives of Slum Dwellers,” http://www.academia.edu/2298073/Cost_Estimate_for_Millennium_Development_Goal_7_Target_11_on_Slums_background_report_for_UN_Millennium_Project_Task_Force_on_Improving_the_Lives_of_and Garau et al. (2005) A Home in the City: UN Millennium Project Task Force on Improving the Lives of Slum Dwellers. London: Earthscan, www.unmillenniumproject.org/documents/SlumDwellers-complete.pdf.

^{cxlix} Rockefeller Foundation and The New School (2014), The Housing Challenge: Avoiding the Ozymandias Syndrome, <http://milanoschool.org/wp-content/uploads/2015/06/Buckley-The-Housing-Challenge-B.pdf>. O relatório também faz uma observação importante de que "entre 1990 e 2009 apenas um país Africano teria dados referentes a todos os doze Indicadores de Desenvolvimento do Milênio"

^{cl} O Acordo de Paris aprovou um sistema no qual governos urbanos (municipal, cidade, metropolitano), juntamente com outras "partes interessadas não partidárias" podem fazer seus compromissos para incrementar ações climáticas em uma plataforma chamada “Non-State Actor Zone for Climate Action” (<http://climateaction.unfccc.int>). Satterthwaite, David (2016) “The SDGs as the New Urban Agenda: The Sustainable Development Goals from the Perspective of Urban Governments,” mimeo.

^{cli} UNFPA (1996), State of World’s Population 1996.

^{clii} Secretary General of Habitat III (2014), “Progress to date in the implementation of the outcomes of the second United Nations Conference on Human Settlements (Habitat II) and identification of new and emerging challenges on sustainable urban development,” prepared for the Preparatory Committee for the United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development (Habitat III), A/CONF.226/PC.1/5, <http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2014/07/Progress-to-date-outcome-Habitat-II-ENGLISH1.pdf>.





- cliii Housing Policy. <http://www.housingpolicy.org/glossary.html>
- cliv Housing Policy. <http://www.housingpolicy.org/glossary.html>
- clv Food and Agriculture Organization. Website:
<http://www.fao.org/docrep/005/y4307e/y4307e09.htm>
- clvi Global Housing Indicators <http://globalhousingindicators.org/en/glossary/2>
- clvii Global Housing Indicators <http://globalhousingindicators.org/en/glossary/2>
- clviii UNHCR Master Glossary of Terms <http://www.refworld.org/docid/42ce7d444.html>
- clix Global Housing Indicators <http://globalhousingindicators.org/en/glossary/2>
- clx UNHCR Master Glossary of Terms <http://www.refworld.org/docid/42ce7d444.html>
- clxi Global Housing Indicators <http://globalhousingindicators.org/en/glossary/2>
- clxii World Bank e-course on Sustainable Land Use Planning
<http://worldbank.mrooms.net/mod/glossary/view.php?id=29768&mode=letter&hook=F&sortkey=&sortorder=>
- clxiii NYC Department of City Planning <http://www1.nyc.gov/site/planning/zoning/glossary.page>
- clxiv Global Housing Indicators <http://globalhousingindicators.org/en/glossary/2>
- clxv World Bank e-course on Sustainable Land Use Planning
<http://worldbank.mrooms.net/mod/glossary/view.php?id=29768&mode=letter&hook=G&sortkey=&sortorder=>
- clxvi Nações Unidas. (2009). Enumeration of Homeless People. Pg.3.
http://unstats.un.org/unsd/censuskb20/Attachments/2009MPHASIS_ECE_Homeless-GUID25ae612721cc4c2c87b536892e1ed1e1.pdf
- clxvi i Global Housing Indicators <http://globalhousingindicators.org/en/glossary/2>
- clxviii Global Housing Indicators <http://globalhousingindicators.org/en/glossary/2>
- clxix Global Housing Indicators <http://globalhousingindicators.org/en/glossary/2>
- clxx BID (2012) Un espacio para el desarrollo - los mercados de vivienda en America Latina y el Caribe
<http://www.iadb.org/es/investigacion-y-datos/dia-desarrollo-en-las-americas-publicacion-insignia-del-bid,3185.html?id=2012>
- clxxi The State of the World's Cities 2001 <http://www.un.org/ga/Istanbul+5/122.pdf>
- clxxii UNHCR. (2004). The Guiding Principles on Internal Displacement.Pg.1.
<http://www.unhcr.org/43ce1cff2.html>
- clxxiii Food and Agriculture Organization. Website:
<http://www.fao.org/docrep/005/y4307e/y4307e09.htm>
- clxxiv Global Housing Indicators <http://globalhousingindicators.org/en/glossary/2>
- clxxv UNESCO (n.d). Glossary: Migrants and Migration. Website:
http://www.unesco.org/most/migration/glossary_migrants.htm
- clxxvi Nações Unidas. (2010). Minority Rights: International Standards and Guidance for Implementation. Pg 2. http://www.ohchr.org/Documents/Publications/MinorityRights_en.pdf
- clxxvii http://apa-nc.org/wp-content/uploads/2014/06/aicp-raleigh-affordable_housing_glossary.pdf
- clxxviii Global Housing Indicators <http://globalhousingindicators.org/en/glossary/2>
- clxxix NYC Department of City Planning <http://www1.nyc.gov/site/planning/zoning/glossary.page>
- clxxx Global Housing Indicators <http://globalhousingindicators.org/en/glossary/2>





- ^{clxxxi} UNHCR. (2002-2016). About Refugees. Website:
http://unhcr.org.au/unhcr/index.php?option=com_content&view=article&id=179&Itemid=54
- ^{clxxxii} UNESCO (n.d). Glossary: Refugee. Website:
http://www.unesco.org/most/migration/glossary_refugee.htm
- ^{clxxxiii} Nações Unidas. (n.d).The Universal Declaration of Human Rights. Website:
<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>
- ^{clxxxiv} OHCHR.(1996-2016).International Covenant of Economic, Social, and Cultural Rights,
<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CESCR.aspx>
- ^{clxxxv} Nações Unidas. (2009)). The Right to Adequate Housing. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights.
http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_en.pdf
- ^{clxxxvi} Tadamun. (2013). World Charter for the Right to the City.
<http://www.tadamun.info/2013/06/27/world-charter-for-the-right-to-the-city/?lang=en#.Vrjq-VlSyT9>
- ^{clxxxvii} Brown, A. (2009). Urban Policies and the Right to the City. Rights, Responsibilities, and Citizenship. Cardiff University, UNESCO, UN Habitat.
<http://unesdoc.unesco.org/images/0017/001780/178090e.pdf>
- ^{clxxxviii} Georgetown University Political Database of the Americas. (1995-2011).Republic of Ecuador: Constitution of 2008. Website: <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Ecuador/english08.html>
- ^{clxxxix} Housing Development Consortium.
<http://www.housingconsortium.org/resources/glossary/#shelters>
- ^{cx} Nações Unidas (2012/2013). State of the World’s Cities – Prosperity of Cities. World Urban Forum, pg. 99. <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/745habitat.pdf>
- ^{cxci} United Nations Statistics Division (n.d). Millennium Development Goals Indicators. Website:
<http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Metadata.aspx?IndicatorId=0&SeriesId=711>
- ^{cxcii} Pawson Hal et al. (2011). Social Housing Strategies, Financing Mechanisms, and Outcomes: An International Review and Update of Key Post 2007 Policy Developments, pg 6.
Http://www.be.unsw.edu.au/sites/default/files/upload/research/centres/cf/publications/cfprojectreports/International_Social_Housing_Review.pdf
- ^{cxci} Food and Agriculture Organization. Website:
<http://www.fao.org/docrep/005/y4307e/y4307e09.htm>
- ^{cxci} ONU-Habitat (2012). Urban Patterns For A Green Economy: Leveraging Density.
<http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2014/06/Leveraging-Density-Urban-Patterns-for-a-Green-Economy.pdf>
- ^{cxv} Iván Muñiz, Miguel Ángel García y Daniel Calatayud (2012) “SPRAWL. Definición, causas y efectos.” <http://www.ecap.uab.es/RePEc/doc/wpdea0603.pdf>
- ^{cxvi} World Bank e-course on Sustainable Land Use Planning
<http://worldbank.mrooms.net/mod/glossary/view.php?id=29768&mode=letter&hook=Z&sortkey=&sortorder=>
- ^{cxvii} NYC Department of City Planning <http://www1.nyc.gov/site/planning/zoning/glossary.page>





^{cxcviii} A metodologia é preliminar, uma vez que se baseia em projetar as estimativas utilizadas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 2005. Uma abordagem ainda mais refinada deve incluir a atualização das estimativas usando estudos de casos atuais.

^{cxcix} O quinto requisito relativo à segurança da posse não está incluída nesta estimativa, devido à falta de dados fiáveis. Para maiores informações:

<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/745habitat.pdf> (p. 127) e

[http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf) (p. 43)

^{cc} Os casos se deram no Leste da África.

^{cci} Garau P, Sclar ED, Carolini G.Y (2005) A Home in the City: UN Millennium Project Task Force on Improving the Lives of Slum Dwellers. London: Earthscan,

^{ccii} O multiplicador é 1,51, que representa a inflação acumulada para o mundo no período de 2005 a 2015 de acordo com <http://data.worldbank.org/indicador/FP.CPI.TOTL.ZG?page=1>.

Alternativamente, poderíamos usar a inflação acumulada por região, que é geralmente mais elevada variando entre 1,49 no Norte de África e 2,12 no sul da Ásia. No entanto, decidimos usar a inflação mundial para levar em consideração, pelo menos em parte, as mudanças nas taxas de câmbio.

^{cciii} O valor total quando usada a taxa de inflação regional é US\$1.066 bilhões (US\$1,07 trilhões).

^{cciv} Vale a pena notar que os grupos regionais da UN Millennium Project Task Force e os do Global Urban Observatory - Urban Indicators Database 2015 são diferentes. O Apêndice A apresenta as equivalências usadas para combinar os dois conjuntos de dados.

^{ccv} Fonte: <http://www.unmillenniumproject.org/documents/Slumdweller-complete.pdf> (Pag 128)

^{ccvi} Em média 60% corresponde a subsídios, 30% a empréstimos, e 10% a autoajuda.

^{ccvii} Vale a pena notar que os grupos regionais da UN Millennium Project Task Force e os do Global Urban Observatory - Urban Indicators Database 2015 são diferentes. O Apêndice A apresenta as equivalências usadas para combinar os dois conjuntos de dados.

^{ccviii} Fonte: <http://www.unmillenniumproject.org/documents/Slumdweller-complete.pdf>.

^{ccix} Vale a pena notar que os grupos regionais da UN Millennium Project Task Force e os do Global Urban Observatory - Urban Indicators Database 2015 são diferentes. O Anexo 1 apresenta as equivalências usadas para combinar os dois conjuntos de dados.

Documento traduzido ao português por Larissa Argolo Paredes, Gisele Nakano e Helen Tambolim, mestrandas do Programa de Engenharia Urbana da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Revisão técnica por Angela M. Gabriella Rossi, professora e pesquisadora do Programa de Engenharia Urbana da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenação Laura Collazos, ONU-Habitat/ROLAC.

